

O Mosteiro de Santa Clara do Funchal
Formação, evolução e atualidade

RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE MESTRADO

Luís Moreira Verga
MESTRADO EM GESTÃO CULTURAL



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

fevereiro | 2015

Ma

os

O Mosteiro de Santa Clara do Funchal Formação, evolução e atualidade

RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE MESTRADO

Luís Moreira Verga

MESTRADO EM GESTÃO CULTURAL

ORIENTAÇÃO
Rui Alexandre Carita Silvestre

O Mosteiro de Santa Clara do Funchal

Formação, Evolução e Atualidade

Capitulo LXXIX - Dos edificios e cazas

“ Nunca se fundará Mosteyro algum de novo com prejuízo dos antigos, havendo primeyro licença do Ordinário, como a Concilio Tridentino ordena, & dispoem tambem as Constituições do senhor Papa Clemente VIII. Tambem queremos que de nenhum modo se possa fundar caza de novo sem haver pessoa, ou pessoas, que se offerecam a fazella logo de pedra, & cal, ou dar notavel esmola para ella, com que logo tenha principio, sem se fazer primeyro outra de barro, porque a experiencia tem mostrado que as primeyras fundações, que nos seus princípios não foram logo de pedra, & cal, pelos annos adiante resfriou o zelo dos que pediram o tal Convento, com que os Religiosos com os seus discursos, & mendigações nem se podem bem sustentar, nem fazer o Convento para seu recolhimento. E affim ordenamos que, sendo pedido algum novo Convento, nunca se mandem para elle mais que dous Religiosos somente para a administração das obras.”

Estatutos da Província de S. António do Brasil, tirados de vários estatutos da Ordem, Lisboa, 1709, p.132, alínea 2

Índice

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Introdução	6
1. INTRODUÇÃO HISTÓRICA	8
1.1. A Origem da Ordem.....	8
1.2. A Ordem na Madeira	15
2. O MOSTEIRO DE SANTA CLARA	23
2.1. A Fundação do Mosteiro.....	23
2.2. A Evolução do Mosteiro	28
2.3. A Existência do Mosteiro.....	37
3. ANÁLISE TIPOLÓGICA	42
3.1. A Articulação Espacial	42
3.2. A Orgânica Social	48
3.3. A Ligação Cidadina	52
4. ANÁLISE CONSTRUTIVA	55
4.1. A Estrutura Arquitetónica	55
4.2. A Dimensão Religiosa	60
4.3. A Geometria das Formas	63
5. ANÁLISE ARTÍSTICA	68
5.1. Igreja e Capela-Mor	73
5.2. Coro Alto e Coro Baixo	78
5.3. Outras Capelas e Oratórios	85

Conclusão	90
Bibliografia	99
Anexos – Documentos, Fotografias e Desenhos.....	101

Agradecimentos

Na expectativa de que o presente relatório final, concentre e contribua para clarificar muita da dispersa e por vezes difusa informação, e que possa satisfazer algumas das necessidades previstas no programa de investigação planeado, agradeço a disponibilidade da DRAC, cujo inédito protocolo celebrado com a UMA, me concedeu a oportunidade para desenvolver um trabalho de pesquisa e análise, o qual não teria sido possível sem ajuda de todo o pessoal dos Serviços de Museus e Património Cultural, com particular relevo para o historiador de arte Dr. Francisco Bettencourt, para a técnica superior de artes decorativas Dra. Cora Teixeira, assim como para a Arquiteta Joana Abreu.

Desejo congratular toda a comunidade que habita o mosteiro, dirigida pela excecional pessoa D. Delina Catarina Gomes de Castro, irmã superiora da Congregação Franciscana Missionária de Maria, no Funchal.

Um grande bem-haja a todos os académicos, colegas de turma e docentes que contribuíram para a conclusão deste projeto. Um exclusivo agradecimento ao mestre catedrático professor Doutor Rui Carita, que me acompanhou nestes dois anos, inicialmente como professor e por fim no disponível e disposto exercício de orientador do estágio e relatório final.

Estava ciente do trabalho e das dificuldades que a realização do curso de mestrado trariam, mas tinha a certeza que podia contar desde logo com a minha mulher, naquele tipo de apoio que não se vê, mas confere garantia para decidir e avançar. Dedico este curso de *mestrado em gestão cultural* à minha filha, com o desejo de um dia poder vê-la em circunstâncias mais favoráveis ao mercado de trabalho, envolvida em projetos universitários, consolidando de forma saudável e sustentável o seu percurso académico.

Resumo

A presente relatório de estágio pretende desenvolver uma articulada memória descritiva e justificativa, sobre o Mosteiro de Santa Clara no Funchal, a partir da compilação do material pesquisado, na expectativa de contribuir para a valorização e salvaguarda deste ainda existente espaço religioso, cultural e educativo.

O levantamento de dados sobre o tema, na sequência da pesquisa elaborada no âmbito do referido estágio, confirmara a importância deste magistral património construído, intensificando o empenho pela investigação nas variadas componentes analíticas e consolidando o gosto pelo trabalho na área da recuperação arquitetónica.

Com o objetivo de compilar e fornecer apoio documental referenciado e necessário à preservação deste conjunto edificado, dissequei o corpo deste relatório em cinco capítulos estruturantes. Assim as análises incidiram sobre os aspetos religiosos, históricos, tipológicos, construtivos e artísticos, desde a formação primitiva até à atualidade.

Concluída a caracterização geral do conjunto, procedeu-se à identificação de todos os outros conventos (demolidos e existentes), reunindo-se as relações e influências que contribuíram para a história da ordem dos Frades Menores e subsequente segunda ordem Franciscana ou ordem de Santa Clara, na Ilha da Madeira.

No capítulo da conclusão e em função dos objetivos do Mestrado em Gestão Cultural, aparecem algumas sugestões interventivas, com o intuito de valorizar as diversas valências em prática, através da requalificação da herança arquitetónica e religiosa, promovendo a produção cultural, museológica e a investigação histórica. Entre outras ideias surge neste sentido, um roteiro informativo para os visitantes durante o percurso.

Palavras-chave – MOSTEIRO / CONVENTO / PATRIMÓNIO / MONUMENTO / CLARISSAS / FRANCISCANOS

Abstract

This internship report aims to develop an articulated justification and descriptive memory about the Monastery of Santa Clara in Funchal, starting from the compilation of research material, hoping to contribute to the valorisation and safeguarding of the still extant religious space.

The survey on the topic, in following of the research carried out within the internship, confirmed the importance of this magisterial heritage built, enhancing the commitment for the research in various analytical components and consolidates job satisfaction in the area of architectural recovery.

In order to compile and provide referenced documentary support and essential for the preservation of this set built, i dissected the body of this report in five chapters structuring. Thus the analyses have focused on religious, historical, typological, constructive and artistic aspects, since the early formation until the present day aspects.

After the general characterization of the set, proceeded to identify all other convents (demolished and existing), reuniting the relationships and influences that contributed to the history of the Franciscan order and subsequent second Franciscan order or order of Santa Clara, in Madeira Island.

In the conclusion chapter and depending on the Master's Degree in Cultural Management objective, some interventional suggestions appears with order to appreciate in practice the various aspects, through the rehabilitation of architectural and religious heritage, promoting the cultural production, as well as historical research. Among other ideas, there arises included a road map with information for visitors along the way.

Keywords – MONASTARY / CONVENT / HERITAGE / MONUMENT / POOR CLARES / FRANCISCAN

Introdução

Este tema surge da necessidade de enquadrar o meu estágio de Mestrado em Gestão Cultural, no programa de investigação planeado para 2014, apresentado pela Direção dos Serviços de Museus e Património Cultural, área de responsabilidade orgânica da Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC), tutelada pela Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes (SRCTT).

O presente relatório incorporará nos demais trabalhos preparatórios previstos na proposta para o PIDDAR 2015, enquadrando-se nas medidas fundamentais para a concretização da política cultural da região, as quais promovidas pela SRCTT, através da DRAC. As obras de conservação do Convento de Santa Clara, nomeadamente as obras de recuperação do teto do Coro Alto, bem como os trabalhos de conservação e restauro do espólio de pintura e escultura, são uma realidade visível.

Na qualidade de arquiteto, decidi sem vacilar aceitar este estágio como um projeto de valorização, preservação e divulgação de um vasto património, considerando que a investigação caíra sobre um conjunto edificado de distinto valor cultural e motivado pela responsabilidade de trabalhar sobre uma construção protegida com a importância atribuída pela classificação de Monumento Nacional, desde 1943.

A estrutura que iria sustentar esta pesquisa, surge por afinidade com metodologias de investigação e critérios adotados para as componentes analíticas imprescindíveis à compreensão de uma obra arquitetónica de grande valor patrimonial, antes de uma apropriada intervenção, no âmbito de grandes obras de construção civil e restauro. Com efeito, os assuntos em análise, nomeadamente o **enquadramento religioso**, a **pontuação histórica** dos acontecimentos, o **contexto tipológico** do monumento enquanto igreja e mosteiro, a **interpretação arquitetónica** da construção e a **expressão artística** envolvente, são primordiais para uma leitura composta e foram estes os cinco temas escolhidos com o intuito de dar a conhecer algumas das memórias e raízes culturais, através de uma visão abrangente, deste complexo religioso, desde a sua fundação até ao presente.

No desenvolvimento dos temas convencionados e adequados para acolher resultados finais eficazes numa futura operação relacionada com incisivas obras de conservação, requalificação, reabilitação ou recuperação, (devo acrescentar que a análise estrutural e o

estado de conservação, é neste contexto também indispensável mas não contemplado neste trabalho) assimila-se uma componente descritiva de carácter técnico-científico, descurando as especificidades relativas à natureza expositiva de Relatório.

A experiência em contexto profissional foi motivante. Num ambiente inicialmente desconhecido, fui integrando o trabalho de pesquisa com o apoio direto do pessoal dos Serviços de Museus e Património Cultural. Disponibilizaram todas as pastas físicas e digitais, cuja consulta era executada num posto de trabalho criado para o efeito.

Percorridos foram os inúmeros documentos, fotografias e desenhos, que compõem o enorme arquivo e inventário. Os livros saíam estrategicamente das prateleiras da biblioteca, programando-se e calendarizando-se as leituras. O computador pessoal, começava a registar as passagens que pareciam importantes para consolidar os cinco temas. Por cada obra consultada, foram surgindo pequenos resumos, memorandos, dúvidas e apontamentos diversos. As primeiras semanas de serviço foram dedicadas à sondagem e leitura, cuja documentação escrita ou gráfica, desdobrava-se nas instalações da DRAC, Bibliotecas, Arquivo Regional, no meu gabinete ou em casa. A bibliografia completava-se, adivinhava-se a difícil tarefa de alcançar os conteúdos e estrutura-los.

As primeiras visitas a Santa Clara foram acompanhadas pelos técnicos do serviço (Dr. Filipe, Dra. Cora e Arq. Joana), que me guiaram pelos imensos corredores, salas, e espaços entranhados de história. A carga do tempo refletia-se na complexa herança deixada pelo passado.

O professor Dr. Rui Carita avaliava a matéria em curso, trocavam-se ideias com os técnicos do serviço, que insistiam em canalizar a investigação para os aspetos artísticos, precisamente na área em que mais hesitação me manifestava.

Mais tarde, ora inserido nos grupos de turistas (continentais e estrangeiros) conduzidos por guias, auxiliado pela madre superiora ou simplesmente só, continuei percorrendo e apreendendo as especificidades deste fabuloso e integrante conjunto.

Passados alguns meses, depois de contraposta a informação encontrada e absorvida, procedi à análise dissecada pelos temas estruturados que se seguem. A troca de correspondência eletrónica, o debate de ideias e demais conversações com o orientador

foram imprescindíveis e contribuíram em muito para esclarecer dúvidas, consolidar conhecimento, coordenar e concluir esta dissertação.

A primeira grande dúvida surgiu relacionada com a terminologia a adotar para designar o conjunto edificado. Convento ou Mosteiro de Santa Clara parece *A priori* a mesma coisa e estão as duas formas corretas, se bem empregues. Ao falar sobre as religiosas que habitam no seu interior, posso referir-me à comunidade conventual do mosteiro, concluindo nesta perspetiva que mosteiro será o conjunto dos edifícios e valências capazes de albergar a comunidade religiosa. Determinei assim que, contrariando a terminologia corrente, Mosteiro de Santa Clara seria a forma mais correta para apontar este equipamento religioso enquanto espaço físico, ideia reforçada quando pesquisada a origem das palavras percebi que convento do latim *conventus* diz respeito a assembleia e que mosteiro do latim *monasterium* significava as casas partilhadas por religiosos. Noutras definições, mosteiro está associado ao espaço onde habitam monges ou monjas, atribuindo os papas às religiosas das ordens mendicantes a condição de monjas que ocupam os mosteiros, pelo facto de serem mulheres e viverem em profunda clausura na idade média.

1. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

1.1. A Origem da Ordem

1.1.1. Os Franciscanos

No quadro fundacional da comunidade religiosa o Ocidente vivia uma crise profunda e a necessidade de uma reforma começava a desenhar-se. As práticas luxuriantes da igreja associadas ao despesismo de uma burguesia emergente, abriam enormes diferenças na organização social da alta Idade Média e geravam graves conflitos, acentuados pela rivalidade política e económica em quase todas as cidades na Europa, em especial, na Itália.

A cidade de Assis em Itália, situada entre o oriente e o ocidente, era em 1200 palco de contendas entre o povo e os nobres, inclusivamente, com a vizinha Perugia. Alguns movimentos mais radicais debatiam-se à procura de prestígio e poder. Alistado como soldado neste conflito em 1202, Francesco Bernadone, filho de um ilustre comerciante da

cidade era um jovem de forte carácter, que se destacou pela forma como defendia as suas convicções, evidenciando desde muito cedo posturas pouco comuns ao contrariar a posição de uma igreja carente de valores. Depois de uma irreverente juventude, voltou-se para a vida religiosa, identificando-se com os problemas da humanidade, da criação e dedicando-se aos mais desfavorecidos.

A humildade, a simplicidade e a justiça, são ainda hoje os princípios que regem a Ordem religiosa, que nasce precisamente nesta cidade em 1209, pela força espiritual de Francisco, através de sua preciosa e rara visão positivista da vida. Conhecida como Ordem dos Frades Menores, Ordem de São Francisco ou simplesmente Franciscanos, era composta por religiosos obedientes aos princípios do seu fundador, adotando uma vida simples, de humildade e devoção, dentro dos seus pobres conventos.

Considerado por muitos como a maior figura do Cristianismo, depois de Jesus, Francisco ajudou a construir diversas igrejas nos arredores de Assis, nomeadamente as igrejas de S. Damião, de S. Pedro e a da Porciúncula, tendo obtido autorização papal para a criação da Regra que serviria de “modelo de vida” da recém-formada Ordem Mendicante.

Em Portugal, após assembleia do Capítulo Geral, foram dois os italianos que em 1217, constituíram os primeiros conventos de franciscanos. Frei Gualter fundou o Convento de Guimarães e Frei Zacarias o Convento de Alenquer, no ano em que foram enviados frades para toda a Europa. Contudo, escreveu um cronista por volta de 1557, que S. Francisco de Assis terá fundado em Bragança um eventual convento da Ordem dos Frades Menores, aquando da sua passagem pelo norte do país em 1214, em peregrinação a Santiago de Compostela.

Fernando de Bulhões, depois Santo António de Lisboa (1191-1231), contemporâneo de Francisco de Assis, abraça a Ordem por volta de 1220, tornando-se no primeiro notável franciscano português. Verdadeiro intelectual da idade média, homem de uma cultura impar e com admirável dom como pregador, fez parte do Capítulo Geral da Ordem de 1226 e em 1227 já era ministro provincial em Itália. Foi distinguido e canonizado pela Igreja Católica num curto espaço de tempo de um ano, face à sua crescente fama de santo.

Se um novo estilo de vida religiosa praticada pelos franciscanos, muito ligada à peregrinação, nem sempre foi bem aceite pela Igreja instituída, também a sua organização provincial, vinculada à Curia Romana, tornava difícil o seu enquadramento jurídico,

criando-se desta forma muitas dificuldades e bloqueios na tão desejada expansão da Ordem pela Europa e Portugal.

Os primeiros conventos portugueses, correspondiam à Província de Santiago (Espanha), também designada por Província de Portugal por envolver todo o território nacional. Constituída estava então desde 1219, a custódia de Portugal, posteriormente desmembrada entre Lisboa, Coimbra e Évora, mas sempre dependente dos nossos vizinhos castelhanos.

Entre 1382 e 1421, devido aos conflitos entre Portugal e Castela e após o Grande Cisma do Ocidente, dá-se a divisão da Província de Santiago em dois; as custódias de Castela ficam do lado do papa de Avinhão, mantendo-se as custódias portuguesas fieis ao papa de Roma, até à separação definitiva, com a eleição de frei Gil Lobo de Tavira como ministro para a província independente de Portugal.

No âmbito das reformas na igreja, desenvolveu-se o movimento da Observância que divide, no ano de 1312, a Ordem dos Frades Menores em duas correntes religiosas, permanecendo ambas as correntes sobre o domínio da província de Portugal. Os Franciscanos Conventuais (ou Claustrais) privilegiavam os conventos integrados na cidade, mantinham escolas públicas e uma vida ao estilo monástico mas abdicando das mais “rigorosas” disposições impostas pela Regra, em prol de uma vida comum. Os Franciscanos Observantes mais exigentes com a sua condição religiosa, respeitavam a Regra na íntegra, privilegiavam a oração e a pregação, em proveito de uma vida mais simples, recatada e isolada da sociedade. Apenas no final do séc. XV, através do impulso de Frei João da Póvoa com a criação de bibliotecas, se estimulou os estudos nos conventos da observância.

Em 1517, com a separação jurídica dos dois movimentos, gera-se a Ordem dos Frades Menores da real Observância sob a tutela da Província de Portugal da regular Observância e a Ordem dos Frades Menores Conventuais integrada na Província de Portugal dos Claustrais. Os conventos dos arquipélagos da Madeira e dos Acores, ficaram sob a proteção da Província da regular Observância e dos Claustrais, respetivamente. Passados cinquenta anos, com a extinção dos Claustrais, passaram todos à condição de Observantes. Uma terceira ordem, veio juntar-se ao panorama religioso, com o aparecimento dos Capuchinos após nova reforma em 1525.

O acentuado desenvolvimento destas Ordens mendicantes durante o séc. XVI e XVII, organizou-se entre o grupo da “regular observância” formado por várias províncias e custódias, das quais a província de Portugal e a custódia de S. Tiago Menor da Madeira faziam parte e o grupo da “estreita observância”, também conhecidos por descalços ou capuchos.

Em 1834, quando se deu a extinção da vida religiosa, existiam em Portugal cerca de 176 conventos com aproximadamente 4.000 religiosos.

1.1.2. As Clarissas

Em 1210 a Ordem dos Franciscanos foi enriquecida com a primeira mulher, Clara d’Offreducci, jovem de uma também nobre família de Assis, que ao lado de Francisco, iria construir uma nova forma de vida.

Clara nasce em 1193 ou 1194 e desde muito nova percebera a sua vocação religiosa, graças à excelente formação que seus pais, Favarone Offreduccio di Bernardo e Madonna Hortolana, mesmo no meio de graves agitações provocadas pelas guerras, conseguiram transmitir. Fora um conjunto de dons e valores, aliados à desmedida fé em Cristo, que modificam radicalmente o habitual percurso de uma rica e prestigiada menina, à semelhança do que sucedera com o seu amigo e “irmão” Francisco. Consta ter sido mesmo ele, quem a terá conduzido a uma experiência de vida com poucos apoios e bens materiais, por amor a Cristo, negando o casamento e preferindo viver na pobreza e na simplicidade.

Esta mulher, por iniciativa própria e contrariando os costumes de sua nobre família, prescinde de tudo e vai para Santa Maria da Porciúncula, formando aqui, na noite de domingo de ramos de 1212, a Segunda Ordem Franciscana, conhecida também por Ordem de Santa Clara ou Clarissas.

Ainda assim, e por insistência dos seus desgostosos pais, frequentou o mosteiro das beneditinas de S. Paulo de Bastia perto de Assis, mas foi no convento de S. Damião, na companhia de Pacífica e Catarina, esta última irmã de Francisco, que Clara inicia a sua missão de irmã pobre. Foi tal a adesão de religiosas a este convento, que em 1238 contavam-se 50 irmãs em S. Damião, além da já mestra Clara orientando a vida das professoras segundo o ideal Franciscano.

O evangelho, a pobreza e a ligação espiritual com os frades menores, terão sido dos aspetos mais importantes para Clara, refletindo-se posteriormente na Regra de Santa Clara, as normas para o quotidiano de uma recente comunidade.

Intramuros, participavam todas as irmãs nos trabalhos doméstico, nos trabalhos agrícolas e nos ofícios. Desenha-se assim uma estrutura social interna, sem classes e sem regalias, fazendo-se sentir uma vida fraterna, empenhando-se as devotas em ações religiosas e contributivas para uma harmonia espiritual.

Podemos considerar a primeira comunidade feminina de S. Damião como um exemplo de vida contemplativa, sustentável pelo esforço das tarefas diárias, entre a dedicação imaterial reunida e o respeito pela pessoa humana, numa clausura não forçada mas antes escolhida por vontade própria.

Estamos na presença de um conjunto de novidades para a Igreja, com valores e características muito peculiares, que se vão esbatendo e modificando com o passar dos tempos. Contudo e ainda hoje, não há mosteiro de Clarissas que não pratique a Eucaristia, várias vezes ao dia. A espiritualidade eucarística ligada com a adoração ao Santíssimo Sacramento, era uma inovação das irmãs pobres, permanecendo como herança deixada por Santa Clara, no seguimento da doutrina do IV concílio de Latrão, de 1215.

Em Portugal, a presença de clarissas acontece cinco anos depois da morte de Santa Clara, a 11 de agosto de 1253. O primeiro mosteiro digno deste nome, surge no ano de 1258 em Lamego e logo depois aparece o de Entre-os-Rios, no lugar do Torrão. Em 1271 levanta-se o mosteiro de Santarém para receber as religiosas da comunidade de Lamego, e em 1286 nasce o mosteiro de Coimbra, refundado em 1314 pela Rainha Santa Isabel. O último dos erguidos ainda no séc. XIII, foi o de Lisboa, em 1292 no Campo de Santa Clara.

Até ao surgimento de Clarissas no arquipélago da Madeira, foram fundados mais quatro mosteiros durante o séc. XIV (Vila do Conde, Beja, Guarda e Portalegre) e outros seis no séc. XV (Amarante, Extremoz, Évora, Beja, Setúbal e Porto), erguendo-se por esta ordem, em terras lusas, o 16º mosteiro de Santa Clara, no Funchal no ano de 1495.

Deste conjunto antecedente, cuja utilização inicial foi exclusivamente para o recolhimento feminino da Ordem de S. Francisco, apenas 7 estão classificados como Monumento Nacional – Grau 1, de entre os quais felizmente encontramos o edifício em estudo, são eles:

- Mosteiro de Santa Clara de Santarém (1261) – MN – Grau 1
- Mosteiro de Santa Clara de Coimbra (1286) – MN – Grau 1
- Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde (1318) – MN – Grau 1
- Mosteiro de Santa Clara do Porto (1427) – MN – Grau 1
- Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja (1459) – MN – Grau 1
- Mosteiro de Jesus de Setúbal (1490) – MN – Grau 1
- Mosteiro de Santa Clara do Funchal (1498)¹ - MN – Grau 1

Os restantes perderam-se no tempo. As monjas de Lamego e de Entre-os-Rios foram transferidas para os mosteiros do Santarém e Porto, respetivamente. O conjunto de Lisboa, que albergava a maior comunidade da altura, desapareceu com o terramoto de 1755. O primeiro mosteiro em Beja datado de 1340 ficou bastante danificado pelo terramoto de 1363. O mosteiro de Santa Clara na Guarda, fundado em 1344, foi destruído em 1372 pelas guerras fernandinas (edificado outro em 1382). Do convento de Estremoz anterior a 1336, parece que se extingue em 1551 aquando da saída das religiosas para Portalegre. O de Portalegre, edificado talvez em 1377, não se encontra muita informação. O mosteiro de Amarante, classificado com Imóvel de Interesse Público, encontra-se em ruínas desde o incêndio em 1809, aquando das invasões francesas.

Do conjunto de mosteiros femininos de Clarissas, edificados posteriormente ao 1º mosteiro do Funchal (séc. XVI e XVII), desejo destacar os seguintes edifícios classificados como Monumentos Nacionais:

- Mosteiro da Nossa Senhora da Assunção de Faro (1519) - MN
- Mosteiro das Chagas de Vila Viçosa (1533) - MN
- Mosteiro do Monte do Calvário em Évora (1574) - MN
- Mosteiro de Santa Clara de Évora (1592) - MN

A lista que se segue, faz referência a outros mosteiros da Ordem de Santa Clara em Portugal, com graus de classificação e de proteção inferiores aos supra mencionados, embora relevantes exemplos do património construído, assim:

¹ MN - Monumento Nacional, Decreto n.º 32 973, DG, 1.ª série, n.º 175 de 18 agosto 1943.

- Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira em Viseu - MIP
- Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Ponta Delgada nos Açores – IIP
- Mosteiro da Madre Deus de Vinhó em Gouveia (1573) – IIP
- Mosteiro de Nossa Senhora de Ara Coeli em Alcácer do Sal (1573) – Grau 5
- Mosteiro das Chagas em Lamego (1588) – Grau 2
- Mosteiro de S. Luís de Pinhel na Guarda (1596) - MIP
- Mosteiro de Santa Clara em Bragança (1598) – Grau 3
- Mosteiro de Nossa Senhora da Graça em Alcácer do Sal (1599) – Grau 3
- Mosteiro de Santa Clara-a-Nova em Coimbra (1649) – Grau 2
- Mosteiro de Santa Clara em Caminha (1672) – Grau 2

Desta fase ainda, desejo relacionar dois mosteiros que embora deles pouco reste, merecem pelo tema este apontamento, refiro-me ao Mosteiro da Madre Deus de Monchique em Miragaia, Porto (1535) - grau 2 e ao quase inexistente Mosteiro de Santa Clara de Pinhel, Guarda (1602) - grau 1.

Desde o nascimento do mosteiro de Lamego em 1258 até a extinção da Ordem por consequência do liberalismo, surgiram 77 fundações da Ordem de Santa Clara, das quais 57 registaram-se no continente, outras 17 no arquipélago dos Açores e 3 na Ilha da Madeira. O mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação (1660) e o mosteiro da Nossa Senhora das Mercês (1667), ambos também erguidos no Funchal, marcaram o seu valioso percurso. O mosteiro de Nossa Senhora das Mercês, juntamente com outros onze, seguiam a Regra de Santa Clara, porem seria a Regra de Urbano IV, adotada pela maioria.

Alguns destes mosteiros andavam sob jurisdição episcopal, contudo mais de 50 fundações viviam debaixo da responsabilidade das províncias e custódias da regular observância, nomeadamente a província de Portugal, a província dos Algarves, a província de S. João Evangelista, a custódia da Conceição nas ilhas dos Açores e a custódia de S. Tiago Menor na ilha da Madeira.

Em 1739, perto de 4800 religiosas da Ordem de Santa Clara, frequentavam os mosteiros em Portugal, contudo nem todas viviam em clausura, como no caso das *mantelatas* que podiam recolher em casa.

Com o governo liberal e pela mão do ministro Silva Carvalho, através do decreto de 5 de agosto de 1833 dá-se a extinção de todas as ordens monásticas com a interdição de acolher novas religiosas, tomando o estado posse do edifício após a morte da última ocupante. Contrariando a lei, até 1910 e antes dos republicanos ordenarem a expulsão de todas as religiosas, alguns mosteiros ainda receberam pupilas.

Com o impulso do padre franciscano José do Nascimento Barreira, acontece já no séc. XX a fundação e restauração de vários mosteiros, assim como a criação de uma federação. Desta reestruturação surge o mosteiro de Santo António, no Lombo dos Aguiares, e o restabelecimento do antigo mosteiro de Nossa Senhora das Mercês, ambos no Funchal.

Constituíram os 6 mosteiros de Clarissas existentes em Portugal tal federação, por decreto da congregação dos religiosos e institutos seculares em 1967, ficando na história como a primeira presidente, madre Maria Cruz Clara do Imaculado Coração, abadessa do mosteiro de São José em Vila das Aves.

Dados recentes, anotam existir em todo o mundo, mais de 900 mosteiros e mais de 20 000 clarissas em 80 países. Em Portugal são dez os mosteiros constituídos, tendo atingido o seu número máximo de religiosas em 1994, com 189 clarissas. Pelo mosteiro de Santa Clara passaram durante estes últimos 500 anos, cerca de 600 religiosas de véu preto².

1.2. A Ordem na Madeira

Uma nova atividade ligada ao povoamento e exploração do arquipélago era uma experiência única, cultivada por uma moderna mentalidade associada à expansão derivada da epopeia dos descobrimentos e dos contactos com outras culturas, que resultou numa sociedade com um pensamento de dimensão universal. Pouco mais de trinta anos³ terão passado entre a chegada de Zarco em 1418 e 1419 e a elevação do Funchal a vila, tal foi o ímpeto deste inédito povoamento.

² SOUSA, João José Abreu de, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, 1ª edição, DRAC / SRTC, Funchal, 1991, p.40

³ Provavelmente em 1452 passa o Funchal de sede de capitania para vila, em CARITA, Rui, *História da Madeira (1420-1566) – Povoamento e Produção Açucareira*, 1º vol., 2ª edição, SRE, Funchal, 1999, p.54

“(…) que a dita Ilha da Madeira era habitada e povoada acerca de oitenta anos, pouco mais ou menos, e os frades da dita ordem de S. Francisco foram os primeiros religiosos, segundo a memória dos antigos, que sempre com ela andámos e casa edificámos (…)” – INA/TT, *Cabido da Sé do Funchal*, docs. Avulso, 11-1. Lisboa, 20 de Fevereiro de 1499.

Segundo relatos da época, não parece haver dúvidas de que os primeiros religiosos em atividade no arquipélago da Madeira, eram franciscanos e chegaram nas naus com os descobridores Zarco, Tristão e Perestrelo⁴. Outros foram chegando, mas terão sido estes padres, juntamente com mais três que se encontraram naufragados no Porto Santo, a base da inicial igreja madeirense⁵.

A primeira igreja fundada no Funchal terá sido a igreja de Nossa Senhora do Calhau e, depois, uma outra junto das novas casas do capitão, tal como uma capela a mandado da capitão Constança Rodriguez, a capela de Santa Catarina, num dos arrifes junto aos ilhéus da baía do Funchal, no mesmo local onde se teria construído a primeira casa em madeira para o comandante Zarco⁶.

“A primeyra Capitoa Constança Rodriguez de Almeida, como pessoa de grande virtude, & muyto devota, fundou, nas casas que seu marido o primeyro Capitaõ levantara para si, fundou hua Igreja á gloriosa Virgem, & Martyr Santa Catharina, & junto a esta Igreja muytas outras casas para viverem pobres merceeeyras, que servissem à dita igreja, & lhes deyxou esmola competente a seu sustento; & o Capitaõ seu marido aos Frades de S. Francisco, que consigo trouxe, & aos que achou derrotados, & com ele vieraõ do Porto Santo, fundou-lhes um Hospicio, & huma Igreja de S. Joaõ Baptista, pela ribeyra acima; mas depois se mudaraõ estes Frades para dentro da Villa, aonde hoje estaõ defronte de Santa Catharina além da ribeyra, & he já hum Convento de cincoenta Frades, & de grande observancia, exemplo, & muytas letras. CORDEYRO, Pe. António, *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, Lisboa Occidental, 1717, *ob.cit.* p.72

O cónego Jerónimo Dias Leite na sua obra sobre os *descobrimientos* da Ilha da Madeira, e António Aragão em “*Para a História do Funchal*” referem também como primeira residência dos franciscanos, a pequena capela de S. João Baptista ou capela da Ribeira⁷, antes de passarem para dentro da cidade, no convento que ficava “em baixo da vila (...) nuns chãos e terras defronte de Santa Catarina, além da ribeira”. Esta descrição corresponde ao ermitério na ribeira de S. João, a tal construção quase clandestina

⁴ ARAGÃO, António, *Para a História do Funchal*, 2ª edição, DRAC / SRTC, Funchal, 1987, p.104

⁵ CARITA, Rui, *ibidem*, p.119

⁶ *Ibidem*, p.44

⁷ *Ibidem*, p.277

construída cerca dos anos 30⁸, embora exista um fosso de mais de 10 anos, entre a chegada dos franciscanos e a construção do pequeno hospício e capela.

Ainda assim, durante o séc. XV, os franciscanos reuniram-se em pequenos cenóbios ou distribuíram-se como eremitas, provam os registos da presença dum ermitério em Machico entre 1462 e 1467 (junto do *Cavalum* ou da ribeira), dois em Câmara de Lobos (S. Bernardino e outro), um no Porto Santo e outro na Ponta do Sol já em ruínas em 1474 (primitiva capela de Santa Maria dos Anjos)⁹. Alguns destes ermitérios transformaram-se depois em verdadeiros conventos. O convento de S. Bernardino ou o de S. Francisco, são testemunhos dessas grandes “metamorfoses”.

Das primeiras descrições sobre a intenção de expansão da ordem franciscana nos arquipélagos atlânticos, consta a letra de 9 de Abril de 1423¹⁰ enviada ao franciscano frei João de Baeça pelo papa Martinho V, autorizando erguer casas franciscanas em quatro ilhas das Canárias, nomeando-o a seu pedido, vigário geral da ordem. Mais tarde, a 27 de Janeiro de 1436, o papa Eugénio IV concede licença à formação de três ermitérios, para satisfação do presbítero João Maiorquino de Valência, que tinha mostrado o desejo de viver em comunidade na ilha da Madeira¹¹. Muitos anos passados, ainda se vislumbravam movimentações entre franciscanos castelhanos e portugueses. Desta feita a 12 de dezembro de 1462, era o pedido do papa Pio II, manifestando o interesse em anexar a Ilha da Madeira à jurisdição do vigário das Canárias, frei Afonso Bolaños¹², o que não se verificou graças à intervenção de D. Afonso V.

À Ordem dos Frades Menores couberam então as tarefas de guiar espiritualmente a população dos embrionários aglomerados que iriam formar as futuras freguesias, talvez algumas das comunidades que estiveram na origem da paróquia de Machico e de Nossa

⁸ Aos primeiros franciscanos Zarco mandou “*fazer hum gazalhado no Funchal, donde depois per tempo de fez hua Igreja de são João bautista pela ribeira acima de sancta Catrina*”. Este ermitério conhecido pelo nome de S. Francisco teria sido construído cerca dos anos 30 do séc. XV, em **ARAGÃO**, António, *ibidem*, p.104.

⁹ **ARAGÃO**, António, *ibidem*, p.104; **CARITA**, Rui, *ibidem*, p.280 e 289

¹⁰ *Bibliografia Henriquina*, comissão executiva das comemorações do V centenário da morte do infante D. Henrique, Vol. I, Lisboa, 1960, p.389

¹¹ **SOUSA**, João José Abreu de, *ibidem*, p.6; **CARITA**, *ibidem*, p.121

¹² **CARITA**, Rui, *ibidem*, p.278

Senhora do Calhau, no Funchal, as duas primeiras paróquias organizadas. Terá sido esta a organização eclesiástica até 1433, ano da doação do arquipélago ao Infante D. Henrique e do seu espiritual à ordem de Cristo¹³ de que era grão-mestre. A partir de então, fora colocado um frade da ordem de Cristo em cada capitania, dependente do vigário da ilha, o grão abade de Tomar.

Nesta época, o Infante D. Henrique recebera assim a responsabilidade do povoamento dos arquipélagos atlânticos, por onde transitavam os seus navios rumo à costa ocidental africana, assumindo o controlo integral da vida paroquial e religiosa com os consequentes benefícios espirituais. Começaram *nessa* altura as divergências entre ordens, dado ser da responsabilidade da ordem de Cristo a nomeação do pároco¹⁴.

Mesmo no meio desses conflitos terá surgido clandestinamente, entre 1430 e 1440¹⁵, um ermitério franciscano com dez religiosos entre os quais frei Pedro das Covas, na margem direita da ribeira de S. João¹⁶, autorizado apenas por bula de 28 de abril de 1450¹⁷ pelo papa Nicolau V, o mesmo que autoriza em carta “*dum ad preclara*” de 10 de dezembro de 1450, os franciscanos das Canárias a edificarem na ilha da Madeira, não podendo praticar serviços religiosos da competência da ordem de Cristo.

Foram sempre inúmeras as contendas quanto às respetivas jurisdições entre as ordens franciscana e de Cristo recentemente instaladas mas já dispersas por toda a região, levando esses conflitos à expulsão dos franciscanos em 1459, regressando à Madeira e ao ermitério de S. João, apenas em 1464, sob a direção do frei Rodrigo Arruda¹⁸, provincial em Portugal e amigo de João Gonçalves da Câmara. O cronista e prestigiado homem de letras, António Aragão escreve que os franciscanos voltaram também para Machico em 1462, autorizados desta feita pelo Infante D. Fernando, que sucedeu ao Infante D. Henrique.

¹³ *Ibidem*, p.121

¹⁴ *Ibidem*, p.241

¹⁵ *Ibidem*, p.120

¹⁶ SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.8; CARITA, Rui, *ibidem*, pp.279-280

¹⁷ ARAGÃO, António, *ibidem*, p.104

¹⁸ SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.8; CARITA, Rui, *ibidem*, pp.279-280

Afastados ainda estavam os franciscanos da região, quando surge a 1 de maio de 1462, licença para a fundação dum mosteiro de frades Jerónimos na ilha da Madeira, através da carta do papa Pio II dirigida ao bispo de Évora, a pedido do Infante D. Fernando e do rei D. Afonso V, mas o que não veio a ter consequências imediatas.

A formação da diocese do Funchal¹⁹ em 1514, deixou algum espaço de manobra para os franciscanos que até ali criavam muitas dificuldades à direção política da expansão ultramarina. Instalaram-se então na Madeira autênticos conventos de frades e freiras, contribuindo tal reforço institucional da ordem dos frades menores, para a estabilidade social na região e para a fixação das mais importantes e nobres famílias. Com a chegada dos Jesuítas ao Funchal, nos finais do séc. XVI, voltaram a existir problemas com os franciscanos e alguns relacionados diretamente com o mosteiro de Santa Clara, como veremos adiante.

Foi propositadamente construído o mosteiro de Santa Clara no Funchal, para defesa das mulheres solteiras da linhagem dos Câmara, mantendo até final do antigo regime uma estrita ligação às famílias da nobreza insular. Era esta a privilegiada classe social que tinha a riqueza suficiente para garantir o pagamento obrigatório de ingresso das futuras clarissas no mosteiro, o dote. Esse aspeto é ilustrado pelo fato das freiras de Santa Clara do Funchal, como pertencentes a famílias da melhor nobreza, se deslocaram para fundar o aristocrático convento da Esperança em Lisboa.

Muita desta riqueza emerge devido à cultura e produção de açúcar, que rapidamente transformou a ilha num centro de exportação internacional de negócios. Os abastados mercadores de açúcar através da fundação de capelas, instituem na sociedade uma vertente de caráter particular na estrutura religiosa, que acabou por ganhar um protagonismo diferente do caráter oficial da ordem de Cristo e da Coroa²⁰.

¹⁹ Importante para o desenvolvimento do arquipélago foi a criação da Diocese do Funchal (1514), por insistência de D. Manuel junto do papa Leão X. Passando a arquidiocese em 1533, dependendo todos os territórios ultramarinos portugueses. **DIAS**, Pedro, *Manuelino - À descoberta da arte do tempo de D. Manuel I*, Civ Portugal, Lisboa, 2002, p.301

²⁰ **CARITA**, Rui, *ibidem*, p.239

1.2.1. Os Mosteiros Antigos

Consideram-se como mosteiros antigos todos os conventos de franciscanos erguidos na região antes do liberalismo (1834), tendo sido a primeira estrutura masculina, a erguida e implantada a norte do atual jardim municipal em 1555 como convento de S. Francisco, que já se encontrava habitado por volta de 1487²¹, “...dentro da Villa, aonde hoje estão defronte de Santa Catharina...” segundo a descrição do padre António Cordeiro, sobre terrenos que pertenceram a Clara Esteves²². Por esta altura surge também o convento de S. Bernardino em Câmara de Lobos, cuja construção do pequeno cenóbio data de 1459, data em que chegou o frade franciscano Gil de Carvalho para viver juntamente com João e Martinho Afonso²³.

Posteriormente nasce o convento de Nossa Senhora da Piedade em S. Cruz no ano de 1548, conforme vontade do comerciante de açúcar e padroeiro Jorge Lomelino no seu testamento, onde se manda sepultar na capela-mor²⁴. Mais tarde aparece o convento de Nossa Senhora da Porciúncula na Ribeira Brava no ano de 1581 como oratório²⁵, e por último o pequeno convento de S. Francisco na Calheta em 1670, levantado por meio de esmolas, pelos irmãos Francisco e Manuel Figueiroa²⁶, localizado num alto promontório sobre a velha igreja da vila. Deste grupo impera o convento de S. Bernardino por ser o único exemplar em pé. Atualmente em obras de recuperação, teve como referência o frei Pedro da Guarda, que viveu e morreu neste convento, tornando-se célebre pelas romarias provenientes de toda a ilha e continente.

²¹ **CARITA**, Rui, *ibidem*, p.290

²² Os verdadeiros fundadores desta casa monástica, modesta na sua origem e que só mais tarde se tornou num importante mosteiro, foram Luís Alvares da Costa e seu filho Francisco, no ano de 1473, em **CARITA**, Rui, *ibidem*, p.289

²³ **CARITA**, Rui, *ibidem*, p.300

²⁴ *Ibidem*, p.294

²⁵ Como hospício decorria o ano de 1732, que se tratou então de transformar em convento, em **CARITA**, Rui, *ibidem*, p.280

²⁶ **CARITA**, Rui, *ibidem*, p.280

O destaque informativo deste subcapítulo cairá porém o sobre os dois mosteiros de irmãs clarissas, contemporâneos do mosteiro de Santa Clara, deixando este último para desenvolver nos restantes capítulos.

O mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação (1660/1890). Em 1660, um grupo de religiosas provenientes de mosteiro de Santa Clara iniciou esta nova fundação em Santa Luzia, no Funchal. A sua presença mantém-se nos terrenos do antigo seminário do Funchal onde se encontra a capela da Nossa Senhora da Encarnação, que conserva alguns traços das primeiras capelas manuelinas, erguida mais de um século antes do já demolido convento de clarissas, fundado nesta encosta, do qual nada resta, salvo uma gravura e prováveis imagens da antiga igreja e capelas.

O mosteiro de Nossa Senhora das Mercês (1667²⁷/1910) Edificado na Travessa das Capuchinhas na cidade do Funchal, foi provavelmente onde se experimentou uma vida de carácter monástico mais próxima da clausura primitiva, porque foi o único convento na região onde as irmãs “Capuchinhas” praticavam a inicial Regra de Santa Clara. Também provenientes do mosteiro de Santa Clara, estas religiosas discordavam da deturpação que entendiam ter havido na Ordem e almejavam ser fidedignas ao espírito de Clara de Assis.

Com um comportamento mais rigoroso, contribuíram sem dúvida estas devotas para a sustentabilidade da Ordem de Clarissas na Madeira. Prova disso foi a persistência da comunidade dirigida pela abadessa madre Virgínia Brites da Paixão, resistindo aos impedimentos de 1834 com a implantação do liberalismo, encerrando portas apenas em 1910 pela força da implantação da república.

Depois do despejo, organizaram-se estas últimas catorze professoras e uma noviça em casas particulares, até se afastarem para outras fundações. O mosteiro de Nossa Senhora da Piedade na Caldeira, Câmara de Lobos em 1931 é o primeiro que recebe e abre portas e destinos tão diferentes, como posteriormente aconteceu na fundação do mosteiro de Nossa Senhora das Mercês nas Calhetas, nos Açores pelo ano de 1977 ou do mosteiro Santa Clara em Nova Iguaçu no Brasil em 1986.

²⁷ 1665 é o ano da fundação do mosteiro das Mercês em SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.51

1.2.2. Os Mosteiros Atuais

Apesar das tentativas de abertura à sociedade, minimizando efeitos eventualmente nocivos provocados pelo isolamento, as congregações que vivem em clausura tornaram-se pouco atrativas para a juventude em toda a Europa, colocando em dúvida a continuidade desta antiga e envelhecida comunidade, por falta de religiosos no interior dos mosteiros.

Nos mosteiros femininos da Ordem de Santa Clara na Madeira, a experiência das noviças não passou para além dos primeiros anos de formação, durante os quais só excepcionalmente são autorizadas visitas, raramente culminando em ingresso definitivo.

Segundo observação proveniente do gabinete da Diocese do Funchal, é mais fácil um rapaz entrar num seminário com vista ao sacerdócio, do que uma rapariga entrar num convento em vista da consagração, colocando o problema das vocações e na falta de mobilização da igreja para uma pastoral vocacional com o intuito de atingir objetivos.

Apesar disso, localizamos em atividade na região dois mosteiros femininos de clarissas, todos organizados a partir de 1931. Como apontamento realçamos apenas os mosteiros femininos, excluindo agora o reestruturado mosteiro de Santa Clara, em foco nos restantes capítulos.

O mosteiro de Nossa Senhora da Piedade da Ordem de Santa Clara, localizado na Caldeira, em Câmara de Lobos, foi fundado com o apoio do bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, em 16 de Abril de 1931 por dez religiosas, oito delas sobreviventes do antigo Convento das Mercês.

Em 2009 viviam neste convento dezasseis irmãs entre os 41 e os 82 anos de idade, reflexo da chamada crise vocacional traduzida no reduzido número de jovens que se dedicam à vida consagrada. Segundo a abadessa irmã Maria da Cruz, há 20 anos que o mosteiro de Nossa Senhora da Piedade não recebe uma nova religiosa, porém em anos anteriores chegaram a viver em comunidade 30 religiosas.

Foi recentemente celebrado neste mosteiro os 800 anos da Ordem de Santa Clara, presidindo a tal evento no dia 30 de setembro de 2012 o ministro geral da Ordem Franciscana frei José Rodrigues Carballo, que inspirado no perdão da Porciúncula, pediu ao papa Bento XVI uma Indulgência Plenária.

O mosteiro de Santo António foi fundado com três irmãs provenientes do mosteiro de Nossa Senhora da Piedade da Caldeira a 1 de março de 1967, exatamente na casa do Lombo dos Aguiares onde faleceu a madre Virgínia Brites de Paixão (1929). Foi esta casa de franciscanas Clarissas autorizada pelo bispo do Funchal em 1971 e ereta canonicamente no natal de 1975.

Segundo a irmã abadessa Gabriela Nascimento a média de entrada de noviças era de uma ou duas por ano, e viviam onze no seu interior, há menos de cinco anos.

O quotidiano das Clarissas da Caldeira e de Santo António é em tudo muito parecido. A primeira reza começa às 6:30h e repete-se várias vezes durante todo o dia com muitos e ordenados momentos devotos à oração dos salmos. Preenchem os seus intervalos de reflexão com atividades várias e dividem tarefas dedicando-se a atividades agrícolas das pequenas hortas dos mosteiros, como também à confeção de hóstias para todas as paróquias da diocese. Estas irmãs assumem uma vida de meditação, rendendo-se por completo a Jesus e orando humildemente para que todos os outros tenham uma vida em abundância.

2. O MOSTEIRO DE SANTA CLARA

2.1. A Fundação do Mosteiro

2.1.1. As Condições Envolvidas

Duas décadas (1476-1496) entre a autorização da construção e a licença definitiva, foi o tempo que demoraram os projetos, diligências e burocracias para a edificação do primeiro mosteiro de religiosas professoras na Madeira. Perto de oito anos (1489²⁸-1496²⁹) levaram as obras de execução do vultoso e necessário equipamento religioso designado por real mosteiro³⁰ de Nossa Senhora da Conceição do Funchal, conhecido hoje por convento³¹ de Santa Clara.

²⁸ Em 11 de Junho de 1489 já havia obras realizadas no mosteiro, em **ARAGÃO**, António, *ibidem*, p.109

²⁹ No ano seguinte a 1495, D. Manuel, estipula para o mosteiro uma renda anual de 200 mil réis, ano em que por certo o convento já estaria a funcionar, em **ARAGÃO**, António, *ibidem*, p.109 (ver nota 42 com a carta do rei – ANTT)

³⁰ O termo *mosteiro* é geralmente utilizado para conjuntos edificados isolados e de grande dimensão, como eram as antigas abadias medievais e o caso específico de Alcobaça.

As bulas papais e cartas régias que estiveram envolvidas na fundação apresentam algum desencontro encontrado de datas, repetindo-se o breve “ex injuncto nobis”, assim:

- Carta de 1457 – Letra de D. Afonso V, concedendo privilégio aos franciscanos, dispensando-os do pagamento de taxas³².
- Breve “**eximiae devotionis affectus**” de 4 de maio de 1476 – Autorização da construção e direito de padroado, pelo papa franciscano Sisto IV³³. Uma 2ª autorização para a obra arrancar, aparece datada de 1 de fevereiro de 1491, pelo papa Inocêncio VIII³⁴.
- Carta de 17 de julho de 1488 – Informa o ainda duque de Beja, D. Manuel³⁵ em carta enviada à câmara do Funchal de ter havido letra do Santo Papa a autorizar a construção.
- Breve “**ex injuncto nobis**” de 30 de março de 1495 – Licença definitiva da construção, pelo papa Alexandre VI³⁶.
- Breve “**ex injuncto nobis**” de 1 de Abril de 1495 – Carta escrita pelo papa Alexandre VI³⁷, referindo as celas prontas, portanto estaria a clausura preparada.
- Breve “**ex injuncto nobis**” de 6 de junho de 1496 – Ereção canónica pelo papa Alexandre VI, aprovando os estatutos e nomeando as fundadoras³⁸.

³¹ As instalações monásticas franciscanas, são conventos, pois que levantados nos arredores e interiores dos aglomerados populacionais. Seguindo tradições antigas, na documentação aparece o termo mosteiro e as madres superiores, por exemplo, intitulavam-se *abadessas*, como se houvesse uma abadia, pelo que optou neste texto por manter a designação de *mosteiro*.

³² SOUSA, João José Abreu de, *obra citada*, p.13.

³³ SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.12; NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, CEHA / SRTC, Funchal, 1996, p.262; ARAGÃO, António, *ibidem*, p.108; CARITA, Rui, *ibidem*, 1999, p.302; FONTOURA, osc, Otilia Rodrigues, *As Clarissas na Madeira - Uma presença de 500 anos*, 1ª edição, CEHA / SRTC, Funchal, 2000, p. 54-55

³⁴ NORONHA, Henrique Henriques de, *obra citada*, 1996, p.261; FONTOURA, osc, Otilia Rodrigues, *As Clarissas na Madeira - Uma presença de 500 anos*, 1ª edição, CEHA / SRTC, Funchal, 2000, p. 54-55

³⁵ ARAGÃO, António, *ibidem*, p.598; CARITA, Rui, *ibidem*, p.302

³⁶ FONTOURA, osc, Otilia Rodrigues, *ibidem*, p. 58

³⁷ NORONHA, Henrique Henriques de, *ibidem*, p.262; ARAGÃO, António, *ibidem*, p.109

- Carta de 13 de julho de 1496 – Alvará emitido por D. Manuel I, concedendo autorização às freiras para possuírem bens de raiz³⁹.
- Carta de 04 de janeiro de 1512 – Letra de D. Manuel I, concedendo privilégio às freiras para possuírem cobrador de rendas⁴⁰.
- Carta de 18 de março de 1566 – Alvará emitido por D. Sebastião, confirmando o direito às freiras para possuírem bens de raiz⁴¹.

Para esta fundação, contribui de modo afinado D. Manuel, na qualidade de Mestre da Ordem de Cristo, 4º Duque de Beja e Senhor da Madeira em perfeita harmonia com o clero e com frei Nuno Cão, vigário de Nossa Senhora do Calhau, no Funchal. Refere frei Fernando da Soledade, em 1705, na obra “*Histórica Seráfica*”, que D. Manuel se terá interessado pela concretização deste projeto, pelo facto do capitão donatário se ter demorado muito na execução do mesmo⁴², mas informação que não faz muito sentido.

Determinava o papa que as primeiras religiosas fossem 4 ou 5 irmãs, enviadas do real mosteiro da Conceição de Beja, a ocupar este edifício espiritual de recolhimento em regime de completa clausura e que estivessem sob a proteção da regular observância, juridicamente dependentes da então Ordem dos Frades Menores, o que se manteve até ao dia 5 de Julho de 1683, data da estabelecida Custódia de São Tiago Menor.

Iriam adotar a Regra 2ª de Santa Clara, dita também Regra de Urbano IV⁴³, com princípios menos exigentes e normas ou práticas mais facilitadas. Podiam e deviam assim possuir propriedades e outros bens próprios para o seu sustento, permitindo completa autonomia de gestão, fora algumas das vantagens autorizadas pelo clero com autorização real.

³⁸ CARITA, Rui, *ibidem*, p.302

³⁹ Carta de Alcochete, ANNT, *Chanc. D. Manuel Livro das Ilhas*, fol. 55.e ANTT, *Convento de Santa Clara. Funchal*. Lº18, fol.5 em SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.18; CARITA, Rui, *ibidem*, p.302

⁴⁰ SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.13

⁴¹ Alvará que anula a determinação do cardeal D. Henrique em vender a quinta de Santo António do Trapiche em SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.18

⁴² ARAGÃO, António, *ibidem*, p.108

⁴³ Foi o papa Urbano IV que estabeleceu a evocação de Santa Clara e a subordinação à ordem das freiras de S. Francisco, em SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.37

Prevista inicialmente para *abadessa* estava determinado pelo papa a neta do descobridor João Gonçalves Zarco, D. Joana de Noronha, professa da casa de Beja e filha do 2º capitão donatário do Funchal, João Gonçalves da Câmara, o que não veio a acontecer.

A ilha da Madeira tinha a 5 ou 8 de novembro⁴⁴ de 1497, o seu primeiro mosteiro de religiosas professas, implantado perto da casa do já falecido Zarco e agregado à igreja que este supostamente terá fundado, conhecida por igreja da Nossa Senhora da Conceição ou ainda por igreja da Conceição ou de Santa Maria de Cima.

Sobre a antiga *igreja* existente, foi escrito por J. J. Abreu de Sousa que, era utilizada alternadamente pela população da única freguesia existente na capitania do Funchal no séc. XV⁴⁵, conferindo-lhe assim, uma importância basilar na atividade paroquial da freguesia de Santa Maria do Calhau ou Nossa Senhora do Calhau, acrescentando ainda que a missa dominical era ministrada alternadamente entre a igreja de cima e a igreja de baixo (do calhau), logo já com um movimento considerável.

Relativamente à fundação deste mosteiro, julga-se que poderá ser ainda da intenção do próprio Zarco ou da mulher, D. Constança, mas a concretização deveu-se ao seu filho, embora apareça em 1473, no testamento de Clara Esteves, mulher de Pedro Gonçalves, um pedido para levantar uma capela em pedra e cal⁴⁶ no seu interior, a qual foi concedida. Especula-se também na possibilidade de ter sido uma das igrejas erguidas pelo Infante D. Henrique e mandada integrar na Ordem de Cristo em 1434 pelo papa e por deliberação do rei D. Duarte⁴⁷, em carta de 26 de Setembro de 1433.

⁴⁴ Segundo Henrique Henriques de Noronha, terá acontecido a um domingo dia 8, p.263. A irmã Fontoura escreve que foi a 5 em *As Clarissas na Madeira, uma presença de 500 anos*, ob. cit., p.1

⁴⁵ Freguesia com jurisdição entre todas as igrejas da capitania, até 1508, ano em que passou para a nova igreja e futura sé, em SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.11

⁴⁶ CARITA, Rui, *ibidem*, p.302

⁴⁷ SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.12

2.1.2. Os Padroeiros e a Família

Ficou satisfeita a vontade expressa de erigir este mosteiro por parte do casal João Gonçalves da Câmara e sua esposa D. Maria de Noronha, após a concessão do direito de padroado assim como a permissão de transmiti-lo aos seus descendente diretos, pela já referida breve de 1476.

Até ao reinado de D. Sebastião, a família Câmara tinha uma certa importância na corte, graças à presença D. Joana de Eça, esposa de Pedro Gonçalves da Câmara, filho terceiro do 2.º capitão⁴⁸, a qual mantinha convivência com a rainha D. Catarina, na qualidade de camareira-mor. O mosteiro gozará de privilégios, em parte devido a este triângulo de boas relações, famílias e amizades.⁴⁹ O convento da Esperança em Lisboa, protegido por D. Joana de Eça ficará para sempre ligado ao de Santa Clara por esse motivo.

Segundo parecia ser a intenção do 2º capitão donatário do Funchal, a entrada para o referido mosteiro seria aberta não só às filhas e família mais próxima, mas a todos as candidatas que desejassem seguir a vida conventual, o que não se veio a confirmar posteriormente, pois que somente entraram, na generalidade, candidatas de determinadas posses e relações familiares. As palavras do ainda duque D. Manuel, são mais precisas escrevendo “...e hás fryras que em elle amde emtrar nom am de seer estramgeyras mas filhas e parentas dos principaes da terra...”⁵⁰

Guiada pela mão de João Gonçalves Câmara, chegava de Beja sua filha D. Isabel de Noronha eleita já abadessa, D. Joana de Albuquerque, D. Maria de Mello, D. Maria Pessanha, D. Ana Travassos e a outras noviças também parentes, exceto a inicialmente anunciada, D. Joana de Noronha, irmã de Isabel, encarregada das obras do mosteiro e que não chegou a professar.

Mesmo com a condição que determinava a eleição democrática das abadessas prevista na Regra Urbano IV, o mosteiro esteve até meados do séc. XVI constantemente debaixo da direção dos Câmara. Professaram nele as filhas do fundador e 2º capitão donatário, D.

⁴⁸ Cf. **NORONHA**, Henrique Henriques de, *Nobiliário Genealógico das famílias que Passaram a Viver a esta Ilha da Madeira*, 1700, Edição de São Paulo, Brasil, Revista Genealógica Brasileira, 1948, pp. 121-122.

⁴⁹ **SOUSA**, João José Abreu de, *ibidem*, p.18

⁵⁰ **ARAGÃO**, António, *ibidem*, p.109

Isabel, D. Elvira e D. Constança de Noronha; as filhas do 3º capitão donatário Simão Gonçalves da Câmara, D. Beatriz, D. Isabel e D. Maria de Noronha⁵¹ e muitas outras filhas de capitães e fidalgos da Madeira, constituindo-se uma comunidade requintada pela mais distinta nobreza insular.

Fora a linha feminina dos Câmaras, escolhida durante décadas para abadessas, permanecendo o padroado na descendência do fundador, antes de passar para os condes e marqueses de Castelo Melhor. Já nos meados do séc. XIX (1867) assiste-se a conflitos litigiosos, para apurar os verdadeiros padroeiros e proprietários, reclamando os condes e marqueses de Castelo Melhor a posse do edifício, mas não tendo o processo sido resolvido a seu favor.

Na capela-mor foram sepultados os cinco primeiros capitães donatários do Funchal e alguns membros dos Câmaras. O descobridor foi sepultado ainda antes de a igreja estar incorporada no mosteiro e os restos mortais do terceiro capitão foram trasladados de Matosinhos, onde terá falecido. O túmulo de Martim Mendes de Vasconcelos, que casou com Helena de Noronha⁵², filha de Zarco, encontra-se também nesta casa. O quinto e último sepultado foi para além de capitão donatário primeiro conde da Calheta.

2.2. A Evolução do Mosteiro

2.2.1. A Subsistência Económica

Nesta instituição, não foram apenas os zelos dos padroeiros que custearam os encargos, foram também as inúmeras ofertas de gente caridosa, mas principalmente as dotações dos familiares das próprias freiras.

Ao contrário do que sucedia no real mosteiro da Conceição de Beja, com propriedades próprias e padroeiros bastante prestáveis, a estratégia orçamental de suporte aos custos de sustentação das inúmeras religiosas instaladas num edifício de grande porte, foi o pagamento oneroso e obrigatório de acesso à casa de recolhimento *eterno*, só ao alcance de ricas e nobres parentelas.

⁵¹ CARITA, Rui, *ibidem*, p.306

⁵² CARITA, Rui, *ibidem*, p.59

O dote previsto no regulamento, traduzia-se em ofertas de dinheiro, prédios, propriedades e demais doações que garantissem os rendimentos necessários à manutenção do edifício e subsistência da comunidade. O património foi crescendo à medida que as devotas iam abraçando a clausura, tomando uma dimensão verdadeiramente fabril. Funchal (Curral, São Martinho e Santo António), Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos e Ribeira Brava eram os concelhos com o maior número de bens a cargo das religiosas. Se cerca de 600 professoras habitaram neste mosteiro, fácil será concluir que mais de 600 transferências de propriedades terão ocorrido.

A propriedade do Curral Grande⁵³, depois Curral das Freiras, pertença de Rui Teixeira e D. Branca, serviu de dote às filhas do fundador João Gonçalves da Câmara, após aquisição a 11 de setembro de 1480. Por disposição testamentária do fundador, terá ficado logo no início o Curral e a Vargem, propriedade do mosteiro. Constatam de duas as fajãs doadas em Câmara de Lobos decorria o ano de 1506; uma fértil propriedade para o dote das filhas de Simão Gonçalves da Câmara e a Fajã dos Marmullanos⁵⁴ doada ao mosteiro por D. Constança de Noronha a 15 de maio de 1506.

“Outras propriedades, logo no início da existência do convento vieram dar-lhe um confortável suporte económico. O 2º capitão donatário do Funchal para garantir uma missa diária pela sua alma determinou no seu testamento que fosse dado ao convento um rendimento de 14.000 reis obtidos de terras na Várzea.” SOUSA, João José Abreu de, *ob. cit*, p.15

Sobre a propriedade da Vargem ou Várzea, situava-se ente a Rua das Cruz e a Rua da Carreira, com o muro do mosteiro a limitar os terrenos a nascente. As fazendas eram parceladas e distribuídas, comprimindo a continuidade territorial. Assim aconteceu nesta propriedade, que em formato de parcelas foram entregues a vários foreiros. O aforamento era na época uma forma de arrendar casas e isto prova que a cidade estaria a desenvolver-se para estas bandas.

O Curral das Freiras com os mais diversos produtos pecuários e agrícolas e a quinta de Santo António enquanto fazenda exemplar e a mais próxima do mosteiro, tornaram-se nas

⁵³ Este curral fora dado em sesmaria pelo primeiro capitão donatário aos avós de Branca Teixeira, de nome João Ferreira e sua mulher Branca Dias. Era o montado onde João Ferreira pastava os seus gados. SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.14

⁵⁴ Passaria a ser uma das zonas onde as religiosas obteriam mais rendimentos, em SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.63

igualmente importantes zonas agrárias e necessárias para a sustentabilidade da irmandade do mosteiro, enquanto as duas maiores e únicas grandes unidades de produção.

O Curral das Freiras numa primeira fase abastecia o mosteiro de produtos pecuários, nomeadamente a manteiga, o queijo e a carne, transformando-se posteriormente numa verdadeira dependência agrícola depois da desmatação e introdução de vinha, árvores de fruto e cereais como o trigo. Nesta propriedade brotavam ameixoeiras, castanheiros, cerejeiras, nogueiras, pereiras e pessegueiros.

A quinta de Santo António, também conhecida por quinta de São Francisco, fora propriedade de Petronilha Gonçalves Ferreira, viúva de Esteves Eanes Quintal. Era uma das maiores propriedades dos arredores do Funchal, cuja grande residência principal já apresentava telha na cobertura e um duplo lagar nas instalações agrícolas. Dezenas de escravos trabalhavam nesta granja, uns na lavoura outros como Joana, Isabel e Inês, ao serviço de Benoco Amador, em atividades domésticas na referida residência, denominada casa de São Francisco. O proprietário Benoco Amador, marido de Petronilha, do segundo casamento desta, explorava a quinta, antes de ser penhorada e resgatada pela família.

Graças à entrada da filha do primeiro casamento de Petronilha, D. Isabel Gonçalves Ferreira, viúva de Lopo de Azevedo, foi doada ao mosteiro em data posterior a 1531⁵⁵, a então quinta de Santo António (onde hoje é o cemitério e a capela), com pátio murado e composta por instalações para os trabalhadores, casas, armazéns e lagares, cultivava a vinha em latada e a cana do açúcar. Situava-se junto à ribeira do Trapiche, o que proporcionou a rega dos canaviais e a instalação de um engenho.

“Quanto ao convento, uma vez senhorio da quinta, desde o início da segunda metade do séc. XVI, vai enveredar deliberadamente, pela divisão em quinhões da mesma e o seu arrendamento em prazos muito curtos, 18 anos, com pagamento de grande parte da renda em géneros, ou seja pagamento de meias. Ao mesmo tempo, gradualmente, a cultura da cana vai ficando em segundo plano, ganhando crescente importância o cultivo da vinha. O declínio do comércio do açúcar começou com a concorrência do açúcar brasileiro.” SOUSA, João José Abreu de, *ob. cit.*, p.93

⁵⁵ Em 9 de novembro de 1551, o convento que entretanto se tornara proprietário da quinta, resgata o foro de 1000 reis que lhe pagava Pero Gonçalves ou Pedro, em SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.93

O montado de Santo Isidro, o montado dos Romeiros⁵⁶, a propriedade “Vela Latina”, a fazenda da Contenda ou a fazenda em S. Vicente⁵⁷ constituíam outras não menos importantes bases financeiras para o mosteiro.

Dispersas por todo o arquipélago foram surgindo ao longo dos séculos diversos prédios urbanos, serragens de água, moinhos, graneis, engenhos e propriedades que serviram de bases para a exploração económica, através de foreiros, colonos ou arrendatários que pagavam ao mosteiro em géneros e/ou dinheiro. Os rendimentos do mosteiro eram irregulares porque dependiam em grande parte da produção agrícola, logo a um mau mês agrícola procedia um mês de mais dificuldades.

“(…) funcionando como infraestruturas destas propriedades e águas, o convento mantinha graneis, adegas, lagares, pelo menos um engenho de açúcar e uma serra de água, tanques e levadas, embora o engenho e a serra de água não fossem diretamente explorados pelas freiras, igualmente tinham dois moinhos na Ribeira de Santa Luzia. Engenhos, serra de água e moinhos eram meios de produção donde obtinham rendas.” SOUSA, João José Abreu de, *ob. cit.*, p.64

Inicialmente, quase todas as propriedades externas funcionavam em regime de meias, contudo, foi o regime de colónia que pelos finais do séc. XVI⁵⁸, passou a tipificar maioritariamente nos contratos de exploração. O regime de colónia, de prazos variáveis era utilizado, com vista à valorização económica das terras a sul da Ilha, mais concretamente Câmara de Lobos e Funchal. Nestes contratos as religiosas tinham poucos encargos, porque as despesas inerentes à exploração, ficavam a cargo dos caseiros. Os contratos de meias, de prazos perpétuos, traduziam-se no pagamento em géneros ou dinheiro, chamado de foro, relativo a metade da colheita. O mosteiro ao receber as produções abundantes em açúcar, vinho e cereais, poderiam abastecer o convento e comercializar o excedente.

⁵⁶ Pertencera ao boticário João Romeiro, tendo entrado na posse do mosteiro no princípio do séc. XVI como dote de uma das suas filhas, em SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.63. Mais tarde entrariam outras filhas, passando as mesmas a serem designadas pelo “*rancho das boticárias*”, sendo assim referidas no *Rol dos Cristãos Novos*, sinal de que os pressupostos económicos estariam, pelo menos a par das questões de ascendência.

⁵⁷ Uma parte desta propriedade pertencia a D. Isabel de Abreu do Arco da Calheta, viúva de João Rodrigues de Noronha e que se vira envolvida num quase rapto para poder casar, que ficou célebre na História Insular. Cf. SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.64

⁵⁸ SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.19

Das propriedades de S. Vicente, no norte da ilha, as religiosas preferiam receber os foros em produtos para a sua subsistência, mais concretamente o trigo e algum linho. O controlo das propriedades era garantida pelos cobradores de foros e nestes casos, surgia o aforamento como o tipo de contrato mais viável, talvez pela distância ou pela qualidade inferior dos terrenos e culturas.

A mão-de-obra barata, através da escravatura, mas também da prática da colônia, era a forma comum usada nestas e noutras propriedades como exigência do trabalho pesado. Para os trabalhos domésticos tinham as freiras criadas para todos os tipos de afazeres.

Intramuros também algumas atividades produziam lucros que ajudavam a combater os encargos. Os rendimentos resultantes das missas e ofícios de defuntos, eram receitas partilhadas com a administração e com os protetores das diversas capelas e oratórios instalados no interior, satisfazendo-se assim ambas as partes. A pequena horta era cultivada diretamente pelas próprias religiosas ou por pessoal assalariado. O mosteiro tinha autorização régia para matar gado e cortar a carne, mas a cerca era bastante pequena e pouco rendia para a cozinha, pois a comunidade preferia ter os seus jardins. Da cozinha, o maior rendimento provinha da famosa doçaria, que era vendida para o exterior. A produção de conservas era uma fonte de receita a ter em consideração.

O mosteiro funcionava como empresa agrícola, administração imobiliária e até instituição de crédito⁵⁹ com juros a 5%, mas foi da produção de vinho que resultaram as maiores receitas, assegurando a realização de volumosas e dispendiosas obras de remodelação no séc. XVII. Por volta de 1667, tinha este mosteiro 104 tonéis⁶⁰ e muitos lagares a cargo dos feitores. Ainda no séc. XVIII era do vinho que o mosteiro tirava os maiores rendimentos.

Sérios problemas de organização foram surgindo tal era a dimensão das propriedades e a quantidade de pessoal com contratos envolvidos. A administração conventual obrigava a uma estrutura composta por gente apropriada para esse fim. Coube ao Dr. Sebastião de Teives no séc. XVII, a organização do arquivo do mosteiro, que se encontrava em más condições desde o assalto dos corsários franceses em 1566. Com pouca relevância na exploração direta em meados do séc. XVIII, o mosteiro surge como um grémio,

⁵⁹ *Ibidem*, p.78

⁶⁰ *Ibidem*, p.73

coordenando um total de 105 propriedades. Resumindo, as religiosas utilizavam o sistema de administração indireta; os arrendamentos em geral a nove anos e com renda fixa anual; os aforamentos⁶¹; os partidos de meias quando o pagamento é feito em géneros, entregando metade da produção e as colónias⁶².

J. J. Abreu de Sousa, na sua obra sobre *O Convento de Santa Clara*, descreve pormenorizadamente estes assuntos relacionados com o abastecimento, subsistência, contratos, propriedades, etc. clarificando os aspetos ligados à evolução económica e social do mosteiro, fazendo um paralelo com os ritmos da vida no exterior. Usou a expressão *Senhorio Eclesiástico*, para definir o caráter deste mosteiro, enquanto a maior empresa agrícola e a melhor estruturada, sem esquecer de referir que não fora simplesmente a grande máquina empresarial que dispunha, responsável por tanto sucesso, pois gozava este empreendimento de muitas regalias e privilégios atribuídos pelo clero e pela nobreza, isentado que estava de impostos como o dízimo, e considerados os seus bens como se à coroa pertencessem. De outras aplicações estaria isento, como por exemplo o dever de aforar ou vender todos os bens de raiz no prazo de um ano.

Como padroeiros desta instituição, e na qualidade de capitães donatários, também os direitos que tinham sobre os moinhos⁶³, os fornos de pão e sobre o sal não foram decerto usados em prejuízo da sua casa de repouso, nem os impostos que poderiam aplicar sobre rendas já taxadas, decerto que jamais foram executados, pelo menos até aos finais do séc. XVI, enquanto o mosteiro esteve sobre a alçada direta da família Câmara, contribuindo desta forma para um arranque determinado e uma contínua evolução. Tal terá depois diminuído a residência destes na corte e, ainda mais, com a sua passagem para padroado da casa de Castelo Melhor.

⁶¹ Nos contratos de aforamento enfiteuticista, a duração era perpétua. O foreiro paga um foro anual e pode transferir a propriedade a outro novo foreiro, pagando o laudémio de quarentena ao senhorio.

⁶² O colono era o produtor direto que explora a terra e paga foro direto (direito de propriedade), mais 1/3 ou 1/2 da exploração (direito de usufruir) e mais 1/3 quando existe outro usufrutuário – dupla colónia

⁶³ CARITA, Rui, *ibidem*, p.49

2.2.2. As Regras e a Clausura

Para entrar no mosteiro, não chegavam apenas as dotações em dinheiro e propriedades. Os familiares das candidatas necessitavam sempre de aprovação do ministro provincial da Ordem dos Frades Menores (mais tarde pela Custódia de São Tiago Menor) e frequentemente de autorização régia.

A clausura conventual tinha características muito peculiares, as devotas coabitavam com muita fé, sendo o mosteiro muitíssimo considerado entre a população da ilha, embora também tivesse tido altos e baixos. Tal como qualquer outra clarissa professa, tinham atividades litúrgicas durante todo o tempo, dedicavam-se diariamente à oração, rezavam a preceito o Ofício Divino conforme recomendava a 26ª e última regra, privilegiavam o culto eucarístico, valorizavam a oração litúrgica, fomentando desta forma a ação apostólica da igreja.

A atividade monástica obedecia aos critérios da Regra de Urbano IV (1263) que permitia uma vida mais folgada do ponto de vista do trabalho desenvolvido pelas religiosas, para o seu próprio sustento, contrariando os critérios previstos na primitiva Regra de Santa Clara, no entanto, a 1ª regra de Urbano IV, correspondia à 2ª regra de Santa Clara, requerendo “obediência sem próprio”⁶⁴, o mesmo que pedir sujeição à pobreza, castidade e perpétua clausura, mas com o passar do tempo, foram-se moldando as regras ao sabor da história.

A Regra, numa maneira geral recomendava às religiosas deveres e comportamentos, além de modos para o adequado funcionamento e interação das mesmas com os equipamentos e com o exterior, garantindo uma linha de vida em clausura comum a todas, evitando tratamentos individualizados e excepcionais. Desde a maneira de fazer profissão, de como eleger a abadessa, das atribuições do prelado, o que nem sempre se cumpriu, passando pela forma de contactar com o exterior ou de quem poderia entrar no mosteiro, até às formas de funcionamento das portas, da roda, do locutório e alguns pormenores que regulavam a construção de grades metálicas, portas e postigos, eram alguns dos assuntos abordados nas 26 regras.

Assistiu-se a um verdadeiro e generalizado incremento de todos os mosteiros de clarissas durante os séculos XVI e XVII; Na região, o desenvolvimento dos conventos femininos

⁶⁴ *Livro da regra da ordem do convento* – trata-se da segunda regra em ANTT, *Convento de Santa Clara, Funchal*, Livro 16

eram testemunho vivo desta nobre forma de vida. Para ilustrar este desenvolvimento, deixo de forma esquemática o número de recolhidas que habitaram nesta casa, descrito na pág. 46 e 50 de J. J. Abreu de Sousa:

1498 = 5 a 12 freiras; **1590** = 60 freiras; **1665** = 176 pessoas; **1668** = 219 pessoas; **1720** = 170 freiras (100 noviças)⁶⁵; **1764** = 224 pessoas (era o mosteiro mais habitado da região⁶⁶); **1785** = 198 pessoas (115 freiras); **1793** = 63 freiras; **1796** = 72 freiras; **1883** = 5 freiras (última abadessa eleita, datando de 1831 a última noviça⁶⁷).

Deste apanhado, podemos perceber que o número de freiras que viviam em clausura aumenta consideravelmente nos anos áureos do comércio do vinho. A prosperidade económica que se vive na segunda metade do séc. XVII até à primeira do séc. XVIII, associado ao aumento demográfico registado na Madeira, explica o crescimento da população conventual e por conseguinte a ampliação do mosteiro enquanto espaço físico. Mesmo com a criação de mais dois mosteiros de clarissas criados no séc. XVII, descritos no capítulo anterior, foram 87 as religiosas⁶⁸ que professaram entre 1650 e 1677 em Santa Clara.

Seguindo o seu destino, as irmãs tinham tempo para a entrega espiritual, mas o mais grave é que nem todas estavam de coração neste projeto⁶⁹. Se por um lado podiam receber e gozar das propriedades e respetivos rendimentos, não é menos verdade que tinham perdido o livre arbítrio das suas opções de vida. Condiçionadas pela prática política e social duma época de tradição quase medieval, as decisões do futuro da maioria destas mulheres eram tomadas pelos seus “protetores” e entravam em conflito com a vontade própria das mesmas que se viam obrigadas a uma clausura forçada. Veio da filha do fundador, D. Constança de Noronha um original exemplo destes critérios de seleção, pois ela foi a primeira mulher recolhida mas não freira.

⁶⁵ Cronologia inserida na descrição do mosteiro de Santa Clara – IPA00005013, em www.monumentos.pt

⁶⁶ Existiam nesta época entre 50 a 80 mil habitantes na região.

⁶⁷ Geneveva Carlota do Monte professou a 22 de dezembro de 1831 em **SOUSA**, João José Abreu de, *ibidem*, p.51

⁶⁸ **SOUSA**, João José Abreu de, *ibidem*, p.46

⁶⁹ *Ibidem*, p.37

“Apetrechadas com esta regra, as freiras foram galgando séculos, sempre iguais e sempre diferentes, da transição da idade média para a idade moderna, até ao barroco e aos princípios da revolução industrial. Gerindo um património sempre em aumento sofrendo as variações da vida económica, inseridas no contexto social, particularmente na classe dominante: uma aristocracia rural, ou vivendo fundamentalmente do rendimento das suas terras, mesmo que delas estivessem ausentes.” SOUSA, João José Abreu de, *ob. cit.*, p.40

Fruto de ideologias sociais da época, e da imprudente legislação eclesiástica, sentiu-se nas devotas de Santa Clara algum desconforto interno, provocado pelos erros praticados nas alterações dos critérios carismáticos imprimidos pelos fundadores das respetivas Ordens.

Coincidindo com um período de empobrecimento económico no decorrer de todo o século XVIII, inicia-se um declínio espiritual e um enfraquecimento da devoção da comunidade.

As queixas das freiras ao príncipe real pelo comportamento de algumas noviças em 1812 e o auto de visitação pastoral de 1 de junho de 1860 (em anexo), espelha a crispação entre as irmãs que comungam dos mesmos votos e convicções diariamente. Também no ano de 1812, surgiram-se contra a proposta do bispo do Funchal, a propósito de sujeitar as clarissas à jurisdição dos frades franciscanos, a qual nunca chegou a ser posta em prática.

Começam a instalar-se preocupações internas por falta de noviças ao ponto de ser a própria abadessa a solicitar ao rei a admissão de 17 irmãs por volta de 1796, pois não entrava nenhuma desde 1764⁷⁰. Um dos mais árduos trabalhos das abadessas seria por certo, gerir os bens da comunidade procurando o equilíbrio entre a população residente com o ideal da pobreza franciscana e as religiosas que não professaram por vocação.

Data de 26 de novembro de 1807 a última entrada de freiras em maior número, quando se dá a transferência das religiosas do mosteiro da Encarnação, para a instalação das forças inglesas⁷¹.

⁷⁰ *Ibidem*, p.46

⁷¹ Cronologia inserida na descrição do mosteiro de Santa Clara – IPA00005013, em www.monumentos.pt

2.3. A Existência do Mosteiro

2.3.1. A Obra Social

O mosteiro e restantes propriedades foram tomados pelo estado a 15 de novembro de 1890, após a morte da última religiosa, madre Maria Amália do Patrocínio⁷². Passados alguns anos em que o edifício esteve sem qualquer atividade, foi a 12 de março de 1896⁷³ entregue à Congregação Franciscana Missionária de Maria, após a fundação da instituição com o auxílio de um notável advogado da cidade do Funchal, Dr. Romano Santa Clara Gomes⁷⁴, funcionando o edifício como um pensionato de crianças carenciadas⁷⁵. O edifício encontrava-se em mau estado de conservação, sendo definitivamente ocupado, depois de submetido a obras de beneficiação. Esta instituição arranca em outubro do ano 1898, tendo como nome «Colégio de Santa Clara», onde era lecionado o Ensino Elementar e Ensino Secundário para meninas.

Por ocasião da implantação da república, as religiosas foram expulsas do Funchal ficando assim interrompida a sua ação missionaria na Madeira. A retirada das irmãs foi ocasião de grande manifestação de carinho da população do Funchal, pelo que o Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria o recorda com gratidão. Depois da expulsão das irmãs em outubro de 1910 o velho mosteiro, parcialmente restaurado em 1898 pela tenacidade do Dr. Romano Santa Clara Gomes, fica abandonado, sujeito à pilhagem. Muitos dos tesouros artísticos deste mosteiro e dos modestos móveis das religiosas foram dispersos, roubados e vendidos, tendo o Dr. Romano adquirido o que pôde, na esperança de os devolver mais tarde às irmãs.

Em 1912 foram partes deste monumento objeto de cedência à Câmara Municipal do Funchal, à Santa Casa da Misericórdia e ao Auxílio Maternal. À Câmara Municipal coube a responsabilidade de guardar e conservar a igreja de Santa Clara. Ficou o mosteiro para a

⁷² A última eleição deu-se em 1883, sendo eleita pela segunda vez. Morreu a 15 de novembro de 1890.

⁷³ LÚCIO, Ir. Maria Celeste, *Franciscanas Missionárias de Maria, 100 anos em Portugal*, 1995, p.731

⁷⁴ Dr. Romano Santa Clara Gomes (1869-1949), advogado e deputado às Cortes e à Assembleia Nacional. Conservador do Registo Perdial do Funchal, lugar qu exerceu até atingir o limite de idade, foi também sócio-gerente da firma *Luís Gomes da Conceição, Filhos, Ltd.* Militando ardentemente nos movimentos católicos, foi presidente do conselho central das Conferências de S. Vicente de Paulo, do conselho administrativo do Hospício Princesa D. Amélia, etc.

⁷⁵ *Jornal da Madeira* de 4 de janeiro de 2002, p.6

Associação Auxiliar das Missões Ultramarinas em 1927, perspetivando-se já a fundação de um colégio e o regresso das irmãs.

A 13 de outubro de 1926 o governo, por decreto nº12585⁷⁶, toma o compromisso de fortalecer a obra missionária nos domínios coloniais. A 12 de outubro o Dr. Romano Santa Clara Gomes escreve ao Instituto para aconselhar a reclamar o Mosteiro de Santa Clara, e assim ele poder apoiar o regresso das irmãs. Ao mesmo tempo, o bispo do Funchal contacta D. Teotónio de Castro, bispo de Meliapor, diretor das missões ultramarinas portuguesas e também grande amigo das Franciscanas Missionárias de Maria.

As irmãs regressaram em dezembro de 1928 para abraçar o projeto do Colégio Missionário Ultramarino. Em janeiro em 1929 começam a receber algumas crianças, mas só no dia 3 de maio de 1929 foi a inauguração da creche e jardim-de-infância de Santa Clara, com 60 crianças dos 2 aos 7 anos divididas em 3 grupos. No ano seguinte já havia 220 crianças inscritas provenientes das famílias mais pobres, orientadas pelo método de ensino de Montssori⁷⁷. No dia 15 de outubro, do mesmo ano, foi a abertura do Colégio Missionário Ultramarino para noviças, jovens irmãs preparadas para serem missionárias em ultramar. Mais tarde, no ano letivo 1932/33, começou a funcionar a escola primária feminina, gratuita, dos 7 aos 14 anos de idade, com Alvará reconhecido pelo ministério de educação, ao cuidado das Franciscanas Missionárias de Maria. Em 1974, logicamente, foi encerrada esta valência.

No ano 1991 foi reconhecida oficialmente, com registo definitivo, por Obra Social das Franciscanas Missionárias de Maria. É uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com personalidade jurídica, criada por iniciativa da Província Portuguesa do Instituto das Franciscanas Missionarias de Maria, com sede à Rua Chaby Pinheiro, 12 A, 1000-097 Lisboa. Tem estatutos próprios e personalidade jurídica canónica e civil e autonomia administrativa. Prossegue fins de solidariedade social, para além de fins estritamente religiosos, no campo da educação, da promoção e da saúde, com âmbito nacional, sem quaisquer fins lucrativos. (Cf. *Estatutos* Artº1º,2 e Artº2º).

⁷⁶ LÚCIO, Ir. Maria Celeste, *ibidem*, p.737

⁷⁷ *Ibidem*, p.742

O semi-internato de Santa Clara (infantário – creche e jardim de infância) é um dos quatro equipamentos da Obra Social das Franciscanas Missionárias de Maria a nível nacional. A creche e jardim-de-infância *O Viveiro* em Arcozelo, a fundação *Girasol* em Beja, e o lar de idosos de S. António em Coimbra são os outros três equipamentos.

As creches e infantários da Instituição, têm como objetivo geral educar a criança no amor, à luz dos valores humano-cristãos para a liberdade responsável, criativa e participativa incentivando-a a ser: “- Artífice do seu processo de desenvolvimento integral; - Agente de transformação duma sociedade que queremos construída na verdade, na justiça, na solidariedade e na fraternidade; - Sujeito promotor de relações consigo própria, com os outros, com Deus e com toda a criação.” (Cf. Ideário)

Este equipamento segue o método da Pedagogia de Projeto, que consiste num conjunto de atividades que têm origem em problemas concretos ligados diretamente à realidade social, privilegiando o protagonismo das crianças. Organiza-se em comunidade educativa com todos os adultos que trabalham na Instituição (religiosas e leigos) abrangendo crianças, pais e meio envolvente, numa dinâmica de participação corresponsável e criativa.

A instituição está aberta a todos os estratos sociais. É uma obra ao serviço de todos, dando prioridade às famílias mais carenciadas. As tabelas de comparticipação das crianças são elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com acordo de cooperação que é celebrado com a Secretaria Regional de Educação.

É frequentado, no ano letivo 2013/2014, por 168 crianças com idades compreendidas entre os 5 meses e os 6 anos.

“Promover o desabrochar das capacidades da Criança é acreditar na possibilidade de transformação da sociedade e na construção de um mundo novo, aberto à vida, à esperança e à fraternidade”. (Cf. *Projeto Educativo e Regulamento Interno*).

2.3.2. A Comunidade Existente

O Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria foi fundado na Índia em 1877⁷⁸ pela madre Maria da Paixão⁷⁹ para a Missão Universal. A congregação religiosa das Franciscanas Missionárias de Maria, cuja sede principal é em Roma, foi fundada a 6 de janeiro de 1879, também pela madre Maria da Paixão e elevada ao grau de Instituto de Direito Pontifício por decreto da congregação da “Propaganda Fide”, a 12 de agosto de 1885. Este Instituto faz parte da 3ª ordem de S. Francisco e tem como fim específico anunciar a *Boa Nova* (Evangelho) àqueles a quem Cristo ainda não foi revelado, àqueles entre os quais a igreja está menos presente, com preferência pelos pobres.

Em 1896 o Dr. Santa Clara Gomes pede à madre (agora beata) Maria da Paixão, Superiora Geral das Franciscanas Missionarias de Maria, irmãs para habitarem no Mosteiro de Santa Clara e assim continuarem a sua missão junto do povo da Madeira. Em 1898 chegaram ao Funchal 7 irmãs⁸⁰ Franciscanas Missionarias de Maria de diferentes nacionalidades, fundadoras do Colégio de Santa Clara.

Proclamada a República, as religiosas retiram-se, mas depois de muitos contatos e propostas do Dr. Santa Clara Gomes e com o apoio do bispo D. António Manuel Pereira Ribeiro, regressam novamente à Madeira em 1928⁸¹. Para a refundação vieram 3 irmãs e 3 aspirantes madeirenses que queriam seguir a maneira de viver desta comunidade.

Assim recomeçaram a sua missão de servir o povo madeirense através de atividades de formação e educação. A igreja de Santa Clara é reaberta e torna-se um centro de grande afluência, nos atos de culto e de adoração ao Santíssimo Sacramento.

Atualmente vivem 15 irmãs no interior do mosteiro de Santa Clara e outras 3 na Casa de S. Jorge, Caminho do Barreto, S. Martinho, que na fé e no seguimento de Jesus Cristo procuram viver o mesmo projeto comunitário na vida de oração, na vida fraterna e na

⁷⁸ *Ibidem*, p.6

⁷⁹ Beata Hélène de Chappotin (1839-1904), de nacionalidade francesa.

⁸⁰ *Ibidem*, p.733

⁸¹ *Ibidem*, p.737

evangelização/missão em pobreza, obediência e castidade, segundo as constituições⁸² das Franciscanas Missionárias de Maria e segundo a regra e vida dos irmãos e irmãs da terceira ordem regular de S. Francisco.

Como atividade principal surge a educação com a responsabilidade da Obra Social das Franciscanas Missionárias de Maria - Semi-Internato de Santa Clara. Outras funções a destacar como seja o cuidado das irmãs doentes, numa pequena enfermaria, o acolhimento dos turistas de várias nacionalidades, o acolhimento dos grupos de oração, de reflexão, de formação e de catequese paroquial e a atenção a todos aqueles que precisam de ajuda quer a nível humano, espiritual, material e social, sobretudo aos mais necessitados.

Têm consigo a preocupação da manutenção do edifício que precisa continuamente de reparações. Através do uso, contribuem para manter o património em condições de habitabilidade, colaborando com as entidades responsáveis pelas obras de conservação e recuperação do equipamento, conscientes de que sem ajuda não podem sobreviver.

A comunidade que vive no Funchal, 18 irmãs no total entre as quais 3 são continentais, pertence ao Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria, espalhado pelo mundo inteiro (28 irmãs portuguesas encontram-se noutros países, entre as quais uma é madeirense), com a atual Superiora Geral, Irmã Susane, natural da Austrália, e com ela vivem em unidade com todas as irmãs em espírito de família, de solidariedade e de fraternidade.

Na Província de Portugal existem perto de 179 irmãs divididas entre várias comunidades de norte a sul coordenadas por uma superiora provincial, atualmente a irmã Maria de Lurdes Farinha Alves, e cada comunidade tem a sua superiora local. No Funchal essa nomeação está a cargo da irmã Maria Fausta do Menino Jesus (Delina Catarina Gomes de Castro de nome de batismo), a qual me recebeu amavelmente e disponibilizou estes últimos dados.

⁸² Aprovação definitiva das constituições a 27 de Novembro de 1985 em Roma, pela congregação da evangelização da Propaganda da Fé ou *Sagrada Congregação para a Evangelização do Povo*, segundo o carisma original da Madre Maria da Paixão.

3. ANÁLISE TIPOLOGICA

3.1. A Articulação Espacial

3.1.1. A Construção Primitiva

“Logo após a queimada, que lhe destruiu a primitiva moradia, Zarco ergueu outras pousadas “ num alto que está sobre ho funchal” e defronte fundou “ hua Igreja da invocação de nossa Senhora da Conceição pera seu iaziguu”. Era esta igreja que dava também pelo nome de Santa Maria de Cima, a fim de não se confundir com a capela de Santa Maria do Calhau, construída na proximidade da foz da Ribeira de João Gomes. ARAGÃO, António, *ob. cit.*, p.107

“ (...) passou o futuro capitão donatário a sua residência mais para o interior do vale do Funchal, para um ponto fortificado por natureza, dominado por duas ribeiras (S. João e Sta. Luzia). Em frente dessa residência levantou uma pequena capela de igual invocação da capela já levantada de Nossa Senhora do Calhau, na praia do Funchal, dedicada à natividade da virgem, que passou a ser conhecida como Conceição de Cima. Esta capela foi erigida como instituição e para jazigo da família, sendo mais tarde a base da fundação do Mosteiro de Santa Clara.” CARITA, Rui, *ob. cit.*, p.47

Procuraram os padroeiros com o arranque das obras por volta de 1489, dotar o edifício dos espaços imprescindíveis para desenvolver a digna atividade a que se proponham, dentro de programas já testados no continente, mas com inerentes peculiaridades de adaptação à realidade insular. As obras de adaptação à vida monástica refletem uma ginástica conceptual talvez pouco comum na época, pois foram muitas e grandes as alterações introduzidas ao longo do tempo na já existente capela da Nossa Senhora da Conceição. Os 12 dormitórios iniciais (numero mínimo de camas exigidas para atribuição de ereção canónica), associados às salas e oficinas, conjuntamente com a própria igreja, hortas e anexos, dão escala ao ambicioso plano inicial, para um empreendimento que se desejava merecido.

Por imperativos relacionados com o financiamento das construções religiosas, as obras começavam pela cabeceira ou capela-mor, a sacristia e a casa do pároco, cujas despesas seriam suportadas pelo padroeiro principal, a família Câmara ou pelo rei, através da fazenda régia.

“Lembremos que aos padroeiros cumpria fazer, manter e ornamentar a capela-mor, a sacristia, a casa do pároco e os celeiros, enquanto aos fiéis ficava idêntico encargo relativamente ao corpo dos templos. Por isso se vêem, igrejas com absides manuelinas e as naves renascentistas ou barrocas. É que as populações só vieram a conhecer efetivas melhorias do seu viver, mais tarde, quando começaram a dar frutos as novas

culturas...” DIAS, Pedro, *Manuelino - À descoberta da arte do tempo de D. Manuel I*, Civ Portugal, Lisboa, 2002, *ob. cit.*, p.27

Como estamos perante um mosteiro, associamos a estes elementos mais antigos, os coros e respetivos acessos, a desaparecida sala do capítulo e o claustro como espaço integrador das restantes partes. Nestes referidos espaços existem vestígios suficientes para atestar a primitividade do espaço. Desta fase podemos com alguma certeza destacar o panteão dos Câmaras, cujos túmulos obedecem à sua antiga localização⁸³, as arcarias e inúmeras portas ogivais do claustro e o piso térreo do mesmo, como elementos pertencentes à estrutura primitiva. Também parece evidente aos olhos de especialistas⁸⁴ que o pórtico principal de arco em ogiva faria parte da inicial capela já existente. As relações a manter entre os cidadãos e a igreja existente, seriam condições privilegiadas para ser este o primeiro volume a ficar pronto a receber os fiéis.

“Nesta época era costume chamar aos arquitetos mestre-de-obras, titulo que envolvia por vezes outras atribuições, como seja a direção geral da obra e a sua responsabilidade. No entanto, para estas primeiras obras manuelinas, (...), o risco ou o plano da obra terá vindo de Lisboa, sendo a execução da responsabilidade de pessoal insular, embora reforçado, por certo, com gente vinda do continente para o efeito.” CARITA, Rui, *ob. cit.*, p.374

É previsível que João Gonçalves o 1º mestre-de-obras da igreja da Sé⁸⁵, cujos trabalhos arrancam em 1493 e que “*sua alteza manda para o Funchal*”, a trabalhar sob custódia do 2º capitão donatário e padroeiro de Santa Clara, fosse o mesmo mestre na orientação desta empreitada. A semelhança estrutural ligada às técnicas e sistemas construtivos ainda quase que presos ao estilo românico, reforçam esta ideia partilhada pelo professor Dr. Rui Carita. A falta de elegância e escassa leveza que se vinha a sentir no edifício da Catedral, terá provocado alguma ira na corte, obrigando D. Manuel a substituir João Gonçalves por Pero Anes, numa altura em que o mosteiro de Santa Clara já estaria habitado, embora, por certo, com obras a decorrerem.

⁸³ ARAGÃO, António, *ibidem*, 1987, p.113

⁸⁴ DIAS, Pedro, *ibidem*, 2002, p.313; ARAGÃO, António, *ibidem*, p.115

⁸⁵ Cf. ANTT, CC, cx. 9, M. 1, nº 7 (antigos *fragmentos*). Carta de Bárbaro Gomes, vedor da igreja do Funchal, participando a ida a Lisboa de João Gonçalves, *mestre da igreja que sua alteza cá manda fazer*. Funchal, 6 de junho de 1503. Este mestre não deve ter voltado ao Funchal, sendo substituído por Pedro Anes, *mestre das obras reais de carpintaria*. Os capitães do Funchal também foram afastados do controlo das obras reais, que passaram à superintendência do provedor da alfândega.

Continuavam então os artesãos, sob a fiscalização de D. Constança de Noronha (filha de João Gonçalves da Câmara e a primeira mulher que levantara uma casa de pedra em S. Pedro, Funchal), debruçados sobre os espaços destinados à clausura, articulando o claustro com os coros, as celas, cozinha e refeitório.

Segundo o professor Dr. Rui Carita, no caso da construção da igreja da Sé, terá sido o escrivão Marcos Lopes, enviado por D. Manuel, o portador do plano para esse edifício, executado posteriormente pelo Mestre das Obras Reais, o carpinteiro Pero Annes, a quem se atribuem os tetos de alfarge, tal como a direção geral na fase final da obra da Sé e da Alfândega do Funchal⁸⁶. Nas obras da Alfândega, além do referido mestre carpinteiro Pero Annes com os seus dois empregados⁸⁷ – Bartolomeu e Braz, mais dois carpinteiros trabalhavam em 1515 - Gomez Annes e Antão Gonçalvez. O mestre Gil Eanes (pedreiro nas obras da Sé), o mestre Álvaro Matoso, o mestre carpinteiro João Rodrigues e o mestre pedreiro Simão Rodrigues eram mestres⁸⁸ que viviam no Funchal no final do séc. XV, logo possíveis artesãos empenhados em colaborar na execução do mosteiro de Santa Clara. Numa área mais decorativa, Machim Fernandes, mestre entalhador de origem flamenga, estava na região desde 1514, para realizar o retábulo manuelino da capela-mor da igreja da Sé. Já no séc. XVI, viviam no Funchal os mestres imaginários Luís Ferreira e Álvaro Luís, este último responsável⁸⁹ pela formação de vários marceneiros e imaginários madeirenses. Posteriormente trabalhou para o mosteiro, o mestre carpinteiro Manuel Garcia, cujos registos datam de 1678⁹⁰.

A partir do séc. XVII, surgem vários mestres com oficinas no Funchal, dos quais destaco o madeirense Manuel Pereira (1624-1679) responsável por cerca de trinta⁹¹ retábulos deste

⁸⁶ CARITA, Rui, *ibidem*, p.374

⁸⁷ CARITA, Rui, *ibidem*, p.384

⁸⁸ CARITA, Rui, *ibidem*, p.388

⁸⁹ Segundo descritivo em Promontoria Monográfica História de Arte, nº. 8, por Francisco Lameira, Paulo Ladeira e Renato Freitas, sobre os *Retábulos na Diocese do Funchal*, promovida pela Universidade do Algarve, 2014, p.19

⁹⁰ Segundo a escritura de obrigação de dívida, depositada no Arquivo Histórico da Madeira, vol. XXII – Arquivo do Paço Episcopal, 316AEPF – Microfilme 705

⁹¹ Promontoria Monográfica, nº. 8, *ibidem*, 2014, p.23

período, entre eles o desaparecido retábulo principal da igreja do mosteiro. De referir que o Mestre das Obras Reais na Ilha da Madeira, no terceiro quartel do séc. XVI, era Mateus Fernandes (1567-1595) substituído por Jerónimo Jorge (1595-1617) no fecho do século.

Aparentemente, pela distribuição atual dos vários volumes arquitetónicos que evidenciam sem equívocos os usos originalmente atribuídos, fizeram parte do projeto inicial uma complexidade de corpos ligados entre si. A justaposição de elementos arquitetónicos, tipicamente associados a formas de expansão da cidade medieval, terão sido equacionados no todo, através de um projeto global para uma obra faseada em unidades operativas.

O volume da igreja fica acentuado pela massa dos coros no seu prolongamento poente e pela volumetria da capela-mor a nascente; Pela sala da roda penetrava-se para o interior do mosteiro, cujo corpo perpendicular à igreja, resolve o pátio de acesso principal. Pelo interior do mesmo recatado pátio, fazia-se a ligação entre a casa privada do capelão e a igreja. Numa escala mais reduzida, apresentava-se a casa do capelão a norte, entre outros anexos, armazéns e oficinas.

Quatro grandes volumes formam o conjunto articulado pelo claustro, destinado ao quotidiano das irmãs residentes (zonas de repouso, oração, refeitório, copa, cozinha, etc...); Constava no programa a sala do capítulo, como era comum noutros mosteiros. No piso térreo da ala oeste encontra-se ainda o pórtico gótico de acesso onde, segundo Aragão, um tapete de azulejos verdes idênticos aos existentes nos coros, forrava o pavimento da sala do capítulo. Escreve ainda Aragão que na mesma ala, desenvolviam-se os dormitórios primitivos, porém coloco a hipótese da sala de repouso primitiva, desenvolver-se no volume norte do claustro, sobre a arcaria gótica, adossado à empena sul do corpo da nave e da capela-mor da igreja, por ficar mais próximo da igreja e dos coros, para as atividades religiosas noturnas. Nesta lógica, ficaria o volume oeste, mais relacionado com a cozinha, copa e refeitório, ligando os serviços ao logradouro poente.

Será mais tarde (1605) este corpo estendido a sul adquirindo no seu topo dois pequenos “braços” paralelos e ainda outro volume perpendicular a estes últimos, que terá desaparecido na primeira metade do séc. XX. (pode observar-se na foto anterior a 1920 - Foto 04 do anexo 2)

3.1.2. Ampliações e Adaptações

Como referido, a empreitada de construção começou logo do início com a adaptação da capela de Nossa Senhora da Conceição, que se pretendia assimilada pelo espaço mosteiro, através de alterações inerentes ao novo programa. Eram não só alterações de ordem funcional amarradas a uma filosofia de ocupação em regime de clausura, como também seriam ampliações necessárias às atividades religiosas para a comunidade residente e população do Funchal. Foi a esta modesta capela reformada, adicionado algum do atual volume longitudinal da nave extensível ao volume dos coros, no seu remate oposto. Estaria originalmente localizado a poente o pórtico principal, que nesta fase de ampliação da nave, terá passado para a empena norte, tal como o conhecemos hoje, libertando o espaço para abertura aos coros.

No séc. XVII, pelo crescimento da comunidade franciscana, aliado ao largo número de crentes que frequentavam a igreja aquando das missas conventuais, reforçado pelos consideráveis estragos provocados por piratas invasores, e com tão bons resultados no comércio do vinho, resulta o pretexto para os primeiros projetos de alterações associados a grandes obras de ampliação e restauro. A necessidade de arranjar melhores e mais confortáveis instalações para o crescente número de freiras, servas e pessoal auxiliar, leva à elevação de uma torre sineira e ao prolongamento dos corpos para sul⁹² e poente, albergando, quase 200 anos depois, muitas mais mulheres solteiras de prestigiadas e riquíssimas famílias que também viviam uma situação de relativo desafogo económico. Desta prosperidade irá beneficiar o mosteiro de Santa Clara, que se irá refletir não só na ampliação volumétrica, como nas obras dos coros (1667) e da própria igreja e também no aumento do número de capelas construídas no interior do claustro, como por exemplo a capela de Nossa Senhora da Piedade⁹³. De facto, as obras de remodelação do altar-mor também se devem aos rendimentos do vinho⁹⁴. Consta ainda no livro de contas n.º 47 do Convento de Santa Clara depositado no Arquivo Regional da Madeira⁹⁵, obras na casa da roda, na casa do cabo, no parlatório, no miradouro, na levada e na tribuna.

⁹² O dormitório onde se inscreve uma legenda datada que alude à beleza da paisagem “Bela Vista 1605”

⁹³ SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.52

⁹⁴ *Ibidem*, p. 76.

⁹⁵ ARAGÃO, António, *ibidem*, p.116

A igreja de Santa Clara reveste-se, com a imponência que conhecemos, de uma sumptuosa aplicação de talha dourada na capela-mor e em 5 novos magníficos altares laterais. O revestimento a azulejo, compondo enormes tapetes parietais na nave e nos coros, traduz o extraordinário desejo em dotar estes espaços religiosos de mística divindade. A remodelação do teto da nave, forrado e pintado, eleva e dignifica a sala do culto sagrado. O formato do teto tripartido próximo estilisticamente do séc. XVII (incluindo a pintura do mesmo), encaixa numa estrutura do tipo “par y nudillo”⁹⁶ revelando que a estrutura original seria também em alfarge. Nesta remodelação terá desaparecido o teto da sacristia ao estilo mudéjar, que suportava a cobertura primitiva.

Em 1690 paga-se o “careto do azulejo para acabar a igreja” e por esta altura confirma-se a existência de pedreiros a assentar azulejos no coro. Julgamos tratar-se dos azulejos enxaquetados ou de caixilho, azuis e brancos, que ainda subsistem, em parte, nas paredes dos coros de cima e de baixo. ARAGÃO, António, *ob. cit.*, p.116

Os azulejos que cobrem a cobertura da torre sineira, datam do mesmo século (XVII), assumindo-se a este elemento uma data de construção com antecedência próxima da aplicação do revestimento cerâmico. O pórtico de entrada armoriado com o símbolo franciscano e mesmo a zona de pátio coberto subsequente à entrada são resultado de alterações desta fase de construção.

O cadeiral do coro de baixo, corrido pelas duas paredes no sentido longitudinal, enobrece esta sala desde 1736⁹⁷, ano em que a então vigária do mosteiro, D. Maria Helena da Vitória, mandou fazer os 50 + 1 assentos, numa campanha de obras que manteve o pavimento em azulejos mudéjares originais. Outras pequenas construções ergueram-se no séc. XVIII, a exemplo da capela de S. Francisco, contribuindo para o aumento do número de altares votivos.

⁹⁶ ARAGÃO, António, *ibidem*, p.114

⁹⁷ *Ibidem*, p.117

3.2. A Orgânica Social

3.2.1. A Vida em Comunidade

Uma noviça admitida demorava um ano entre a entrada no mosteiro e a profissão de fé. Junto à grade do coro de baixo, a principiante consumava a cerimónia de profissão, entregando os votos religiosos com aceitação e entrega total a Cristo, na presença do bispo, do escrivão, do capelão residente e do confessor da família. Ficavam reunidas as condições para usar o burel cinzento, o véu preto e um cordão branco à cintura, símbolos das clarissas franciscanas.

(...) se adornavam com hábito seráfico preto e reluzente de duran, muito pesponteado em pregas no peitilho, cabeção largo, de linho, inteiriçado; capuz em bico negro num debrum de cambraia, recurvado, a colar-se sobre meia testa, com goma de bandolina, especialidade extraída das pevides de marmelo⁹⁸. SARMENTO, Tenente-coronel, *Fasquias e Ripas da Madeira*, 2ª edição, J.G.D.A.F., 1951, p. 76

As freiras professoras traziam por cinto uma corda e deviam cobrir a cabeça com toucas brancas ou lenço comum hão também de ter veu negro estendido sobre a cabeça (...) de largura e comprimento que por ambas as partes desça as espaldas (...) as noviças deviam de trazer em véu branco e as irmãs servidoras um pano branco à maneira do véu. SOUSA, João José Abreu de, *ob. cit.*, p.38

De três em três anos era eleita uma superintendente diferente, chamada *abadessa*, em memória das antigas abadias medievais, à qual competia juntamente com o seu discretório (grupo de conselheiras), governar toda a comunidade. Depois da eleição dos diversos cargos ou ofícios distribuídos pela nova abadessa, eram todas apresentadas e confirmadas pela Custódia Provincial.

Quaisquer assuntos relativos à vida monástica das religiosas eram discutidos em capítulo conventual, reunião conjunta convocada pela abadessa, semanalmente.

Em casa anexa ao mosteiro, vivia o capelão privativo que, auxiliado pelo sacristão, assegurava a celebração das missas e ofícios divinos. A orientação espiritual era administrada pelo confessor de nomeação episcopal. Expostas sobre o sacrário e camarim, as custódias, assim como as respetivas lúnulas⁹⁹, proporcionavam às professoras enorme encanto na adoração ao Santíssimo Sacramento em oração litúrgica. A comunidade rezava

⁹⁸ Descrição retirada do conto “O Menino Perdido” do livro *Fasquias e Ripas da Madeira*, Tenente-coronel Sarmiento, 2ª edição Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1951, pág. 76

⁹⁹ Ornamento em forma de pequena lua destinado a suportar a Partícula Consagrada.

e participava nos ofícios divinos, separadas pelas grades do coro de baixo. Para as irmãs falarem com alguém na grade, deveriam estar presentes mais duas freiras e as religiosas enfermas que não podiam sair do recobro e de forma a minimizar os riscos de contaminação viral, os sacramentos eram administrados num altar existente na própria enfermaria.

Apenas por uma passagem se conseguia sair e entrar no mosteiro, porta esta sem janelas nem postigos, cuja chave estaria apenas na posse da porteira e da abadessa. Outra porta alternativa deveria sempre existir, chamada a porta inferior ou, hoje, porta do carro, que funcionava também como saída de emergência.

De forma a não serem vistas ou tocadas, mas apenas escutadas, surgem os espaços das grades e duplas grades para evitar o contacto, o espaço da roda para controlar as entradas de pessoas e objetos, o locutório e o confessionário para se fazerem ouvir. Atualmente apenas a sala da roda perdeu as características originais, reconhecendo-se os restantes elementos, que merecem uma visita, pois são dos melhores testemunhos da vida em comunidade no regime de clausura.

3.2.2. A Gente de Ofício

As religiosas que compunham a comunidade eram confessas (em maioria) ou noviças. As confessas já tinham manifestado a profissão de fé e as noviças eram as próximas candidatas. Além destas haviam as adolescentes que se educavam para provavelmente freiras, ou não – *pupilas*, existiam as irmãs que não professavam - *particulares*, e ainda as educandas, designadas por ordem do rei. As servidoras ou leigas pertenciam ao grupo geral de *irmãs* que normalmente estavam ligadas ao mosteiro por um comprometimento religioso e a estas competia o desempenho dos serviços exteriores ao mesmo.

Eram eleitas entre as irmãs confessas, em princípio, pela abadessa para desempenhar várias tarefas, ocupando-as em funções como vigária da casa, vigária do coro, enfermeira mor e assistentes de saúde, escritãs, porteira mor, porteira segunda, companhia da porteira, rodeira mor, rodeira segunda, escutas da roda, escutas das grades, educadoras das noviças,

mestra das confissões, sacristã, administradora da cerca, saleireira, forneira, azeiteira, regente, provisora, discretas, ajudantes, entre outras¹⁰⁰.

Outras atividades mereciam o máximo interesse pelas religiosas. Da caligrafia à leitura, passando pelos bordados e outras artes decorativas como as aplicações de folha de ouro e pintura no próprio mobiliário¹⁰¹, sem esquecer a tradicional doçaria, eram afazeres que algumas professoras empenhavam-se em apreender e posteriormente transmitir às noviças. Os registos de profissão apresentam uma ortografia firme, notando-se que as noviças sabiam ler e escrever.

Na presença de um piano, muitas virtuosas reuniam para cantar hinos e melodias, cujos repetitivos ensaios contribuíram para desenvolver verdadeiras competências artísticas. Segundo Noronha, o coro de cima seria o espaço onde as religiosas praticavam atividades ligadas à música e ao canto “...onde se assiste à música que nesta casa se conservou sempre com particulares vozes e ciência”¹⁰². Nesta área destacou-se a irmã Bernardina Espírito Santo no canto, irmã Joana da Cruz no baixão e a irmã Clara das Chagas pelo desenvolvimento da *festa do menino*. Cantavam em cantochão e polifonia, sendo de 1639 a data das constituições musicais, solicitadas pela abadessa de Santa Clara. A música assumia um papel importante na vida das religiosas, pois funcionava como alimento espiritual. No fim do séc. XVIII, e durante o séc. XIX, aconteciam concertos, em serões no mosteiro.

Relevante utilidade social e educativa foi atribuída a este mosteiro até finais do séc. XVII, pois funcionou como a única escola feminina da região, preenchendo a vida de mulheres que no interior do seu refúgio, tiraram proveitos dificilmente conseguidos em ambiente familiar tradicional.

¹⁰⁰ SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.47

¹⁰¹ FONTOURA, osc, Otilia Rodrigues, *As Clarissas na Madeira - Uma presença de 500 anos*, 1ª edição, CEHA / SRTC, Funchal, 2000, p. 94

¹⁰² NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas, 1720*, Funchal, CEHA, p. 264.

“Era uma sociedade basicamente democrática e com muita participação o que fazia inveja às mulheres da sociedade liberal, que passavam grande parte da existência reclusas em casa. A mulher na sociedade liberal, quando pertencia às classes superiores, tinha uma existência dependente e apagada, enquanto as religiosas nos conventos levavam uma vida social muito activa e com muita autonomia.” SOUSA, João José Abreu de, *ob. cit.*, p.47

Extramuros, outros ofícios foram imprescindíveis para a evolução do mosteiro. O procurador do convento, normalmente desempenhado por nobres, tinha um papel precioso nas tarefas de administração do mosteiro. Eram eles que se encarregavam de elaborar os contratos de exploração ou de resolver os problemas litigiosos. Os arrecadadores de foros que serviam para cobrar as rendas, os feitores que colaboravam na administração dos bens e fiscalizavam o trabalho dos escravos, os escrivães a quem competia lidar com os documentos importantes ou o almocreve que guiava o burro no transporte de mercadoria, foram alguns dos aliados profissionais que tinham acesso ao mosteiro.

Outro privilégio régio concede “autoridade às abadessas para elegerem hu homem, que como seu procurador, sem esperar o beneplácito da Justiça da terra, executasse os cazeyros, foreyros e rendeyros da Casa, e vendesse os seus penhores”, em ARAGÃO, António, *ob. cit.* p.110

Lagares, adegas e graneis deveriam estar bem situados, para os colonos procederem à divisão e entrega das colheitas. Os arrecadadores de foros e os feitores, controlavam e fiscalizavam a receção dos produtos e os modos como os agricultores cuidavam as fazendas, podendo sempre que entendiam, mover processos judiciais e expulsarem os colonos.

O testemunho de que as religiosas não abdicavam duma vida com regalias típicas das nobres origens, foi a presença da escravatura¹⁰³ mesmo no interior do mosteiro. Fazia parte do quotidiano das irmãs a presença de escravas nas lides domésticas, beneficiando imenso dos seus serviços.

¹⁰³ SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.44

3.3. A Ligação Cidadina

3.3.1. Envolvente Urbana

No princípio houve, da parte do capitão donatário, a preocupação em integrar alguns campos agrícolas, para cultivo e exploração interna. Anexa ao mosteiro, ficara a propriedade da Vargem¹⁰⁴, a sul das Cruzes que se estendia até à Rua da Carreira, terreno que confrontava a poente do conjunto. Ainda que insuficiente, criadas ficaram as primeiras hortas nas cercanias do mosteiro.

Extramuros proliferavam tanques de água, levadas, engenhos, moinhos, adegas, lagares, celeiros e demais infraestruturas ou instalações agrícolas de apoio, que foram surgindo em vários locais da cidade ou fora dela, normalmente associados à localização das propriedades exploradas, acompanhando o crescimento da cidade e contribuindo de certa forma para a criação de uma rede de comunicação, influenciada pela evolução do mosteiro.

Naquela altura, a Calçada do Pico, no seguimento da Calçada de Santa Clara, era a via que ligava a cidade à serra, proporcionando comunicação no sentido norte com os terrenos agrícolas da Achada e com os terrenos de pasto pertencentes à abegaria do rei. A nascente do mosteiro, distam 300 m até encontrar a margem direita da ribeira de Santa Luzia, onde existiam no séc. XVI numerosos moinhos e percursos perpendiculares de ligação à Calçada do Pico. Uma dessas artérias seria a Travessa das Capuchinhas, cujo primeiro registo de urbanização¹⁰⁵ data de 1506, antes da fundação do mosteiro das Mercês ou Capuchinhas, que fazia a ligação principal de acesso ao mosteiro, conhecida como *rua de vay para os moinhos*¹⁰⁶, assegurando o transporte e abastecimento de cereais para a comunidade conventual.

¹⁰⁴ **SOLEDADE**, frei Fernando da, *Histórica Seráfica Cronológica da Ordem de S Francisco na Província de Portugal*, III, Lisboa, 1705, pp.350-352; **SOUSA**, João José Abreu de, *ibidem*, p.25

¹⁰⁵ Em 22 de Dezembro de 1506, o convento deu de aforamento a João Fernandes, 15 chãos pegados ao convento, para fazer casas em **SOUSA**, João José Abreu de, *ibidem*, p.24

¹⁰⁶ Também designada por *rua das mouras* em **SOUSA**, João José Abreu de, *ibidem*, p.24

A propriedade da Vargem era das próximas a mais importante, no entanto outra horta a sul da Travessa das Capuchinhas, servida a norte pelo beco da Madureira¹⁰⁷, ficou pertença do convento por doação de Simão Gonçalves da Câmara ainda no séc. XV.

Quem descia a Calçada de Santa Clara, hoje com o belo pavimento em basalto coberto por betuminoso, percorria a Rua do Surdo, conhecida em fins do séc. XVI por *travessa que vai para a igreja de S. Pedro*¹⁰⁸, que sucedia ao convento franciscano de São Francisco e depois à Sé, chegava num ápice ao centro das ramificações da cidade manuelina.

O engrandecimento do mosteiro e da igreja representa o enriquecimento da sociedade e o crescimento do Funchal. A população, embora de hábitos tradicionalmente rurais, começa a ganhar protagonismo no meio urbano, evoluindo culturalmente, amadurecendo mentalidades e formando uma massa crítica e intelectual própria de um ambiente de prosperidade económica. É este o ambiente do final do gótico, embora numa fase já tardia no arquipélago da Madeira. O gosto pelas artes e pelas obras pias motiva uma competição que se traduz num crescente número de encomendas e consequente admirável produção artística. Assiste-se neste quadro, ao gótico das novas ordens mendicantes¹⁰⁹, resultado da atitude cristianizadora e pastoral ao ambiente urbano, adequando-se a arquitetura e o seu recheio ao pensamento coletivo de uma sociedade pujante, ativa, rica e religiosa.

Prova desta riqueza cultural, graças à concentração de património edificado que a compõe, a Calçada de Santa Clara é uma das mais ricas artérias da cidade. De inclinação acentuada perpendicular à linha costeira, esta antiga artéria fazia a ligação entre o centro da cidade e o mosteiro. O extremo sul concorda com o cruzamento entre a Rua do Surdo, Rua da Mouraria e o adro da igreja de S. Pedro. A igreja matriz de S. Pedro, edificada ao estilo maneirista entre os finais do séc. XVI e princípios do séc. XVII, destaca-se pela sua alta torre em diálogo na paisagem com as homólogas da Sé, Colégio e Santa Clara.

A oeste desta artéria, entre a Rua da Mouraria e o mosteiro, alinham-se dois deslumbrantes palácios. No gaveto do cruzamento, o Palácio de S. Pedro, agora museu e aquário

¹⁰⁷ Chamado antigamente por beco da Horta das Freiras, beco Pero Jorge ou beco de Gole-Gole, em SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.26 e p.75

¹⁰⁸ SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.27

¹⁰⁹ *História da Arte Portuguesa*, dirigida por Paulo Pereira, *O «Modo» Gótico (Séculos XIII-XV)*, 3º vols., 1ª edição, Círculo dos Leitores, 1995-1997.

municipal fecha o quarteirão; Progredindo para norte surge o *Palácio da Calçada*, atual museu Dr. Frederico de Freitas. Limítrofe à Rua das Cruzes, na mesma faixa oeste a norte do mosteiro, remata o museu da Quinta das Cruzes, outro magnífico palácio que fecha esta contínua banda de edifícios de grande interesse histórico e artístico.

Com uma elevada e peculiar concentração de património na mesma artéria, interessante seria um programa com circuitos e visitas temáticas programadas, valorizando e promovendo o conjunto, marcado pela época dos “sacarocratas” e dos “vinocratas” que enobreceram o tecido urbano.

3.3.2. Localização e Implantação

“Há mais nesta cidade hum convento de freiras de Santa Clara, Franciscanas, de grandes rendas e maiores virtudes, e de 60 freiras de véu preto, fica sobre uma rocha muito forte, e com boa vista para o mar, mas não para terra, por razão dos altos muros, e com pequena cerca (...)” António Cordeiro referindo-se ao convento em 1690, segundo J.J. Abreu de Sousa, *ob. cit.*, pag.49.

A posição horizontal do mosteiro no planeta, com a exatidão do sistema de coordenadas geográficas e segundo leitura executada através do *Google Earth*, o pináculo da torre da igreja de Santa Clara, situa-se na latitude: 32°39′02.06″N e na longitude: 16°54′47.28″O.

O edifício, evidencia-se pela sua massa volumétrica, cujo enquadramento urbano não dissimula. Implantado no cimo do morro à cota de soleira por volta dos 60 m, o destaque deve-se à sua própria elevação topográfica, manifestando-se a sua presença com auxílio da torre sineira, em muitos dos locais da cidade, cuja expressão dos altos muros limita.

Aproximando-se do mosteiro, distinguem-se belos detalhes urbanos, como o chafariz embutido no muro a norte – Rua das Cruzes, e o adro gradeado na entrada da igreja, muito perto da belíssima porta de entrada do mosteiro.

Todo o conjunto corresponde atualmente a 3564,40 m² de área de implantação e 4878,50 m² de logradouros compostos por claustro, pátios e hortas. São estas as áreas¹¹⁰ que resultam das parcelas de terreno com cerca de 8442,90 m² de ocupação do mosteiro de Santa Clara nesta cidade.

¹¹⁰ Áreas calculadas através de polígonos rigorosos desenhados em CAD, contudo não correspondem às áreas oficialmente registadas na conservatória.

Atualmente inscrito no livro modelo vinte e seis, do concelho do Funchal, sob o número oito e na matriz predial urbana sob o artigo nº 493, aparece registado o mesmo imóvel em 1867 com a seguinte descrição:

“Igreja e mosteiro e cerca amurada, formando tudo um só corpo, confina pelo norte com a Rua das Cruzes, pelo sul com Diogo Dórnelas França Carvalhal Frazão Figueiroa e o Conde de Carvalhal, pelo este com a Calçada de Santa Clara e pelo oeste com terras que pertencem hoje a George Banger Welsh, descritos no livro 2.º B sob nº 218, e outros”¹¹¹

4. ANÁLISE CONSTRUTIVA

4.1. A Estrutura Arquitetónica

4.1.1. Entre o gótico e o manuelino

Neste edifício estaremos na presença de uma estrutura de transição composta ainda pelas enormes e necessárias espessuras das paredes, para receber as grandes pressões provocadas pelas abóbadas típicas dos sistemas do período românico e gótico. Todavia, começam a desenhar-se as técnicas usadas nas estruturas góticas, a partir da construção do *pegão* - contraforte colado na parede para a descarga lateral da pressão das abobadas, que dão origem noutras ocasiões aos arcobotantes quando estes elementos descolam da empena. Importa referir que do ponto de vista técnico a utilização dos arcos ogivais aplicados no claustro, permitem o lançamento de coberturas mais altas e leves, características evidentes da estrutura gótica mas ainda pouco exploradas nesta obra.

Embora estejamos a escrever sobre um edifício que se pretende “fechado” ao exterior pelos motivos associados à clausura, o corpo da igreja será sempre aquele que pode reunir mais características próprias do sistema gótico. Mesmo com uma verticalidade controlada, à nave da igreja não falta a luz natural motivada pelos grandes janelões, nem os enormes vãos interiores dos coros. Começam a reunir-se códigos e vários indícios de um desenvolvimento original na estrutura e na decoração inerente, mais expressiva posteriormente na sé do Funchal. Num ambiente que se aproxima do gosto manuelino,

¹¹¹ Descrição predial nº 351 de um registo da conservatória de 1867 autorizando o convento de Santa Clara ao uso e posse de um anel de água continua da fonte da Fundoa - S. Roque, 2 horas de rega de 15 em 15 dias da levada dos moinhos. In “O reclame” de 20 de novembro 1890.

acompanham nesta leitura, a Catedral, as igrejas de Machico, de Santa Cruz, da Ponta do Sol e do Loreto, assim como inúmeras capelas.

A decoração arquitetónica manuelina, nem sempre alusiva aos descobrimentos¹¹², surge neste mosteiro naturalmente ligada aos elementos fitomórficos que cobrem algumas partes da estrutura gótica. Pela temática da ornamentação, o manuelino ultrapassa as fronteiras nacionais, existindo exemplos, embora mais carregados e complexos, por toda a Europa. Estamos num período em que o homem começa a observar a natureza, refletindo-se na decoração arquitetónica as inspirações naturalistas. Destaca-se com alguma exuberância, o imponente arcossólio ao estilo gótico flamejante¹¹³, abonado por elementos vegetalistas e animalistas, valorizando o conjunto sepulcral de Martim Mendes de Vasconcelos, genro de João Gonçalves Zarco. Mais redutor ao nível da decoração mas de enorme sobriedade, afigura-se o excepcional traçado da arcaria do claustro e o portal gótico da igreja.

Riquezas abundantes permitiram financiar os feitos artísticos, fruto da expansão ultramarina que enriqueceu não só corte e os nobres, mas toda a comunidade de negociantes e serviçais. Nesta fase de enorme volume de encomendas, a falta de mestres qualificados e experientes, conduziu uma leva de homens empenhados e curiosos a conceber e construir muito ao jeito do português desembaraçado. O modo particular de projetar e a maneira de executar, estabelece uma qualidade de cariz popular na conceção dos elementos arquitetónicos e decorativos, idealizados por principiantes na arte de construir. Estas características peculiares distinguem-se das restantes versões contemporâneas do gótico tardio, devendo-se sublinhar esta condição, como uma distinção evidente do manuelino. Foram evidências suficientes para Pedro Dias falar numa arquitetura manuelina¹¹⁴, não pelo estilo próprio e coerente da forma construtiva, não pela exclusividade de um rei ou de um país mas porque representa um fenómeno fixado no tempo e no espaço, nomeadamente o início do séc. XVI nas Ilhas, no Continente, na Europa e nos territórios Ultramarinos.

¹¹² DIAS, Pedro, *ibidem*, p.23

¹¹³ *Guia dos Monumentos do Funchal*, coordenação Diva Freitas, Funchal 500 Anos, E.M, 2008.

¹¹⁴ DIAS, Pedro, *ibidem*, p.28

“A necessidade de se conseguirem muitos construtores, em pouco tempo, para dar respostas aos desejos de uma clientela impaciente, levou a que mestres secundários e operários sem formação adequada fossem encarregues de levantar edifícios, e se vissem a braços com problemas que resolviam de forma empírica. Valorizavam excessivamente os elementos de decoração, abusavam das formas vistosas, acoplavam colunas e colunelos a pés direitos sem qualquer razão funcional, resultando em arte de claro recorte anti erudito e ingénuo.” Dias, Pedro, *ob. cit.*, p.28

Em paralelo, assiste-se a um revivalismo decorativo baseado em formas e técnicas de origem muçulmana, importada de Andaluzia e dos reinos de Castela, talvez executada pela mão de mestres de tradição islâmica que na região ou no continente viviam. A manifestação mudéjar em Portugal e na Madeira, fez-se sentir com mais frequência nas obras régias, sobretudo depois da visita a Espanha de D. Manuel I em 1498¹¹⁵. Os tetos em alfarge de obra de laçaria e os azulejos sevilhanos provam o surto decorativo ao gosto mourisco e o apetite pelos ambientes arábicos, nos mais antigos vestígios dos coros neste mosteiro.

O símbolo da realeza não deixa de ser um forte sinal da intervenção do rei D. Manuel I, ou não tivesse o mesmo dado uma nítida orientação relativamente ao aproveitamento dos fenómenos artísticos e consequente publicidade régia. A arquitetura merecia todo o cuidado e atenção de quem queria passar a mensagem de poder, embora neste caso, salvo a azulejaria mudéjar dos coros, nada pareça indicar a intervenção régia.

Além dos fatores técnicos ligados à arquitetura, podemos considerar importante na invenção e definição do gótico, a função ideológica e teológica. Panofsky considerava que a arte andava em paralelo com o pensamento; Assim consideravam os historiadores quando faziam o paralelismo entre as sugestões plásticas e as motivações da retórica.¹¹⁶

“O gótico era visto como a expressão arquitetónica da fé cristã, e os arcos de volta perfeita e as formas clássicas eram vistos moralmente tingidos por associações pagãs ou judaicas...” (Onians, 1988, p.119)

¹¹⁵ *Ibidem.*, p.25

¹¹⁶ *História da Arte Portuguesa*, dirigida por Paulo Pereira, *O «Modo» Gótico (Séculos XIII-XV)*, 3º vols., 1ª edição, Círculo dos Leitores, 1995-1997, p.17

O novo estilo e a nova estética passavam a ser sinónimos de uma nova prática pastoral com a associação aos novos modelos de cristianização usados pelos frades menores¹¹⁷. Exceto na cabeceira onde os avultados investimentos do padroeiro permitiam desenvolver uma técnica mais apurada e dispendiosa, os restantes elementos do mosteiro eram construídos a custos controlados, com coberturas em madeira sem se socorrer de engenhosos sistemas de travamento.

“De facto, o impacte da arquitetura cisterciense e das ordens mendicantes dá o mote para a arquitetura gótica portuguesa durante cerca de 150 anos”. Paulo Pereira, *História da Arte Portuguesa, O «Modo» Gótico (Séculos XIII-XV)*, 3º vols., 1ª edição, Círculo dos Leitores, 1995-1997.

4.1.2. As Obras de Recuperação e Beneficiação

Profundamente reformulado ao estilo maneirista e barroco, este espetacular mosteiro manuelino de traçado gótico, assente num sistema de cariz românico e edificado no final do séc. XV, resiste do ponto de vista estrutural, graças à estabilidade motivada pelas suas paredes autoportantes de estrutura mista, no entanto, sucessivas empreitadas de recuperação, beneficiação e ampliação foram necessárias e executadas nestes cinco séculos de história.

No séc. XVII, existem registos de obras de recuperação relacionadas com intervenções nos coros e colocação dos azulejos na nave da igreja em 1667 e empreitada do altar-mor para a instalação do sacrário de prata a 12 de agosto de 1671.

Deveremos considerar que a colocação dos retábulos nas paredes da nave e no altar-mor decorrentes entre o final do séc. XIX e o princípio do séc. XX¹¹⁸, trouxeram danos irreparáveis nos tapetes parietais do séc. XVII.

¹¹⁷ PEREIRA, Paulo, *ibidem*, p. 37

¹¹⁸ ARAGÃO, António, ob. cit., p.117

Foram porem as mais polémicas intervenções protagonizadas pela Direção dos Monumentos Nacionais, registadas na década de 40 e 50 do séc. XX com a demolição das capelas existentes no claustro, pois nem o argumento de que à procura estariam de restituir ao claustro a arcaria gótica original que se encontrava envolvida pelas capelas, serviu para apaziguar a revolta sentida pelos mais atentos e informados, que nunca perdoarão a destruição destas relevantes construções ligados à história do mosteiro.

Na segunda metade do séc. XX algumas intervenções de construção civil levadas a cargo acompanharam originais e pouco frequentes operações de restauro em elementos decorativos, as quais darei enfoque no capítulo final.

Desastroso foi a presença de andaimes com deficientes proteções, sobre os tapetes de azulejos mudéjares do coro baixo, aquando da intervenção estrutural dos apoios ao pavimento superior em 1978. Repostas foram as peças danificadas às quais se juntaram outros elementos provenientes da sé velha de Coimbra, trabalho organizado com a colaboração de pessoal especializado, vindo do museu do azulejo.

Em 1987, promovido pela DRAC e pelo Museu de Arte Sacra, reuniram-se as condições para restaurar o cadeiral do coro de baixo. Passados três anos, com a colaboração da já extinta DGEMN (Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais) começam os trabalhos de restauro dos tetos da capela de S. Domingues de Amarante e da capela da Ascensão do Senhor.

Mais recentemente, a obstrução na abertura das portas das duas capelas do claustro, devido a descuidada intervenção nos alpendres adjacentes e a duplicação da estrutura da cobertura da capela de São Domingues de Amarante sem utilizar os elementos primitivos, foram consideradas soluções pouco lógicas, alvo de crítica da parte de historiadores e especialistas em obras de recuperação.

A forma de manter este edifício, será sempre um paradigma devido à sua complexidade, características, antiguidade e ao contínuo desgaste provocado pelos inúmeros utilizadores e visitantes, pelo que se deverá criar modelos para pôr em prática uma cultura de conservação preventiva, cuja responsabilidade caberá a todos aqueles que tem ações diretamente sobre o imóvel como também aos que tem competências no âmbito da coordenação e gestão.

4.2. A Dimensão Religiosa

4.2.1. Espaços de Culto

Os espaços de utilidade pública, nomeadamente catedrais, igrejas ou capelas destinadas ao culto religioso, foram objeto de relevantes alterações arquitetónicas relacionadas com o espírito maneirista e barroco, cuja necessidade de enfatizar a atmosfera divina e espiritual, promovida pelo Concílio de Trento em meados de séc. XVI, obrigava à reinterpretação dos ambientes existentes e à utilização de novos elementos. Também designado pelo Concílio da Contra-Reforma por oposição ao Protestantismo, definição pouco apropriada porque redutora, este acordo foi determinante na futura estrutura e doutrina da Igreja Católica, mas também na, não menos relevante, definição da liturgia e do ritual da missa (missa tridentina). O reforço e a importância do culto dos santos, das relíquias e das imagens, iriam pontuar em todos os mosteiros de Santa Clara.

Só no claustro do mosteiro, pertenciam às nobres freiras dezasseis capelas e oratórios¹¹⁹, excluindo outros santuários espalhados pelo mesmo. Eram verdadeiros santuários privados, edificados às suas custas e só ao alcance de fidalgas oriundas de ricas famílias. Cada irmã fundadora, seria a responsável pelo embelezamento e engrandecimento do seu oratório, através da aplicação de elementos picturais e escultóricos, satisfazendo as suas devoções. Faziam então parte destas dezasseis capelas e oratórios existentes no claustro as seguintes invocações: Ressurreição (existente) / Encarnação / Bom Jesus / Santíssimo Sacramento (existente) / Ascensão / Porciúncula / Assunção da Virgem / Senhora da Conceição / Desterro / Senhora do Rosário / São João / São José / Santa Clara de Assis / São Francisco de Assis / Santo António / São Gonçalo.

Em 1530 e 1550 foram executados os altares de Santo António e da Assunção da Virgem, respetivamente. As construções dos dois altares dos coros, datam de finais do séc. XVI, início de XVII, sendo o de baixo executado em primeiro lugar, no ano de 1590. De 1650 existem registos da construção da capela de São Domingues de Amarante, ficando para finais do séc. XVII, a empreitada dos altares laterais e colaterais e do púlpito da nave¹²⁰, depois ainda reformulados nos finais do século seguinte, por 1790.

¹¹⁹ FONTOURA, osc, Otilia Rodrigues, *ob. cit.*, pág. 70

¹²⁰ Parágrafo baseado na cronologia divulgada em www.monumentos.pt

Das capelas ainda existentes, além das duas do claustro - Ressurreição e Santíssimo Sacramento, podemos referir a capela de São Domingos de Amarante no alpendre junto ao acesso ao coro baixo, a capela da Anunciação na sala da roda e o retábulo de Santo António, no coro de baixo, que desconhecemos de onde veio, provavelmente da capela com a mesma invocação.

4.2.2. Condições de Habitabilidade

Independentemente da Regra instituída e orientadora, uma das condições necessárias e indispensáveis à sobrevivência humana foi e é a presença de água para consumo próprio (água potável), para o emprego nas tarefas domésticas e para o uso na agropecuária. Segundo João José Abreu de Sousa, havia mesmo um tanque junto ao claustro, cozinha e refeitório o que reforça a ideia da proximidade destes espaços e articulação funcional com o claustro. Outros tanques ou bebedouros é certo que existiriam não muito longe, preparados para a rega da horta, adequados à lavagem de roupa ou até para uso de alguns animais domésticos.

Com o claustro também se relacionava o dormitório, sala aberta sem compartimentação, com janelas para o interior do mesmo e com camas separadas, ficando a cama da abadessa destacada das restantes irmãs¹²¹. Inicialmente não existia saneamento básico, contudo os quartos de banho deveriam andar por perto dos dormitórios e não muito longe dos tanques de água. Os dejetos provenientes das necessidades fisiológicas eram depositados em recipientes próprios e posteriormente transportados para fossas diretas ao subsolo conjuntamente com os resíduos e detritos dos animais e vegetais da horta. O estrume produzido nestes perigosos e nauseabundos esterco seriam provavelmente usados para adubar os terrenos sujeitos à exploração agrícola.

Duas fontes de água¹²² existentes na Fundoa em S. Roque, serviam o mosteiro através de encanamento que atravessava terrenos doados em 1524. Era esta fonte de vida, uma abundante riqueza na região, todavia não o suficiente para evitar desencadear alguns

¹²¹ SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.38

¹²² Mais de treze dias de água da Levada dos Piornais, herdada de várias pessoas e seis dias da Levada do Castelejo, em SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.27 e p.64

desacatos, como terá acontecido entre a população residente no mosteiro e os proprietários dos terrenos limítrofes ao longo dos séculos seguintes.

Tem a data de 3 de janeiro de 1527, o contrato com Gomes Annes e o bacharel Lopo Dias, para a construção de um aqueduto no Pico dos Frias, encosta sul onde nasce por volta de 1600 a sobranceira fortaleza de São João Baptista, para defesa da cidade contra os ataques dos piratas. A 25 de outubro de 1578 celebra-se contrato para ceder dois terços das águas que passam no aqueduto aos coproprietários da quinta – Francisco, Gaspar e Diogo Frias. Em troca teriam de mudar o cano existente no subsolo por outro a céu aberto, de forma a facilitar as reparações e evitar perdas consideráveis de água¹²³. Posteriormente surge o protesto dos Frias, ocorrido no ano de 1664, pelo desvio da sua água, conflitos que se foram registando mesmo quando a quinta dos Frias passou para a posse do Colégio dos Jesuítas¹²⁴ e a água passou a ser partilhada com o colégio do Funchal.

Alguns dos alimentos essenciais à vida das religiosas no interior do mosteiro, eram o açúcar, o grão e a farinha proveniente dos próprios engenhos e moinhos. Transformadas sabiamente estas matérias-primas, davam origem ao pão e aos tradicionais bolos e pasteis, muito apreciados fora do convento.

As hortas existentes nas cercarias, garantiam frutos, legumes frescos e outros vegetais como as batatas ou cebolas, indispensáveis a uma mais nutriente e saudável alimentação após os jejuns incumbidos pela regra. No interior existiam lojas minimamente adaptadas para armazenar o *stock* dos diversos mantimentos, sendo que só para o vinho o armazém tinha capacidade para nove tonéis¹²⁵. A armazenagem das velas e do petróleo deveriam obedecer a cuidados especiais pelo poder inflamativo, provavelmente longe de oficinas e fornos.

A carne era assada à peça, o que obrigava à execução de grandes churrasqueiras e reservas de lenha. As braseiras provenientes das fogueiras poderiam ser usadas no aquecimento de salas, nos dias mais frios, através de camilas ou mesmo salamandras, se bem que alguma

¹²³ SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.30

¹²⁴ FONTOURA, osc, Otlia Rodrigues, *ibidem*, pág. 101

¹²⁵ FONTOURA, osc, Otlia Rodrigues, *ibidem*, pág. 100; SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.74

sala, de maior dimensão, não dispensa-se da tradicional lareira, apesar das temperaturas amenas na região.

Também existiriam oficinas próprias, uma vez que seriam necessárias reparações de equipamentos agrícolas, alfaias ou mobiliário de dimensões consideráveis, assim como um pequeno armazém de azulejos, como é referenciado por J. J. Abreu de Sousa. É ainda suposto que outra pequena oficina terá funcionado para trabalhos de escultura em barro¹²⁶.

4.3. A Geometria das Formas

4.3.1. Áreas e Dimensões

Este capítulo descreve as áreas e dimensões dos espaços mais significativos, nomeadamente aqueles que estão destinados às visitas públicas, ou seja igreja, coros e claustro.

A igreja apresenta uma única nave com 21,37 m de comprimento por 9,86 m de largura. Os 210,70 m² conseguem albergar cerca de 175 pessoas, espalhadas pelos 22 bancos corridos no lado da epístola e outros 21 no lado oposto, todos eles de diferentes formatos e madeiras. Com esta disposição ficam criados os três corredores de passagem, um central e dois laterais. A grandiosidade do espaço é atribuída pelos 11,58 m de altura no eixo central da nave. A capela-mor a nascente, com abobada à altura de 10,54 m, configura-se de planta retangular com 5,58 m x 7,36 m. A avantajada profundidade do retábulo e as escadas de aproximação ao mesmo, retiram alguma da área útil, dos 41,06 m² no limpo. Sob o arco triunfal de 3,83 m de lado por 7,56 m de alto, um palco em madeira, sobreleva a mesa do altar, espaço no qual é celebrada a eucaristia. O arco do pórtico em ogiva lanceolada¹²⁷ eleva-se a 2,32 m da soleira, apresenta uma largura de 2,63 m (luz) e uma flecha com 1,68 m de altura.

¹²⁶ A existência de duas *Piedades*, e outras esculturas no espólio deste convento, assim como o aparecimento de uma quantidade apreciável de fragmentos na capela do Corpo Santo, todas executadas num barro vermelho, muito semelhante ao usado depois para a execução de presépios, em **CARITA**, Rui, *ibidem*, p.382

¹²⁷ Quando a flecha é menor que a luz, sendo a flecha a altura do arco e luz a largura do vão, que corresponde à base da ogiva. Nestes casos, o centro dos arcos ficam na base da ogiva.

No extremo oposto, acompanhando o mesmo eixo longitudinal, encontra-se o coro baixo com 4,70 m de pé-direito; Aos seus 140,86 m², com 19,84 m de comprimento por 7,10 m de largura, contornam-se 50 (25+25) cadeiras implantadas em forma de U aberto para o lado da igreja. Encostado às paredes, este soberbo cadeiral apenas é interrompido pelo altar no topo poente; no topo oposto, rasga-se o vão duplamente gradeado com 3,10 m x 1,90 m¹²⁸. No andar superior, com dimensão muito semelhante, o coro alto a 6,03 m de pé-direito, apresenta no seu topo nascente, uma largura de 9,00 m, ligeiramente ampliada para o enquadramento dos 3 enormes vãos de ligação visual à igreja. O vão maior de 2,18 m x 1,90m ao centro e os dois laterais correspondem a 1,80 m x 1,60 m.

A torre sineira eleva-se 27,27 m desde a cota do pavimento do coro baixo até à ponta do pináculo. Tem uma cúpula oitavada circunscrita num diâmetro exterior de 3,34 m que apoia no corpo paralelepípedo quadrado com 4,34 m de alçado exterior. O pináculo descansa no fecho superior da cúpula e tem cerca de 1,75 de altura.

O claustro de dois níveis, envolve 801 m² de implantação. O piso térreo é composto pelos 330,4 m² de jardim com 285,6 m² de galerias. O piso superior apresenta 185 m² de arcada coberta, 119 m² de alpendre, 57,4 m² das duas capelas nos cantos e ainda 109,2 m² de terraço lateral a céu aberto. Sobranceiro às arcadas quinhentistas paralelas ao volume da nave da igreja, desenvolve-se uma sala a toda a extensão, com uma altura de 5,13m e com 6,81 m por 27,17 m de área útil. Os 7 arcos em ogiva lanceolada do claustro apresentam uma base a 2,06 m de altura, num ritmo de poente para nascente de D B B A C C E¹²⁹.

“Analisando a arquitetura popular da Madeira, as medidas padrão, alinhamentos, esquadrias e triangulações são excecionalmente semelhantes, denotando modelos comuns e curiosamente, medidas padrão definidas oficialmente depois da época manuelina. Estamos assim em presença de padrões tradicionais, por ventura ibéricos, ou mais provavelmente mediterrâneos, transportados pelos primeiros povoadores e oficializados na época manuelina.” CARITA, Rui, *ob. cit.*, p.367

¹²⁸ Na descrição das dimensões de vãos, com o formato de a x b , a=largura, b=altura

¹²⁹ **A**=3,96m (luz) x 2,66m (flecha); **B**=2,97m (luz) x 1,94m (flecha); **C**=3,43m (luz) x 2,21m (flecha); **D**=3,22m (luz) x 2,04m (flecha); **E**=3,51m (luz) x 2,21m (flecha)

4.3.2. Materiais e Acabamentos

Algumas matérias-primas endógenas eram utilizadas na construção civil, como o caso da cal extraída no Porto Santo, o calhau e alguma madeira, todavia a maioria dos materiais transformados, vinham do continente ou eram importados. De Flandres chegavam madeiras, de Castela alguns materiais executados com barro - telhas, azulejos e outras peças de olaria. Pregos, taxas, fechaduras e ferrolhos são exemplos de peças metálicas empregues nas ligações de peças em madeira no séc. XV. O chumbo era usado nas canalizações. A folha de ouro utilizada na talha, chegava de Lisboa, preparada pelos bate-folhas que trabalhavam o ouro, proveniente do Brasil.

Algumas técnicas de construção teriam sido importadas pelos mestres-de-obras mais experientes, que vinham do continente. Uma descrição de casa em pedra e barro, na Ponta do Sol com perto de vinte metros de comprimento com boas paredes de *braça craveira*¹³⁰ (especificação técnica erudita) é sinónimo do avanço que se fazia sentir nos métodos construtivos.

Identificado com as armas da ordem franciscana e rematado por frontão e cruz, surge o portal exterior do mosteiro de Santa Clara em cantaria rija regional. Já no interior da cerca de altos muros rebocados e pintados, um pátio em calhau miúdo permite chegar não só à igreja, após atravessamento sob alpendre em telha canudo de três águas apoiado em dois pilares, como também aos anexos a norte através de portal em cantaria regional, este também encimado por frontão de alvenaria.

Do mesmo pátio, acede-se ao átrio do edifício de dois pisos com friso horizontal a meio, destinado ao recolhimento das religiosas. Átrio coberto, de transição exterior/interior marcado por dois arcos abatidos e cinco portas contornadas por vãos em cantaria boleada, por certo, de uma campanha de obras do séc. XVII. Alinhados nesta fachada sul do alçado ao nível do piso superior, mais quatro vãos de cantaria boleada, que definem um nicho com imagem da padroeira, delimitam as janelas de guilhotina com lambrequins de madeira lacada a verde-escuro.

¹³⁰ CARITA, Rui, *ibidem*, p.368.

Vencendo o átrio coberto, encontramos na antiga sala da roda, hoje sala de entrada composta por pavimento lajeado, paredes rebocadas e uma parte do teto em caixotão pintado, onde uma antiga capela prenuncia o espírito devoto que se vive entre paredes. A partir desta grande antecâmara de entrada, distribuem-se os utilizadores em diversos percursos correspondentes com as suas atividades ou necessidades, entre aos mais variados espaços de acesso público ou privado - coros, torre, claustro, residências de religiosas, creche ou pátios.

Um dos centenários percursos, faz comunicação com o grande logradouro oeste através de um alpendre de dois pisos suportado por colunas de madeira assentes em cantaria de base oitavada, distinguindo neste corredor medieval, mais uma capela e os incontornáveis acessos para os andares dos coros. Caminhando ao nível térreo passamos pela base da torre sineira de cunhais em pedra até descobrir o belo claustro quinhentista, com jardim bem arranjado. O claustro assimétrico, apresenta-se delimitado por galeria com portas de arcos em ogiva no piso inferior e terraço protegido por balaústres de madeira no andar superior. Fecha o claustro a sul, duas capelas com alpendre nos cantos opostos, e a norte, os sete arcos em ogiva de cantaria, assentes em colunas oitavadas, sobre os quais estreitas varandas de sacada e grades de madeira, rasgam o volume das antigas selas das professoras.

Para a igreja, um portal em mármore branco, com duas arquivoltas de arcos lanceolados que repousam sobre colunelos lisos e rematados por simples capitéis, marcam a entrada do espaço divino e convidam a atravessar as originais e maciças portas de duas folhas em madeira lacada a vermelho escuro. Deve tratar-se de um dos elementos mais antigos do conjunto, de feição bastante gótica. Tudo leva a crer assim ter vindo do continente, nos meados do séc. XV, dado ainda estar longe da estética manuelina, talvez das pedreiras de Sintra ou do Alentejo para a inicial capela de Santa Maria de Cima. Não deixa de ser interessante possuir portadas em madeira ainda de inspiração mudéjar, por certo inspiradas nas portadas iniciais, pois nenhuma porta de madeira sujeita às intempéries como esta, mesmo pintada, poderia resistir tanto tempo.

Na mesma frente de alçado, virado a norte, cinco grandes vãos de cantaria regional aparente, dão forma às enormes janelas de guilhotina em madeira¹³¹ lacada a branco, que

¹³¹ Nesta obra o carvalho, a riga, o til, o vinhático ou o pinho foram madeiras potencialmente usadas. Na talha dava-se preferência ao castanho, na imaginária retabular preferia-se o cedro.

deixam passar a luz do dia. Duas águas com 60% de inclinação, compõem a cobertura da nave em telha cerâmica tipo canudo¹³². Já no interior e revestida a azulejo de tapete, apresentam-se os altos panos de paredes em alvenaria de pedra regional rebocada, com mais de 1m de espessura. Olhando para o teto sente-se o conforto das madeiras reforçadas pelos tirantes de ferro, que em caixotões pintados com brutescos, forram a cobertura. No topo poente, quatro vãos ligam a igreja aos coros, sendo que o maior, encontra-se ao nível do pavimento da igreja e afigura-se com duplo gradeamento metálico separado cerca de 40 cm, para evitar contato físico entre as religiosas. Duas portas de madeira abrem-se no lado do evangelho¹³³, uma central com guarda-vento de madeira servia de entrada ao público e a segunda recuada, de acesso privado ao mosteiro.

O púlpito entalhado com baldaquino e escadas de acesso, mais os diversos altares em talha dourada e policromada com telas centrais, pertencem à campanha de obras dos finais do Séc. XVIII. No lado da epístola na sequência dos dois altares idênticos, existem duas portas de madeira maciça, de acesso ao claustro do mosteiro. Também de madeira com escala semelhante, são formados os dois confessionários embutidos no lado da epístola. Dois altares colaterais com frontão mais detalhado e tela pintada, enquadram o arco triunfal, coroado por frontão em talha e crucifixo. O desnivelado pavimento da nave é composto por soalho de madeira bem envernizada, com tábuas corridas de vários formatos, ladeado por enorme degrau lajeado que liga os altares laterais ao altar-mor.

Na capela-mor, de paredes em alvenaria rebocada e pintada a branco e pavimento composto por madeira no centro e pedra na periferia, os sentidos convergem para o fascinante retábulo de talha policromada, com duplas colunas emoldurando uma tela central e imagens laterais. Domina a atenção o esplendor do sacrário de prata ao centro. Através de portas de madeira acedemos à sacristia pelo lado do evangelho, e ao claustro pelo lado da epístola, onde se revela uma grade de comunhão com portinhola central. Já na sacristia, de paredes rebocadas e pintadas a branco, destaca-se o pavimento em cantaria e o teto forrado a madeira envernizada.

¹³² Telha de forma curva de um único canal, também conhecida como telha de meia cana ou mourisca.

¹³³ Evangelho/epístola lado esquerdo/direito respetivamente, de quem está virado para o altar-mor

O coro baixo apresenta um pavimento composto por tijoleira e azulejos mudéjares, paredes rebocadas e pintadas a branco com pinturas sobre telas. Cadeiral embutido, lateralmente policromado com assentos rebatíveis, com exceção da cadeira independente e amovível destinada à madre superior.

O coro alto também com azulejos mudéjares no chão, exhibe pinturas sobre tela e madeira nas paredes revestidas a azulejos enxaquetados e o teto em caixotão com tirantes de madeira. Nas paredes corre cadeiral de madeira com pilastras oitavadas intermédias, bancos amovíveis e dois altares de talha dourada, com pinturas laterais sobre madeira, nicho central e sobrecéu entalhado e pintado. À direita do observador, mais um altar de madeira pintada com marmoreados e pintura central sobre papel protegido com vidro.

5. ANÁLISE ARTÍSTICA

O segmento decorativo vai acompanhando os movimentos artísticos ao longo dos séculos, fundindo-se com a arquitetura quando a própria estrutura serve de base interventiva. Os trabalhos de escultura na pedra, na madeira ou mesmo as pinturas aplicadas diretamente nos elementos constituintes do espaço arquitetónico, são exemplos claros de associações entre artes, tornando-se por vezes difíceis as leituras separadas.

“A redução simbólica da arquitectura gótica e da respectiva ornamentação, a tal ponto que podemos falar quase de uma redução da arquitectura à arquitectura, ou seja cada edifício contem apenas em si representados os próprios elementos arquitectónicos.” *História da Arte Portuguesa*, Paulo Pereira, ob. cit., p.49

Parece evidente que no mosteiro de Santa Clara, antes da introdução de elementos ligados ao período maneirista, se assiste à sobriedade e simplicidade de inspiração franciscana na arquitetura, extensível à decoração. A ausência de iconologia na arquitetura e o reduzido detalhe na decoração transpõe os religiosos para ambientes serenos, conferindo um papel mais importante na organização e conceção espacial, ao encontro das definições ideológicas do gótico, construído no auge dos modelos escolásticos e aristotélicos¹³⁴. Na verdade a decoração preferida para os elementos construídos no séc. XIV e XV, são quase todos vegetalistas (pórtico da igreja, tumulto tardoz, azulejaria dos coros) e minimalistas na representação e no trabalho.

¹³⁴ *História da Arte Portuguesa*, dirigida por Paulo Pereira, ob. cit., p.48

Desenvolve-se em simultâneo, um novo sentido de entendimento das figuras e formas artísticas, implicadas com o estilo gótico, cujo mosteiro vê enriquecer com alfaia, tecidos, pinturas, livros e as mais diversas joias em ouro ou prata, com as quais pias ofertas procuraram conquistar a proteção divina.

A arquitetura da época manuelina presente neste mosteiro não usufruiu apenas de influências mudéjares, com os seus tradicionais tetos de alfarge¹³⁵ e azulejos de expressão hispano-mourisca, pois as obras que decoravam os altares e oratórios teriam cunhado fortemente este período, embora muito pouco tenha a nós chegado.

Três razões podem ser apontadas como motivadoras deste gosto. A primeira é de que a influência islâmica é muito antiga no território continental. Mudéjares chamam-se aos elementos da cultura islâmica, debaixo da lei política cristã. A segunda prende-se com a conquista do Norte de África, no século XV, quando os portugueses foram apanhados de surpresa por uma cultura francamente refinada em comparação com a sua. Por último, com a subida ao trono de D. Manuel, incrementa-se mais ainda este gosto. **CARITA**, Rui, *ob. cit.*, p.384

Também uma forte intervenção da arte flamenga marcou a época manuelina, principalmente através de pinturas e esculturas importadas do norte da Europa. Prova de boas relações neste tempo, graças à apetência pelo negócio do açúcar, foi a presença de comerciantes flamengos, italianos e alemães na região, criando muito rapidamente famílias e raízes e chegando a cerca de 18 000 habitantes¹³⁶ de origem europeia no final do séc. XVI em Portugal. Se inicialmente, eram trabalhos importados de Flandres pela realeza¹³⁷, numa segunda fase, estava o comércio do açúcar em plena prosperidade na região, seria a própria nobreza madeirense e demais comerciantes, incentivados pelas ofertas reais, a encomendar diretamente as peças artísticas.

¹³⁵ **CARITA**, Rui, *ob. cit.*, p.384

¹³⁶ **DIAS**, Pedro, *ob. cit.*, p.301

¹³⁷ O rei D. Manuel I, cobrando 1/5 de todo o açúcar produzido na ilha, e competindo-lhe como administrador da ordem de Cristo, o pagamento e manutenção do culto insular, lógico seria que uma parte importante da importação de obras de arte da Flandres acabasse por se destinar à Madeira, em **CARITA**, Rui, *ibidem*, p.379

“Desde os alvares do séc. XV, quando o pintor Jan Van Eyck visitou Portugal, que Bruges, Gand, Ypres, Malines, Bruxelas e Antuérpia eram locais de referência para as compras de obras de arte, o que foi incrementado significativamente após o casamento da Infanta D. Isabel com o Duque de Borgonha, Filipe-o-Bom.” Pedro Dias, *ob. cit.*, 2002, p.30

Itália e Flandres¹³⁸ eram as regiões consideradas no séc. XV como os principais centros criadores de reconhecidos progressos técnicos e modernos métodos de representação. Os retábulos importados, começam a dar sinais duma estética clássica, definida por estruturas fixas, em madeira, que enquadram tábuas pintadas. Exceto os trabalhos produzidos pelos pintores portugueses conhecidos (Nuno Gonçalves, Álvaro Pires e pouco mais), quase toda a pintura da nossa recuada produção retabular foi oriunda de modelos exteriores. Assim se passou na ilha da Madeira; O vocabulário ornamental – brutescos, mascarões, medalhões, entre outros, foi adotado por influência de artistas nórdicos.

Moldados à arquitetura das igrejas e capelas, os retábulos eram importantes equipamentos litúrgicos com relevante papel religioso, que ocupavam normalmente toda a parede testeira dos espaços onde se inseriam. Verdadeiros escaparates de arte, apresentavam pinturas, talhas, imaginária, mostravam alfaias e espelhavam vivências duma determinada sociedade, que se envolvia na encomenda dos equipamentos litúrgicos e artísticos.

“Do espólio retabular outrora existente nos edifícios administrados por estas instituições (clero regular) subsistem *in situ* dois importantes conjuntos, ambos na cidade do Funchal: um na igreja do Colégio de São João Evangelista da Companhia de Jesus e o outro no convento de Santa Clara, de religiosas franciscanas”. *Retábulos na Diocese do Funchal*, Promontoria Monográfica História da Arte, nº 8, Universidade do Algarve, 2014, p.9

Os retábulos *eucarísticos*, associados à exposição do Santíssimo Sacramento, gozavam de maior relevo. Menos frequentes eram os retábulos *relicários*, contudo há referências¹³⁹ de um, numa das capelas do claustro de Santa Clara. O retábulo da capela da Anunciação, localizado agora no átrio de entrada do mesmo templo, é descrito¹⁴⁰ como provavelmente o pioneiro dos retábulos *devocionais* a três temas do séc. XVII. Só em meados do séc. XVIII,

¹³⁸ *História da Arte Portuguesa, ibidem*, p.148

¹³⁹ *Retábulos na Diocese do Funchal*, por Francisco Lameira, Paulo Ladeira e Renato Freitas, Promontoria Monográfica História da Arte, nº 8, Universidade do Algarve, 2014, p.10

¹⁴⁰ *Ibidem, ob. cit.*, p.10

aparecem novas tipologias de retábulos, com superfícies planas e pinturas em madeira, fingindo pedras – os marmoreados, como acontece nos retábulos da nave da igreja, numa fase tardo-barroca.

Como já referido, no capítulo da pintura e imaginária a arte flamenga teria gozado de muita expressão na região, pois embora também pouco chegasse até nós, algumas obras estão visíveis no Museu de Arte Sacra. Eram normalmente trabalhos de grande escala, transportavam ambientes religiosos de iconografia espiritual, detalhados e muito expressivos. Podiam observar-se composições equilibradas nas formas, harmoniosas nas cores, e as figuras representadas transmitiam fortes emoções aos observadores mais atentos. O modelado das vestes, as posições corporais e gestuais, a envolvente, o enquadramento volumétrico através do uso da perspectiva e a natureza representativa, são algumas das fortes características da pintura flamenga, que eventualmente serviram de modelo para a execução de algumas peças existentes nos coros de Santa Clara.

Consultar a monografia elaborada por Manuel C. de Almeida Cayola Zagallo, *A Pintura dos séculos XV e XVI da Ilha da Madeira*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943, foi sem dúvida uma preciosa ajuda para identificar certas obras espalhadas no mosteiro, algumas hoje no Museu de Arte Sacra do Funchal¹⁴¹. Obras de arte perderam-se¹⁴², umas foram vendidas em hasta pública¹⁴³, outras ainda encontram-se nos locais para onde foram projetadas. Artistas locais também terão interferido na abundante produção artística espalhada por capelas, oratórios e altares, inspirados pelas obras de raro valor executadas pelos melhores pintores, escultores e entalhadores nacionais ou estrangeiros.

Duas exposições aconteceram, entretanto, com o objetivo de criar um acervo para o Museu de Arte Sacra, a primeira de ourivesaria data de 1951 e a segunda de imaginária (escultura religiosa do séc. XVI, XVII, XVIII) em 1954, ambas no mosteiro de Santa Clara. Uma

¹⁴¹ De pintura a óleo sobre madeira da Escola Portuguesa, provenientes deste mosteiro, possui o Museu de Arte Sacra alguns exemplares do séc. XVI, que transitaram de algumas demolidas capelas.

¹⁴² As mais valiosas poderão não ter escapado à pilhagem dos corsários franceses em 1566, apesar de não haver qualquer informação verosímil sobre esse saque, segundo Prof. Carita

¹⁴³ 71 artigos fazem parte de uma lista de artigos propostos para serem vendidos em hasta pública – retábulo a óleo de N. Sra. da Piedade ou Descimento da Cruz; outros Retábulos; Livros; Peanhas; Cadeiras; Caixas; Pratas; Bandejas; Purificadores de Prata; Loijas; Confessionários; Lâmpadas; Estatuas; Moveis e Estantes; Quadro a óleo; Altares com frontões; Panos; Resplendores; Vestimentas; etc.. Arquivo Regional da Madeira, - S.2, E.9, P.3, nº 49

parte do importante acervo de azulejos em exposição no museu Dr. Frederico Freitas, provem do mosteiro, assim também como foi cedido em 1997, uma parcela da cerca para a instalação da secção de azulejos do museu. Contribui este mosteiro para o notável acervo de azulejaria hispano-mourisca depositado na região, cobrindo toda a história desta atividade, com real destaque para os pavimentos do séc. XV, existentes nos dois coros.

No que toca à escultura no início do séc. XVI, 70% da produção nacional¹⁴⁴ provinha das oficinas de Coimbra. Diogo Pires-o-Velho, Diogo Pires-o-Moço ou ainda João de Ruão poderão estar envolvidos nos ensinamentos de alguns homens que deitaram mão à obra. Entre aqueles cuja autoria das obras é apenas atribuída ou definitivamente reconhecida, podemos distinguir Fernão Gomes, Martim Conrado, Nicolau Ferreira ou Alfredo Miguéis na qualidade de pintores, Manuel Pereira e Estevão Teixeira de Nóbrega na arte da talha e ainda os prateiros António Araújo, António Neto e António Soares, como alguns dos magníficos artistas que contribuíram para o embelezamento desta casa religiosa.

Na talha, na pintura, na imaginária e nos azulejos ficou bem presente o movimento artístico próprio do maneirismo, que também chega ao Funchal durante todo o séc. XVII até se fundir no barroco, para decorar os altares, oratórios, púlpitos, etc. Os tratados de Vignola e Serlio e o Concílio de Trento, foram fatores fundamentais para a expansão destas correntes artísticas, às quais o mosteiro de Santa Clara não ficou imune. O dinamismo e a complexidade das formas conferem as tensões e as emoções desejadas pelos intelectuais que valorizavam a originalidade da interpretação individual e prestigiavam os valores clássicos e naturalistas associados ao humanismo renascentista. Marcado pela contradição, apresenta-se a igreja de Santa Clara e seus coros com uma sóbria arquitetura exterior, contraposta com um interior extravagante, decorado com azulejos e talha dourada.

Com um espírito de liberdade conceptual semelhante ao do manuelino, a corrente artística do séc. XVII, continua a fundir tradições e raízes locais e a misturar estilos. Os elementos clássicos vão aparecer mas numa abordagem eclética e experimental.

¹⁴⁴ DIAS, Pedro, *ibidem*, p.29

5.1. Igreja e Capela-Mor

5.1.1. Aspetos Decorativos

Elaborado com o primor típico de um gótico flamejante, o impressionante arco de cantaria, decorado com elementos em forma de plantas, delimita o jazigo embutido e assente em três leões deitados¹⁴⁵, localizado na parede do fundo da igreja, junto ao coro baixo, pertença de Martins Mendes de Vasconcelos¹⁴⁶, cunhado de João Gonçalves da Câmara.

Na parede do fundo da igreja encontra-se incrustado o túmulo de Martim Mendes de Vasconcelos, genro de Zarco. Trata-se duma curiosa peça lavrada em cantaria cinzenta da Madeira e coeva da primitiva construção. É sem dúvida a composição tumular mais antiga que, no seu género, se conhece na Ilha. Compõe-se dum carneiro ou jazigo sustentado por três leões jacentes e abrigado por um portal de nítida tradição gótica. No intradorso da arquivolta e nos capitéis, desenrola-se uma ajustada decoração de elementos fitomórficos que se comportam segundo o gosto tardio dum goticismo da segunda metade de quatrocentos, em **ARAGÃO**, António, *ob. cit.*, p.114

A tumularia em Santa Clara constitui uma valiosa herança do património desta igreja. Exemplo será o caso das lajes sepulcrais existentes no chão da capela-mor provenientes da Flandres¹⁴⁷, pedras tumulares Hainot¹⁴⁸ ou Hainaut (região da Flandres) com cercadura de latão. O professor Dr. Rui Carita refere-se à existência de outras pedras com inscrição rematada aos cantos por medalhões com os quatro evangelistas, da mesma data e origem, mas não visíveis atualmente. Era comum aos mártires, bispos, reis ou nobres ficarem sepultados nas igrejas o mais perto do altar¹⁴⁹ ficando os restantes grupos sociais sepultados noutros espaços da igreja, claustro ou espaços envolventes, immortalizando-se no lugar que ocupam as diferenças sociais. Foi na cabeceira desta igreja o panteão dos Câmaras; O túmulo da 1ª abadessa e de sua irmã Constança pode ser visto no corredor de acesso ao coro de baixo; O genro de Zarco ficou sepultado no tardo interior da igreja, mas nada afirma que sempre ali tivesse estado. Relativamente ao túmulo de Zarco, foi mesmo

¹⁴⁵ **ARAGÃO**, António, *ibidem*, p.114

¹⁴⁶ Segundo Prof. Rui Carita em 1470 dá-se o enterramento de Martim Mendes de Vasconcelos num carneiro ali construído (Santa Maria de Cima). Como a ampliação da igreja é de 1497, o túmulo terá sido incorporado depois.

¹⁴⁷ **ARAGÃO**, António, *ibidem*, p.111

¹⁴⁸ **CARITA**, Rui, *ibidem*, p.382

¹⁴⁹ *História da Arte Portuguesa*, dirigida por Paulo Pereira, *ob. cit.*, p.49

removido do centro da capela-mor, por estorvar a liturgia, ficando os restos mortais guardados no coro baixo, numa caixa em madeira de til a 22 de fevereiro de 1769¹⁵⁰.

As diferenças sociais refletiam-se também na decoração e tipo de túmulo, afirmando-se a individualidade e o desejo de preservação da memória através da personalização da sepultura normalmente por meio da heráldica, de epígrafes, de jacentes¹⁵¹, das dimensões e dos materiais utilizados. Neste propósito, também o novo enquadramento intelectual sobre a vida depois da morte, espelha-se em Santa Clara e exprime uma novidade no pensamento, à semelhança do que se passava na Europa.

“A forma de pensar a morte conduz à sua dramatização e leva o homem a aprofundar a consciência da sua individualidade e solidão perante esta.” Ariés, 1975, p.37

Indispensável neste capítulo referir o trabalho decorativo das folhagens e da cabeça humana esculpidas em mármore continental, nos capitéis góticos do portal da entrada, assim como a decoração das portas de madeira, com almofadas de inspiração mourisca, típico dos finais do séc. XV.¹⁵²

Ao gosto maneirista em pleno séc. XVII, é revestida a igreja de azulejos formando deslumbrantes tapetes parietais com divisão em dois andares e enquadramento dos elementos arquitetónicos. Surge composição padrão em ambos os pisos de maravilhosa policromia azul, amarela e branca e de considerável poder decorativo, verificando-se padrão *Marvila*¹⁵³ de raro e forte impacto, no segundo andar, considerado como dos mais complexos tapetes executados em oficinas portuguesas.

O interessante teto de madeira tripartida, formado por caixotões com tirantes de ferro, pintado com motivos de “brutesco” também ao jeito maneirista, apresenta-se com uma decoração simbólica envolta de cartela de produção regional do séc. XVIII. De ornamentação rococó e atribuído ao entalhador madeirense Estêvão Teixeira da

¹⁵⁰ ARAGÃO, António, *ibidem*, p.112

¹⁵¹ Compõe-se ao jazigo de M. M. Vasconcelos “...sustentado por três leões jacentes” Aragão, *ibidem*, p.114

¹⁵² FONTOURA, osc, Otilia Rodrigues, *ibidem*, pág. 69 – Não sendo a porta original, é provável que seja uma cópia fiel.

¹⁵³ Padrão 12x12cm - Foi empregue pela primeira vez em 1635 na Igreja de Marvila, em Santarém

Nóbrega¹⁵⁴, pelos finais do séc. XVIII, ficou o púlpito e os altares da igreja. Os altares apresentam colunas de madeira *marmoreada*, capitéis coríntios, frontões curvos e decorações à base de concheados e motivos florais estilizados. O retábulo do altar da capela-mor, distingue-se pelo elevado frontão sobre entablamento, com a mesma ornamentação de elementos decorativos do barroco tardio e outros de traço neoclássico, mas ostentando entre colunas, São Francisco de Assis e Santa Clara, imaginária suportada por mísulas e coroada por baldaquinos em forma de folha estilizada. O investigador Paulo Ladeira, na sua tese de mestrado, descreve o retábulo do altar-mor da igreja de Santa Clara como um exemplo dos primeiros sinais de decadência do rococó e a transição para o neoclássico:

“O retábulo do altar-mor possui quatro colunas, com terço superior e inferior trabalhadas com motivos florais de pequena dimensão, formando um padrão rendilhado e dispostos simetricamente, que contrastam com a talha de larga dimensão existente nas cartelas que rematam o frontão desse altar e dos quatro laterais existentes na igreja.” **Paulo Ladeira, *O Rococó na Madeira, Tese de Mestrado - UMa*, p.87**

“O frontal da capela-mor da igreja do Convento de Santa Clara, é dividido em três painéis de forma quadrada, simplificado em termos de ornamentação, tendo somente em cada faixa cinco motivos decorativos, padronizados e inspirados em flores.” **Paulo Ladeira, *ibidem***.

Ainda na talha é marcante na igreja de Santa Clara a utilização dos marmoreados, cujos tons rosados e acastanhados foram aplicados nos altares laterais e os tons azulados no retábulo da capela-mor. Os 3 altares laterais adotaram uma tipologia de retábulo com *arco* mas seguem o modelo compositivo comum, com intercolúnio inscrito entre duas colunas. Também descrito por Paulo Ladeira, o retábulo de Nossa Senhora (Imaculada com Santa Ana e São Joaquim) situado no lado da Epístola apresenta:

“(…) planta plana, compondose de embasamento, corpo único, um só tramo e ático. No banco há um par de mísulas que suportam colunas coríntias de fuste liso. (...) O entablamento restringe-se aos elementos arquitetónicos, surgindo no ático alguns ornatos vegetalistas. O *arco* é composto por embasamento, dois pares de pilastras e uma arquivolta plena, sendo esta última ladeada por pilastras unidas entre si por dois frisos, em cuja parte central sobressai uma tarja.” ***Retábulos na Diocese do Funchal, ob. cit., 2014, p.121***

¹⁵⁴ Foi avaliador da Câmara do Funchal, *Mestre das Obras Reais* entre 1807 e 1819 e mordomo das Confrarias de São José da Sé e de Nossa Senhora da Boa Morte na igreja matriz de S. Pedro, segundo biografia em *Promontoria Monográfica, ob. cit., p.27*

Já o púlpito, entalhado e encimado com baldaquino, também foi descrito pelo mesmo autor, referindo os contrastes e realçando os efeitos decorativos presentes nos trabalhos.

“Imitações de franjas inspiradas em ramagens (sobretudo folhas de acanto) nas orlas dos dosséis e das caixas, nas cornijas e sobre as portinhas de acesso, a parte lisa do púlpito foi pintada a fingir marmoreados. A sobriedade é grande nas linhas e decoração, já que se reduzem ao mínimo as partes esculpidas, prevalecendo em decoração plana e suave, com delicadeza nos ornatos e perfis. A beleza expressa-se na graça fluida de algumas linhas de elementos decorativos, dando um movimento delicado que contrasta com a rigidez da forma sólida e geométrica da caixa de molduras planas e lisas por onde se enrolam em largas espirais motivos vegetais e florais” **Paulo Ladeira**, *ibidem*.

De belo efeito é o sacrário de prata, composto por três peças sobrepostas, muito bem trabalhadas pelos três ourives António Neto, António Araújo e António Soares, decorria o ano de 1671, cinco anos depois da encomenda ao prateiro Simão Lopes¹⁵⁵. Foi executado com prata cedida por um grupo de freiras (garfos, colheres, salvas, púcaros, uma chalenda, uma almorracha, conforme descreve J. J. Abreu de Sousa) é do mesmo estilo do sacrário da Sé do Funchal, mas ainda mais sumptuoso¹⁵⁶. Habitualmente aparecia incompleto, porque só nas grandes solenidades a custódia ocupavam o camarim¹⁵⁷, como melhor explica o padre Eduardo Pereira em *Ilhas de Zarco*. Devo referir os dois belos lampadários de prata, atualmente pendurados na capela-mor, e o banco com espaldar e grade de ferro com portinhola, para a comunhão das freiras pelo exterior.

5.1.2. Pinturas e Iconografia

Envolvida pelas imagens de Santa Clara e São Francisco de Assis, do séc. XVIII, surge a pintura que preenche o espaço central no retábulo do altar-mor, assinada por Alfredo Miguéis¹⁵⁸ no séc. XX, apresentando o “*Triunfo da Imaculada Conceição*”. Também na capela-mor, um pequeno cobre de 30x20cm de produção regional do séc. XVII,

¹⁵⁵ **SOUSA**, João José Abreu de, *ibidem*, p.52

¹⁵⁶ **PEREIRA**, padre Clemente Nunes, *Ilhas Zarco*, vol. II, pág. 817

¹⁵⁷ *Ibidem*

¹⁵⁸ Pintor madeirense (1883–1943) que oferece à Igreja em 1930, a reprodução da antiga tela, destruída pelos estilhaços de uma granada, lançada por um submarino alemão à cidade do Funchal a 12 de Dezembro de 1917, sobre o altar-mor.

representando Cristo à maneira gótica¹⁵⁹ de gosto flamengo, ilustra a grade de ferro no lado da epístola. Já no arco triunfal, surge uma pintura da Crucificação, onde elementos rococó revestem a moldura de linhas classicizantes. Na nave da igreja, podemos observar os cinco magníficos trabalhos de produção nacional do séc. XVIII, assentes nos 2 altares colaterais mais 3 laterais, com pinturas a óleo sobre tela, exemplares devocionais a um só tema, assinados por Nicolau Ferreira em 1797/1799, com as seguintes invocações:

- Santo António com Santa Clara com predela alusiva à refeição que Santa Clara tomou com outras clarissas e o Papa – localizada no lado do evangelho, junto ao arco triunfal – datada de 1797 (predela não assinada);
- Nossa Senhora da Piedade – localizada no lado do evangelho, parede lateral – datada de 1799;
- São José e os Reis Magos com a mesma alusão em predela - localizado no lado da epístola, junto ao arco triunfal – datada de 1797 (predela não assinada);
- Imaculada com Santa Ana e São Joaquim – localizada no lado da epístola, parede lateral – datada de 1799;
- Casamento místico de Santa Quitéria – localizado no lado da epístola, parede lateral - A.170 x L.100cm¹⁶⁰ (não assinada);

Emoldurados na parede do fundo, afiguram-se mais três imagens pintadas a óleo sobre tela:

- Santo António com Menino – localizado no lado da epístola – produção nacional de influência sevilhana, séc. XVII, A.185 x L.110cm;
- Santa Clara com ostensório – localizado no centro – produção regional de influência sevilhana, séc. XVII;
- Visão de São Bernardo – localizado no lado do evangelho – produção espanhola, do séc. XVII, A.171 x L.125cm.

¹⁵⁹ *O espólio de pintura do Convento de Santa Clara do Funchal*, comunicação no prelo para o Congresso dos 500 anos da Diocese do Funchal, por Isabel Santa Clara e Rita Rodrigues, 2014, p.29

¹⁶⁰ Todas as dimensões referidas, relacionadas com telas e tábuas foram retiradas da comunicação sobre *O espólio de pintura do Convento de Santa Clara do Funchal*, ob. cit., 2014

5.1.3. Obras de Restauro

Entre os anos de 2005 e 2007 foram executados alguns restauros das pinturas pertencentes à nave da igreja. As duas predelas situadas junto ao arco triunfal e as três obras pertencentes à parede do fundo foram objeto de criteriosas intervenções. Foram elas, as predelas dos Reis Magos e de Santa Clara com o Papa e na parede do fundo o Santo António, Santa Clara e São Bernardo.

A intervenção das três obras da parede do fundo, consistiu na consolidação das telas e das pinturas, pois apresentavam-se ressequidas e rasgadas. A pintura de Santa Clara, que por ser uma santa de devoção era a que estava mais enegrecida, devido às velas e à ação da fuligem. As três molduras também foram restauradas, cujo trabalho de desinfestação, consolidação e fixação do ouro, ficou a cargo da técnica Maria José Cabrita.

5.2. Coro Alto e Coro Baixo

5.2.1. Aspetos Decorativos

A talha dourada e os artísticos azulejos formando molduras nas interessantes pinturas espalhadas pelas paredes, revestem o espaço outrora destinado às religiosas, dando uma dimensão mais divina. Algumas destas telas, poderão ter vindo do antigo convento de S. Francisco.

Talvez mais atraentes pela sua raridade são os pavimentos de azulejos sevilhanos dos coros. São ladrilhos moldados em chacota e vidrados com diversas tonalidades de verdes¹⁶¹. Apresentam figuras geométricas em relevo, como estrelas lineares de desenho tipicamente hispano-árabe. Executados pela técnica de aresta, estas 4000 placas¹⁶² apresentam 8 padrões diferentes de laçaria e dois padrões com base em elementos vegetalistas.

¹⁶¹ As alterações visuais prendem-se com a espessura dada ao vidrado ou ao tipo de zarcão utilizado no acabamento.

¹⁶² DIAS, Pedro, *ibidem*, p.312

“É este um conjunto único, manifestação clara de gosto requintado, capacidade económica e sábia adaptação dos melhores materiais ao uso quotidiano.” Pedro Dias, *ibidem*, p.312

No coro alto, assentam uma centena de azulejos, formando um retângulo de 17,50 x 5,50m de monocromia e policromia comum; enquadrado com este pavimento surge o cadeiral em madeira, com separadores em pilastras de fuste oitavado assente sobre o primitivo estrado, num total de 45 assentos amovíveis, cujo forro nas costas vai à altura de 1,98m. Seguindo a mesma influência mourisca dos azulejos, aparece o espetacular teto em alfarje de travejamento em tirantes de madeira de cedro, entalhado com motivos mudéjares, nomeadamente lacarias geométricas. Este conjunto chão, cadeiral e teto são datados do séc. XV/XVI e necessitam de uma intervenção urgente. Os azulejos da parede de padrão enxaquetado de composição azul e branca com frisos que emolduram pinturas, pertencem ao séc. XVII.

Da primeira metade do séc. XVII é também o conjunto retabular em talha predominantemente dourada de expressão maneirista dedicado a Nossa Senhora da Assunção. Apresenta-se com uma coluna de cada lado, capitéis coríntios, fustes estriados e terços inferiores entalhados com cabeças de anjos e motivos florais. No centro um nicho com dossel em forma de conchas guarnecido superiormente por painel de volutas e cabeças de anjos, encimado por frontão interrompido e encerrado com pomba em relevo e custódia. Exemplar com tipologia de corpo único e três tramos, ficando o tramo central delimitado pelas pilastras do nicho. Acerca deste altar, faz assim a professora Dra. Isabel Santa Clara, a sua interpretação:

“...de talha maneirista, ladeado por colunas estriadas de capitéis compósitos, com o terço inferior decorado a acantos e cabeças de anjo. No frontão curvo interrompido, rematado por uma custódia, insere-se uma pintura da Santíssima Trindade em que pai e filho seguram a coroa. Na secção central abre-se um nicho com uma boa imagem de vulto de Nossa Senhora da Assunção, enquanto as secções laterais, subdivididas em três andares são preenchidas por painéis representando os apóstolos em grupos de três, e no andar superior, anjos músicos, um de cada lado.” **Isabel Santa Clara**, *Das coisas visíveis às invisíveis, contributos para o estudo da pintura maneirista na ilha da Madeira (1540-1620)*, Vol. I, Tese de Doutoramento em História de Arte, UMa, Funchal, 2004

No coro baixo, também os azulejos hispano-mouriscos do chão são originais. O teto exhibe pinturas sobre madeira, com motivos florais e concheados enquadrando símbolos da Paixão de Cristo. Sobre pequeno estrado, o cadeiral entalhado, policromado e datado em cartela (1736), apresenta querubins, entalhes com motivos fitomórficos nas réguas verticais, pequenas mãos no apoio de braços, e florões com motivos geométricos nos espaldares. No espaldar da cadeira do prelado (cadeira independente para o representante das visitas episcopais), podemos ler “*Estas sincoenta e huma cadeiras que tem este coro as mandou fazer a R. D. Madre Vigaria da Caza, D. Elena Maria da Vitoria no anno de 1736 A*”.

Dos finais do séc. XVI afigura-se o altar do Calvário, de talha dourada ao gosto maneirista, frontão triangular flanqueado por anjos reclinados em relação ao tema principal, colunas estriadas com terço inferior delicadamente trabalhado a vários motivos (acanto, festões, panos, frutos e cabeças de anjo) e capitéis coríntios.

O carneiro do capitão donatário ou cópia dele e a imagem do Senhor dos Passos¹⁶³, compõem e dignificam esta sala.

5.2.2. Pinturas e Iconografia

No coro alto, encontram-se 23 pinturas, entre tábuas e telas, a necessitar de restauro pela sua distinta qualidade de execução, algumas de evidente cunho maneirista outras mais recentes (séc. XVII/XVIII), cujas superfícies pictóricas apresentam muita sujidade, falhas e empolamentos na policromia. Indiscriminadamente penduradas na parede norte, cujas iconografias¹⁶⁴ seguem por ordem (da esquerda para a direita), surgem dez trabalhos:

- Mártires de Marrocos;
- São Pedro (?), São Cristóvão (?) e São Jerónimo penitente – 3 óleos de pequenas dimensões que rodeiam a obra dos Mártires de Marrocos (esquerda, direita e baixo, respetivamente);

¹⁶³ A imagem exposta numa vitrina, foi oferecida por Roque José Araújo Viana em 1787.

¹⁶⁴ A identificação desta iconografia foi, através de informação oral e/ou documentada pela ob. cit. sobre o Espólio de Pintura do Convento de Santa Clara, gentilmente cedida pela professora Doutora Isabel Santa Clara Gomes e pela professora Doutora Rita Rodrigues, a quem agradeço preciosa colaboração.

- Nossa Senhora da Nazaré;
- Dois Apóstolos - São Filipe e São Tiago (?) – Óleo sobre madeira com A.70 x L.60cm do séc. XVI/XVII;
- Cristo carregando a cruz;
- S. Sebastião assistido por anjos – Oficina regional, séc. XVII;
- Virgem com o Menino;
- Estigmatização de São Francisco de Assis;

Ladeiam o altar da Nossa Senhora da Assunção, oito obras penduradas na parede poente (4+4). Por ordem de cima para baixo e da esquerda para a direita, permanecem:

- Não identificada – iconografia indefinida devido a lacunas e bastante sujidade na policromia;
- Rainha Santa Isabel;
- Santo Bispo (?);
- Cristo com coroa de espinhos;
- São José com o Menino – de leitura incompleta pelo péssimo estado de conservação;
- Nossa Senhora do Silêncio com São João Baptista e São José;
- Santos Franciscanos (?);
- Natividade;

Na parede sul e da esquerda para a direita as restantes cinco:

- Cristo escarnecido – Óleo central sobre tela, séc. XVII, proveniente do retábulo antiga capela do Bom Jesus;
- Imaculada Conceição;
- Nossa Senhora do Silêncio com São João Baptista;
- Retrato de Santo Inácio de Loyola - A.60 x L.50cm;

- Não identificada – iconografia indefinida devido a lacunas e bastante sujidade na policromia;

Ligadas à talha dos dois altares existentes, podemos ainda listar mais alguns trabalhos pictóricos. No altar da Nossa Senhora da Assunção, de oficina regional do séc. XVII, regista-se a sumida pintura no sobrecéu alusiva à *Coroação da Virgem*, acima de:

- Santíssima Trindade – Óleo em frontão sobre madeira, A.30 x L.70cm;
- Imagem de Nossa Senhora da Assunção – Imagem central, séc. XVI;
- Apóstolos e Anjos musicais – 4+4 óleos sobre madeira, A.52 x L.40cm cada;

No altar lateral (parede norte) dos finais do séc. XVIII, emoldurado por pequeno retábulo de corpo único em madeira marmoreada, encontra-se:

- Ecce Homo – Óleo central sobre tela c/ vidro, A.95 x L.50cm;
- Ressurreição de Cristo – Óleo em frontão sobre tela.

Devo assinalar também o vasto património escultórico visível no coro alto, assim como vários livros, colunas e mobiliário. Das variadíssimas esculturas saliento uma imagem de Nossa Senhora rodeada de anjos, obra do primeiro quartel do séc. XV, ligada ao início da igreja da Conceição de Cima.

Não menos interessantes são as iconografias, do séc. XVIII e de oficina regional, das pinturas do teto (à semelhança do teto da nave da igreja e do coro baixo) com símbolos eucarísticos e da Paixão de Cristo.

No coro baixo, a situação das obras pintadas é diferente, pois encontram-se quase todas restauradas e aparentemente em bom estado de conservação. Num total de 17 trabalhos (entre telas e tábuas), a maioria do séc. XVII e emolduradas em talha dourada. Começo por indicar as suspensas na parede nascente, enquadradas com a grade metálica:

- Coroação da Virgem pela Santíssima Trindade - A.94 x L.109cm do séc. XVII;
- Cristo crucificado abraçando São Bernardo - A.110 x L.90cm;
- Camarim com custódia – séc. XVIII (?);
- Santa Clara – séc. XVII;

- Santo António livrando o pai da forca e Santo António pregando aos peixes, são duas tábuas que estiveram sobrepostas às correspondentes no altar de Santo António, com a mesma iconografia e dimensões, mas sem semelhanças no gesto pictórico¹⁶⁵.

Pela parede a norte, alinham-se as seis seguintes peças:

- Assunção e Coroação da Virgem – Óleo sobre madeira atribuído a Fernão Gomes, com A.109 x L.80cm do séc. XVI, poderá ter pertencido à demolida capela da Assunção;
- Santa Isabel de Portugal – séc. XVII;
- Santíssima Trindade;
- Nossa Senhora do Rosário;
- Santo António com o Menino – de 1634, A.110 x L.80cm;
- Santa Úrsula e as onze mil virgens;

Na parede sul, entoadas entre a janela, observamos mais cinco obras de arte:

- São Cosme e São Damião – séc. XVII
- Santos Mártires Franciscanos de Marrocos - séc. XVII
- Aparição de Jesus a São Francisco (com Jesus em forma de serafim)
- Natividade – Oficina Regional, séc. XVII
- Mater Dolorosa - Óleo sobre tela, A.110 x L.70cm, séc. XVII/XVIII.

No altar central, com uma imagem de Cristo Crucificado de sabor flamengo, um painel de fundo em óleo sobre madeira com A.254 x L.200cm, representa o tema do Calvário.

Também de produção nacional, remeto um conjunto de óleos sobre madeira do séc. XVII¹⁶⁶, que se afiguram no valioso retábulo lateral com tríptico alusivo a Santo António, assim encontram-se atualmente distribuídas as seguintes iconografias:

¹⁶⁵ *O espólio de pintura do Convento de Santa Clara do Funchal*, ob. cit., p.24

¹⁶⁶ 1641 - Data provável, segundo cronologia inserida na descrição do mosteiro de Santa Clara em www.monumentos.pt

- Santo António com Menino - A.95 x L.90cm (ao centro)
- Santo António e o milagre da mula – A.60 x L.110cm (forma trapezoidal, em cima)
- Santo António livrando o pai da forca – A.95 x L.33cm (à esquerda)
- Santo António pregando aos peixes – A.95 x L.33cm (à direita)

5.2.3. Obras de Restauro

Os primeiros melhoramentos datam de 1667¹⁶⁷ com o revestimento de azulejos azuis e brancos nas paredes dos coros. Em 1980 inicia-se uma política de restauro, graças à ação desencadeada pela DRAC e pelo Museu de Arte Sacra no cumprimento de um projeto de longo prazo. Foi no *atelier* “Arterestauro” em Lisboa, onde de realizaram os primeiros trabalhos de restauro.

Do coro alto é (2013-2014) objeto de restauro a pintura do Senhor da Cana Verde, a qual não se encontra atualmente em exposição, mas já antes tinha sido intervencionado o retrato de Santo Inácio de Loyola pela equipa de restauro “Isopo”, em 2008.

No coro baixo foram na década de 80, as telas de Santo António com Menino, Cristo crucificado abraçando São Bernardo e Mater Dolorosa, restauradas pelo *atelier* “Arterestauro”. Por volta de 1997 tem lugar o desdobramento das pinturas do altar de Santo António, com a divulgação dos desenhos de conceção.

Pelo *atelier* “Isopo”, datam de 2002 o restauro das pinturas do Camarim com custódia, do Nascimento de São João Baptista (atualmente no museu de arte sacra), de Nossa Senhora do Rosário e da Coroação da Virgem pela Santíssima Trindade, assim como o restauro do altar do Calvário e do retábulo de Santo António. Pelo mesmo *atelier* são os trabalhos de restauro da pintura da Santíssima Trindade e da Assunção e Coroação da Virgem, por volta de 2007.

O teto do coro baixo foi restaurado em 2004, também pelo *atelier* “Isopo”. Segundo a notícia publicada no *Jornal da Madeira* (ver anexo 1 – imprensa escrita – doc.15) este teto não era o original, pois já tinha sofrido intervenções, talvez no séc. XIX. Tratou-se de conservar uma pintura sobre madeira, uma espécie de têmpera, com dificuldades

¹⁶⁷ SOUSA, João José Abreu de, *ibidem*, p.52; DIAS, Pedro, *ibidem*, p.312

acrescidas na fixação da camada pictórica, devido ao mau estado da superfície. Na realidade não houve aplicação de massas nem reintegração, apenas fixação, limpeza e retoque muito pontual, ficando a madeira à vista na parte das lacunas. Um cálice, um martelo e uma pomba são os temas representados no centro de cada caixotão, talvez relacionado com o Calvário, o quarto caixotão não tem nada.

5.3. Outras Capelas e Oratórios

5.3.1. Aspetos Decorativos

No átrio de entrada (antiga sala da roda), encontra-se em razoável estado de conservação o altar da demolida capela da Anunciação, de produção regional e estética maneirista, executado no princípio do séc. XVII. O conjunto de talha dourada e policromada desenvolve-se a um corpo de três tramos entalhados a emoldurar pinturas a óleo sobre madeira.

“ No banco há dois pares de pedestais que suportam colunas coríntias com o terço inferior ornamentado por brutescos e com caneluras no resto do fuste. No corpo surgem três telas pintadas, ao centro o orago e nas ilhargas o Arcanjo São Miguel e um Presépio. O ático desenvolve-se sobre o entablamento contínuo. Ao centro, sobre um friso dividido em sete pequenos quadrados, destaca-se uma pequena cartela oval ladeada por aletas. Nas ilhargas surgem dois segmentos de frontões curvos ladeados por quatro figuras de anjos.” Retábulos na Diocese do Funchal, *ibidem*, 2014, p.53

Compõem a sala dois painéis de azulejos dos meados do século XVIII, apresentando São Francisco (parede norte) e Santa Clara (parede sul), realizados numa oficina de Lisboa e eventualmente oriundos do demolido convento de São Francisco. Na parede norte, um arco de ogivas anuncia uma porta gótica do primitivo mosteiro.

No topo poente do alpendre de acesso aos coros, a capela de São Gonçalo de Amarante, com parede revestida a azulejos de padrão policromado vulgar com cercaduras, de produção nacional da primeira metade do séc. XVII e rara majólica quinhentista no chão de inspiração flamenga, teto de caixotão oitavado agora pintado a branco, réguas e altar de talha dourada e policromada com coloridas telas de influência sevilhana, realça toda uma época. Decorada pelo entalhador Manuel Pereira e pelo pintor Martim Conrado, esta capela data de 1650.

A capela da Ressureição no canto sudoeste, e a capela do Santíssimo Sacramento no canto sudeste do claustro, inserem-se em volumes de planta quadrada com aproximadamente 5,00m² de lado interior. Duas imponentes portadas de madeira com duas folhas pivotantes almofadadas cada, encerram e protegem os dois semelhantes espaços.

Salienta-se na capela da Ressureição, as paredes totalmente azulejadas, o teto oitavado de caixotão pintado de brutescos assente em pendentes, portas pintadas com motivos florais e o altar de talha dourada e policromada a enquadrar pinturas sobre tela de produção regional do séc. XVIII.

No claustro, além dos extraordinários oratórios de parede, uma cruz de pedra colocada em nicho data de 1759 e um retábulo de relíquias de 1733, dispõem o ambiente. De grande importância reveste-se o original pórtico em arco ogival com seus capitéis decorados com os símbolos da *Paixão*,¹⁶⁸ pertencente à primitiva sala do capítulo, situado na ala oeste, no piso inferior do claustro.

5.3.2. Pinturas e Iconografia

Sob a arcada norte do claustro, bem protegidos da intempérie, surgem dois interessantes oratórios em armário de parede. Curioso o maior destes, o oratório do Bom Jesus, de produção regional do séc. XVII, com portadas gigantescas e uma cruz ortodoxa no seu interior, sinónimo de uma “abertura religiosa” que me parecia pouco provável na época. O mais pequeno, mostra duas pinturas - a Lactação de S. Bernardo (A.51 x L.41cm) encimada por uma pequena Anunciação (A.10 x L.15cm), de produção nacional entre 1640/50, atribuídas ao pintor Martim Conrado.

A Flagelação de Cristo é a iconografia referente ao oratório em armário de parede, também de produção regional do séc. XVIII, situado na galeria de acesso ao coro alto. Altas portadas com sobrecéu e baldaquino, exibindo no interior um *Senhor atado à coluna* e no verso das portas os símbolos da *Paixão de Cristo*.

A decorar o altar da Anunciação, localizado na sala da roda (átrio de entrada) descrevemos a seguinte composição de pinturas, provavelmente de oficina regional do 1º quartel do séc. XVII:

¹⁶⁸ ARAGÃO, António, *ibidem*, p.115

- Arcanjo São Miguel - A.110 x L.58cm (à esquerda)
- Anunciação - A.88 x L.78cm (ao centro)
- Sagrada Família - A.110 x L.58cm (à direita)

Na Capela de São Gonçalo¹⁶⁹, a pintura central do retábulo representa S. Gonçalo de Amarante perante a visão de Nossa Senhora com o Menino; a pintura do frontão, interpreta a Ascensão de Cristo, ambas atribuídas a Martim Conrado:

- São Gonçalo de Amarante – A.140 x L.95cm
- Ascensão de Cristo – A.40 x L.90cm (formato oval)

Da capela da Ressurreição, uma tela do séc. XVIII de produção espanhola com *Nossa Senhora da Candelária (negra)* de A.110 x L.110cm e no retábulo as próximas representações:

- Ascensão de Cristo – tela central
- Ascensão de Cristo + Noli me tangere - entrecolúnios
- Cristo com os discípulos em Emaús + Aparição de Cristo a S. Tomé - entrecolúnios

Também faz parte do espólio deste mosteiro, localizadas numa dependência do claustro, duas telas com A.163 x L.47cm, de oficina nacional cuja execução foi atribuída a Martim Conrado, pertencentes a uma *Árvore de Jessé*, que representa a genealogia de Cristo formada pelos Reis de Judá¹⁷⁰. Os primeiros exemplares da *Árvore de Jessé* vêm do séc. XI, tendo-se fixado posteriormente em iluminuras, baixos-relevos e vitrais, como no caso dos espetaculares vitrais da igreja da abadia de Saint-Denis.

Dos trabalhos de pintura pertencentes às antigas capelas demolidas dos claustros e segundo algumas descrições da irmã Fontoura, existiam:

- Capela da Encarnação - pintura da Anunciação;
- Capela da Ascensão - painel da subida de Jesus ao Céu;

¹⁶⁹ A sua construção remota ao ano 1650. A sua decoração artística é atribuída ao mestre entalhador Manuel Pereira e ao pintor Martim Conrado, *Jornal da Madeira*, suplemento “Pedras Vivas”, 27 de fevereiro de 2005, por Manuel Gama, p.7

¹⁷⁰ **Gonçalves**, Flávio, *A árvore de Jessé na arte Portuguesa*, Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1986

- Capela da Assunção da Virgem – painel do séc. XVI, atribuído a Fernão Gomes;
- Capela da Conceição - tríptico da Imaculada Conceição;
- Capela do Rosário - retábulo da Árvore de Jessé, atribuído a Martim Conrado;
- Capela de São João – pintura do nascimento de São João Baptista;
- Capela de São José - pintura do Santo e Jesus adolescente;
- Capela de Santo António - dois painéis do séc. XVII, reproduzindo os seus milagres;

Provenientes do retábulo da demolida capela do Bom Jesus¹⁷¹, atualmente não localizadas no interior do mosteiro, podem descrever-se os seguintes trabalhos:

- São Miguel Arcanjo – Óleo sobre madeira com A.89 x L.31cm do séc. XVI;
- Santo António - Óleo sobre madeira com A.89 x L.31cm do séc. XVI;
- Padre eterno com Cristo morto, séc. XVI;
- Uma Virgem e um São João;

Para o Museu de Arte Sacra, peregrinaram de Santa Clara as seguintes obras¹⁷²:

- Aparição de Cristo à Virgem – díptico com Lamentações no verso, que passou pela capela da Ressureição. Óleo sobre madeira com A.204 x L.116,5cm, séc. XVI,
- Noli me tangere – díptico com Deposição no Túmulo no verso, que passou pela capela da Ressureição. Óleo sobre madeira com A.202 x L.119cm, séc. XVI;
- Um Cristo – proveniente do retábulo da capela do Bom Jesus. Óleo sobre madeira com A.60 x L.41cm, de oficina local do séc. XVI;
- Uma Virgem – proveniente do retábulo da capela de Bom Jesus. Óleo sobre madeira com A.60,5 x L.41cm, de oficina local do séc. XVI;

¹⁷¹ **Zagallo**, Cayola, *A Pintura dos séculos XV e XVI da Ilha da Madeira*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943, p.71/72, fig.26

¹⁷² Informação baseada na comunicação sobre *O espólio de pintura do Convento de Santa Clara do Funchal*, ibidem, 2014

- O nascimento de São João Baptista - proveniente do retábulo da capela de São João. Óleo sobre madeira com A.103 x L.86cm, do séc. XVI;
- Santa Clara ladeada por duas santas clarissas - Óleo sobre madeira com A.140 x L.110cm, de oficina nacional¹⁷³ do séc. XVII;

5.3.3. Obras de Restauro

Das duas já enunciadas capelas que escaparam às fatídicas demolições no claustro, foi a capela da Ressurreição contemplada com obras de restauro, mas o mesmo não foi ainda possível fazer ao interior da capela do Santíssimo Sacramento, ficando apenas executadas em 2007 as renovadas portas da mesma. De 1984 foram as obras da sala da roda e em 2007 estavam concluídos os trabalhos do *atelier* “Isopo” de restauro do pequeno oratório de São Bernardo, no claustro.

A capela de São Gonçalo de Amarante, foi restaurada em 1998, pelo mesmo *atelier*. O péssimo estado de conservação do retábulo, das pinturas e das estruturas de madeira, assim obrigava. Os suportes das telas estavam muito fragilizados e as telas apresentavam enrugamentos, fissuras e rasgões; A oxidação do verniz dificultava a leitura dos temas, que voltaram a brilhar, após limpeza e preenchimento das lacunas com massas e a reintegração cromática com aguarelas. Em 1990 tinham existido obras de recuperação ao nível da cobertura com a substituição das madeiras, tendo havido o cuidado de deixar alguns elementos decorativos entalhados originais.

As obras de recuperação da capela da Ressurreição têm início em 1995. Hoje (2014) decorrem reparações no tabuado do pavimento, mas os trabalhos de restauro aconteceram na pintura da Imaculada Conceição, decorriam os meses de 2004. O original apresentava-se muito degradado, em parte devido à presença de humidade, estando também o suporte danificado. Foi entretelado e retocado pelo mesmo *atelier*. A moldura em talha dourada folheada a ouro fino, foi também conservada. Em 2005 foi a vez do restauro da pintura de Nossa Senhora da Candelária na mesma capela.

¹⁷³ Eucaristia – Mistério da Luz, Catálogo de Exposição no Museu de Arte Sacra do Funchal, 2008

São de 2004 os trabalhos da equipa do *atelier* “Isopo”, para o restauro da *Árvore de Jessé*. As três peças – duas telas e estrado, que estavam na capela da Ressurreição, apresentavam-se muito ressequidas, cheias de formiga-branca, e de leitura impossível.

As telas foram removidas, limpou-se a policromia, depois preencheram-se as lacunas que existiam, aplicou-se uma camada protectora, deu-se o retoque final, e conseguiu-se preservar o que existia numa pintura sobre um tema muito importante, não só na história da Igreja como também na história da Madeira, que regista mais dois exemplares: um no *Coração de Jesus* e outro na *Matriz de Machico*, **Manuel Gama**, *Jornal da Madeira*, suplemento *Pedras Vivas* de 5 de Dezembro de 2004, p.7

Conclusão

Associado à história da região, constitui este monumento, uma referência patrimonial notável. Como no princípio, continua ainda este mosteiro a desempenhar uma função muito significativa no campo social, cultural, económico e religioso. Protegeu famílias e ainda recolhe algumas irmãs, funcionou como escola feminina durante tempos e ainda mantém uma unidade de ensino pré-educativo; Como há 5 séculos atrás, continua a ser um espaço de culto religioso, quer para as irmãs residentes quer para a comunidade madeirense. No campo económico e sem as propriedades e exploração associadas, não tem a importância de antigamente, mas está hoje envolvido em “raízes” de história, cujas memórias serão eternamente vividas entre a gente que o visita. Não será esta uma vertente que merece ser explorada?

Assiste-se ao congresso que celebra os 500 anos de diocese na ilha da Madeira, e percebe-se que a comunidade religiosa e política está francamente alertada e sensibilizada para a necessidade de conservar, restaurar, preservar e continuar a defender o vasto património existente. Algo se tem feito, mas este monumento carece urgentemente de mais intervenções no âmbito das obras de recuperação e restauro.

O mosteiro de Santa Clara é o exemplo de um edifício antigo, que mantém muito da sua estrutura primitiva, sendo possível visitar algumas das antigas instalações e a belíssima igreja que se encontra ao serviço da população. Dos antigos espaços conventuais visitáveis, por marcação e na companhia de um guia, podemos atualmente observar a sala da roda, a capela de S. Gonçalo de Amarante, a capela da Ressurreição, o alpendre do coro baixo, o coro baixo, o coro alto, o claustro e a igreja.

Deixo neste capítulo um possível roteiro, destinado aos inúmeros guias, que apresentam ou venham a apresentar este monumento, identificando em cada espaço actualmente visitável, descrito de forma sucinta e acessível, aquilo que considero de mais necessário realçar nesta fase.

Seria vantajoso passar a todos os visitantes uma informação semelhante, coerente e verdadeira, assumindo-se com muito profissionalismo esta nobre e importante tarefa de divulgação, considerando que a criação de boas e novas experiências conduzem os próprios visitantes à propagação do evento.

Um criterioso e estratégico plano de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada, implantado de acordo com a legislação em vigor dentro das devidas condicionantes, em todas as valências (creche e infantário, lar, igreja e visitas) afigurar-se uma mais-valia para os utentes, contribuindo para alargar o número visitantes e para uma prestigiada promoção do conjunto - Percurso Turístico Adaptado

Como complemento ao percurso turístico e conseqüente enriquecimento cultural, sugiro a utilização da enorme sala do piso superior às arcadas quinhentistas do claustro, para espaço museológico. Neste espaço apresentar-se-ia uma exposição permanente sobre toda a história da deveras interessante **cintura franciscana da região**. Muitos objectos, memórias dos antigos conventos e mosteiros da ordem franciscana enquadrar-se-iam numa harmoniosa e enriquecedora visita; ficariam assim gerados mais pretextos e condições para validar cobrança de ingressos.

Parece-me ainda vantajoso para a instituição gestora, a implementação de um pequeno espaço *merchandising*, garantindo algum proveito com a venda de postais, t-shirts, cafés ou snacks.

Estas intervenções permitiriam uma apetecível fruição do imóvel pela população residente e visitante, inflúindo na valorização e qualificação do património cultural, museológico e religioso.

----- ROTEIRO -----

SALA DA RODA / entrada

- Chão de lajeado de cantaria e teto parcialmente pintado com vestígios de “brutesco” do século XVIII/XIX;
- Painéis de azulejos dos meados do século XVIII, apresentando S. Francisco e Santa Clara, realizados numa oficina de Lisboa e eventualmente oriundos do demolido convento de São Francisco;
- Antiga porta gótica (actualmente emparedada), do primitivo convento do séc. XV/XVI e um nicho em cantaria vermelha;
- Valioso altar de uma das desmanchadas capelas do claustro, dedicado à Anunciação, com talha dourada e policromada, do 1º quartel do século XVII, criado por um corpo de três tramos assente em predela decorada com querubins, separados por pares de colunas de fuste estriado e com o terço inferior entalhado helicoidalmente. Pintura executada provavelmente numa oficina regional no início do mesmo século, representando ao centro uma Anunciação, do lado esquerdo um São Miguel Arcanjo e do lado direito uma Sagrada Família.

CAPELA DE S. GONÇALO DE AMARANTE

- No chão um pequeno painel de azulejos dos finais do século XVI, bastante raros, do tipo majólica, por vezes também designados por “pisanos”, muito provavelmente feitos em Lisboa.
- Paredes revestidas a azulejos policromados dos meados do século XVII, cercadura com anjinhos e albarradas de inspiração flamenga, das oficinas de Lisboa.
- Magnífico altar de talha dourada e policromada, atribuído a Manuel Pereira, o principal mestre entalhador do Funchal nos meados do século XVII. O Santo representado no altar é São Gonçalo de Amarante, em hábito dominicano e perante o aparecimento de Nossa Senhora e do Menino. No frontão, a Ascensão de Cristo inspirada numa conhecida gravura feita a partir de um trabalho de

Rafael Sanzio. Trata-se de um trabalho de Martim Conrado, datável de cerca de 1650, como todo o conjunto.

ALPENDRE DE ACESSO AO CORO BAIXO

- Colunas de madeira assentes em bases de cantaria oitavadas e ao gosto manuelino.
- Pia de água benta de parede, em cantaria regional esculpida com base em bolbos, rematados por bucete inferior decorado ao gosto dos finais do século XVI e inícios do XVII.
- Pedra sepulcral em cantaria regional, com inscrição, das primeiras freiras de Santa Clara do Funchal, filhas do 2º capitão donatário, João Gonçalves da Câmara. D. Isabel, primeira madre abadessa de Santa Clara do Funchal professora no mosteiro da Conceição de Beja e D. Constança, que dirigiu as obras deste mosteiro.
“AQUI YAS DONA CONSTANÇA DE NORONHA Que fondou ESTE Mosteiro HE SUA IRMÃ DonA ISABELA PRIMEIRA Abbadesa FILHAS do SEGUNDO CAPITÃO DESTA ILHA”
- Restos de azulejos policromados de padrão vários do século XVII, que revestiram as antigas capelas que existiam nos claustros.

ÁTRIO DE ACESSO AOS COROS E TORRE

- Portas ogivais do primitivo convento dos séculos XV/XVI, dentro da escala dessa época.
- Importante cunhal de arranque da primitiva torre sineira, ostentando várias marcas de canteiros do séculos XV e XVI.
- Chão de tijoleira dos séculos XVII / XVIII.

CORO BAIXO

- Chão de azulejos sevilhanos ditos mudéjares dos inícios do século XVI, são os originais.
- Cadeiral entalhado, policromado e datado em cartela, sobre pequeno estrado:
“DA M(adre) VIGARIA da CAZA 1736 Anos”

- Cadeira independente e amovível para as visitas episcopais, ou para a presidência do Sínodo pelo Geral Franciscano. Tem como inscrição: **“ESTAS SINCOENTA E HUMA CADEIRA QUE TEM ESTE CORO AS MANDOU FAZER A R(everenda). D(ona). MADRE VIGARIA DA CAZA D. ELENA MARIA DA VITORIA NO ANNO DE 1736 A(nos)”**
- O cadeiral (coroado na cadeira citada da madre) apresenta florões nos alçados, encimados por querubins, entalhes fitomórficos nas régua verticals e pequenas mãos esculpidas nos braços, assim como assentos amovíveis.
- Parede de fundo ocupada com um altar do Calvário, de talha dourada ao gosto maneirista, provavelmente dos finais do século XVI, onde uma pintura apoia uma excepcional escultura em vulto do Senhor Crucificado. No interior do altar, sob o frontal, um Senhor Morto.
- Entre as pinturas que ocupam as paredes, da esquerda para a direita temos a norte: Assunção e Coroação de Nossa Senhora (séc. XVI) / Santa Isabel de Portugal (séc. XVII) / Santíssima Trindade / Nossa Senhora do Rosário / Santo António (séc. XVII) / Santa Úrsula e as onze mil virgens.
- Parede a sul: São Cosme e São Damião (séc. XVII) / Santos Mártires Franciscanos de Marrocos (séc. XVII) / Aparição de Jesus a São Francisco (Jesus em forma de serafim) / Natividade (séc. XVII) / Mater Dolorosa (séc. XVII/XVIII)
- Parede a nascente: Coroação da Virgem pela Santíssima Trindade (séc. XVII) / São Bernardo / Camarim com custódia / Santa Clara (séc. XVII) / Santo António (duas tábuas que estiveram no retábulo do altar de Santo António)
- Retábulo alusivo a Santo António, também do séc. XVII, com quatro óleos sobre madeira de produção nacional.
- Caixa de madeira pintada, em forma de urna, a lembrar o carneiro que cobriu a sepultura de Zarco:

“Esta Sepultura estando no meio do Cruzeiro da capella mor, Se transferio para este Lugar a instancias das Relegiozas deste Mosteiro, com licença do primeiro Marques de Castello melhor Padroeiro delle, e Administrador da Caza da Calheta, em 22 de Fevereiro de 1762, e o original fica no Cartorio deste Convento.”
- Em vitrina de parede, um Senhor dos Passos, dos finais do século XVIII.

ALPENDRE DE ACESSO AO CORO ALTO

- Oratório ao gosto dos finais do século XVIII, com portadas de almofadas de recorte superior ondulado, com sobrecéu e baldaquino entalhado, pintado a castanho, tendo interiormente uma pintura mural do Senhor Atado à Coluna e, no verso das portas, os Símbolos da Paixão e uma tentativa de imitação da técnica de escaiola.

CORO ALTO

- Chão de azulejos mudéjares, relevados e de esmalte verde, datáveis dos finais do século XV, alguns lisos e de esmalte mel e um pequeno painel central com policromos, talvez já dos inícios do século XVI.
- Tecto original travejado de madeira, com tirantes também de madeira e decoração entalhada mudéjar.
- Cadeiral dos inícios do século XVI assente em estrado, com separadores de pilastras de fuste oitavado, com base e capitel e com assentos amovíveis.
- Altar de talha dourada e policromada do princípio do séc. XVII, com o nicho central ocupado por uma imagem de N^a. S^a. da Assunção, classificada dos finais do século XVI. O frontão do retábulo articula-se sobre uma régua de talha dourada e decorada com querubins a todo o comprimento, apresenta uma pomba do Espírito Santo em relevo e termina com custódia. Possui ainda sobrecéu e baldaquino dourado e pintado. Os painéis laterais do retábulo são pintados a óleo sobre madeira, com Apóstolos e Anjos, executados no séc. XVII, tal como o painel do frontão, representando a Coroação da Virgem.
- Retábulo dos finais do século XVIII, marmoreado, emoldurando Ecce Homo pintado sobre tela e protegido com vidro, com frontão a adornar pequena tábua pintada com uma Ressureição de Cristo, provavelmente dos século XVII, encimado pela pomba do Espírito Santo, terminando com custódia.
- Paredes cobertas por azulejos azuis e brancos dos finais do século XVII, enxaquetados e com frisos que emolduram pinturas várias.
- Provenientes das antigas capelas ainda figuram neste coro colunas de talha do séc. XVIII, assim como imagens várias, nomeadamente: uma Santa mutilada

em pedra de Ançã dos inícios do séc. XVI, duas Piedades em terra cota de produção regional dos finais do séc. XVI ou inícios do séc. XVII, um São Miguel Arcanjo do séc. XVII, uma Piedade e uma Santa em maquiuetas douradas do séc. XVIII, uma Santa Clara (temporariamente numa exposição) do séc. XVIII, um São José com Menino do séc. XVIII, uma Santa Isabel também do séc. XVIII, entre outras imagens mais recentes como o Santo António de Pádua.

ACESSO AO CLAUSTRO

- Em vitrina de parede, um Menino Jesus sentado dos inícios do século XVIII (proveniente de uma escultura monumental), conhecido como Menino Perdido, dada a tradição de, após a época de Natal, ser escondido pela abadessa em casa de uma determinada família funchalense. Depois de procurado pelas freiras, era presenteada pela família em causa, aquela que encontrava a imagem.

CLAUSTRO

- Oratório do Bom Jesus do século XVII, de produção regional, com registos impressos e pintados, alguns desaparecidos. Possui a inscrição:
“ESTE SANTUARIO MANDOU FAZER A M(adre). D(ona). VITORINA CAYTANA DE JESUS. A(no de). 1733.”
- Oratório de S. Bernardo (o mais pequeno) de produção nacional do séc. XVII, cujas pinturas estão atribuídas a Martim Conrado.
- Restos de azulejos dos meados do século XVII das antigas capelas do claustro.
- Cruz de cantaria de uma das capelas do claustro: 1759 e pequeno painel de azulejos de uma oficina de Lisboa dos finais do século XVIII com Alminhas.
- Piso inferior com arcos quebrados, bastante esculpidos e pequena fonte com restos de azulejos sevilhanos mudéjares dos finais do século XV ou inícios do XVI. Ainda no piso inferior o majestoso pórtico ogival da antiga sala do capítulo.

CAPELA DA RESSUREIÇÃO

- Conjunto excepcional de talha, azulejos e pintura do princípio do século XVIII, com armário de parede com portas de fasquiado de madeira. Teto oitavado em caixotão pintado com “brutescos”, que se repetem nas portas. Telas em retábulo alusivas à Ascensão de Cristo de produção regional do séc. XVIII e na parede uma Nossa Senhora da Candelária de produção espanhola do mesmo século.

IGREJA DA N. SRA. DA CONCEIÇÃO / saída

- Igreja fundada nos meados do séc. XV, depois de ampliada, foi panteão da família Câmara. A primitiva igreja corresponde hoje ao espaço onde se levanta a capela-mor. Do original restam alguns elementos, como o portal exterior, com moldura de mármore continental, dos finais do séc. XV e com portadas de madeira e postigos de gosto mudéjar, assim como o arcaz de Martim Mendes de Vasconcelos, genro do capitão donatário, em arcossólio quebrado e polilobado, assente em leões, aos pés do qual repousa em laje um dos seus descendentes, Gaspar Mendes de Vasconcelos, falecido em 1716.
- A nave da igreja tem 5 altares, dedicados a S. José e os Reis Magos, Santo António e Santa Clara, Imaculada com Santana e S. Joaquim, Nossa Senhora da Piedade e Santa Quitéria, executados na campanha de obras dos finais do século XVIII, onde participou o mestre entalhador Estêvão Teixeira de Nóbrega e o pintor João Nicolau Ferreira que assina alguns dos painéis, em 1796 e 1799. Na parede do fundo podemos observar um Santo António, uma Santa Clara e um São Bernardo, três óleos sobre tela do séc. XVII.
- O tecto da igreja é forrado de madeira em caixotões com tirantes de ferro, pintado com motivos de “brutesco”. As paredes são revestidas por excelentes azulejos dos meados do séc. XVII e na metade superior, com o célebre padrão de Marvila, o mais complexo padrão policromo da azulejaria portuguesa (12x12/14), montado, provavelmente, por volta de 1667, data de obras nos coros e na nave. A parede de fundo da igreja é ocupada por janelas gradeadas, três do coro alto e uma no coro baixo, com grade dupla e portinhola. Do lado do Evangelho existe um relevante púlpito da campanha de obras dos finais do séc. XVIII, atribuído também ao mestre Estêvão Teixeira de Nóbrega e do lado da

Epístola, duas portas de comunicação com o claustro e outras duas que ocultam os confessionários.

- O arco triunfal é encimado por frontão de talha dos finais do séc. XVIII, enquadrando um Cristo na Cruz, ladeado por 2 altares colaterais da mesma época e oficina, igualmente com marcantes frontões entalhados.
- O altar-mor é dominado pelo sacrário de prata, instalado no retábulo de talha dourada com marmoreados. O retábulo representa uma Imaculada Conceição, pintada pelo madeirense Alfredo Miguéis, após a destruição parcial do retábulo pelo bombardeamento alemão de 12 de Dezembro de 1917, durante a primeira Grande Guerra.
- Nossa Senhora da Conceição no centro, é envolvida pelas imagens de Santa Clara e de São Francisco, obras de escultura do séc. XVIII. Do lado da Epístola existe um banco com espaldar e uma grade da portinhola, para comunhão das Freiras pelo claustro, com uma pequena pintura sobre cobre.
- A sacristia, que dantes comunicava com a antiga capela de Nossa Senhora da Piedade, possui armário paramenteiro de alçado, com pintura marmoreada e uma importante mesa de actos do séc. XVII/XVIII, dita ao gosto filipino, ladeada por 2 cadeiras “chipendalle” dos finais do século XVIII.

Bibliografia

- ARAGÃO, António, *A Madeira vista por estrangeiros 1455-1700*, DRAC / SRTC, Funchal, 1981.
- ARAGÃO, António, *Para a História do Funchal*, 2ª edição, DRAC / SRTC, Funchal, 1987.
- ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes, *A Arte do Manuelino: Mecenas, Influências, Espaço*, vol.19, ed. Presença, 1984
- CARITA, Rui, *História da Madeira (1420-1566) – Povoamento e Produção Açucareira*, 1º vols., 2ª edição, SRE, Funchal, 1999
- CORDEYRO, Pe. António, *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, Lisboa Occidental, 1717
- DIAS, Pedro, *Arte de Portugal no Mundo – Madeira*, 1ª edição, Público, Lisboa, 2008.
- DIAS, Pedro, *Manuelino. À descoberta da arte do tempo de D. Manuel I*, Civ. Portugal, Lisboa, 2002
- FERREIRA, Pe. Manuel Juvenal Pita, *O Arquipélago da Madeira, Terra do Senhor Infante*, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1959
- FONTOURA, osc, Otília Rodrigues, *As Clarissas na Madeira - Uma presença de 500 anos*, 1ª edição, CEHA / SRTC, Funchal, 2000.
- LADEIRA, Paulo Jesus, *O Rococó na Madeira: a talha e a pintura do último barroco ao primeiro neoclássico*, Dissertação de Mestrado, Universidade da Madeira, 2009.
- LEITE, Pe. Jerónimo Dias, *Descobrimientos da Ilha da Madeira*, publicações Alfa, Lisboa, 1989.
- LLERA, Ramón Rodríguez, *Breve História da Arquitectura*, Editorial Estampa, Lisboa, 2006
- LÚCIO, Ir. Maria Celeste, *Franciscanas Missionárias de Maria, 100 anos em Portugal, 1895-1995, História da Província de Santo António*, G.C. – Gráfica de Coimbra, 1995
- NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, CEHA / SRTC, Funchal, 1996. (publicação do manuscrito original de 1722)
- PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zarco*, vol.I, 3ª edição, CMF, Funchal, 1967

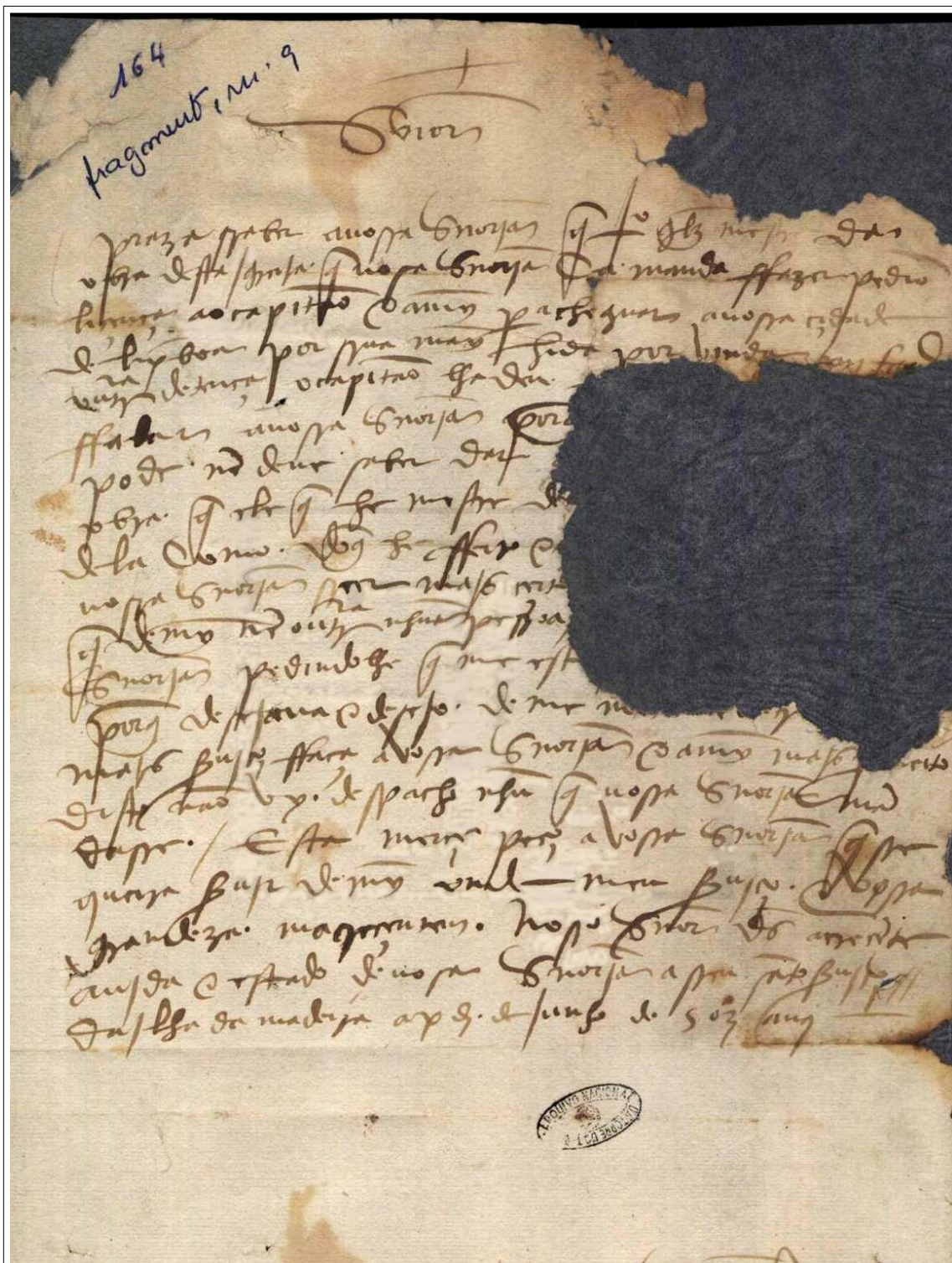
- PESTANA, Maria Isabel da Câmara Santa Clara Gomes, *Das coisas visíveis às invisíveis: Contributos para o Estudo da Pintura Maneirista na Ilha da Madeira (1540-1620)*, Tese de Doutoramento, Universidade da Madeira, 2004.
- PONCE DE LEÓN, Paz García, *Breve História da Pintura*, Editorial Estampa, Lisboa, 2006.
- SARMENTO, Tenente-coronel, *Fasquias e Ripas da Madeira – O menino perdido*, 2ª edição, J.G.D.A.F, 1951
- SILVA, Pe. Fernando Augusto da, *Subsídios para a história da diocese do Funchal*, vol. I, 1425-1800, Funchal, 1946.
- SOUSA, João José Abreu de, *O Convento de Santa Clara do Funchal*, 1ª edição, DRAC / SRTC, Funchal, 1991.
- VIEIRA DA SILVA, José Custódio, *O tardo-gótico na arquitectura. A arquitectura religiosa do Alto Alentejo*, Horizonte , Lisboa, 1989.
- ZAGALLO, Manuel C. de Almeida Cayola, *A pintura dos séculos XV e XVI na Ilha da Madeira*, Lisboa, 1943

- *Bibliografia Henriquina*, dirigida pela comissão executiva das comemorações do V centenário da morte do infante D. Henrique, Vol. I, Lisboa, 1960.
- *Elucidário Madeirense*, por Pe. Fernando Augusto da Silva e Carlos Azevedo de Menezes.
- *Eucaristia - Mistério de Luz*, Exposição no Museu de Arte Sacra do Funchal, 2008.
- *Guia dos Monumentos do Funchal*, coordenação Diva Freitas, Funchal 500 Anos, E.M., 2008.
- *História da Arte Portuguesa*, dirigida por Paulo Pereira, *O «Modo» Gótico (Séculos XIII-XV)*, 3º vols., 1ª edição, Círculo dos Leitores, 1995-1997.
- *Museu Sem Fronteiras, Manuelino - À Descoberta da Arte do Tempo de D. Manuel I*, DGT / Programa de Incremento do Turismo Cultural, Lisboa, 2002.
- *O Espólio de Pintura do Convento de Santa Clara do Funchal*, por Isabel Santa Clara e Rita Rodrigues, comunicação no prelo, para o Congresso dos 500 anos da Diocese do Funchal, 2014.

- *Retábulos na Diocese do Funchal*, por Francisco Lameira, Paulo Ladeira e Renato Freitas, Promontoria Monográfica de História da Arte, n.º 8, Departamento de Artes e Humanidades da Universidade do Algarve, 2014.
- Revista *Islenha*, n.º 3, “As propriedades de Zarco no Funchal”, por João José de Sousa, DRAC, Funchal, Dez 1988
- Revista *Islenha*, n.º 17, “Os Mestres de Obras Reais no séc. XVIII”, por Rui Carita, DRAC, Funchal, Dez 1995
- Revista *Monumentos*, n.º 19, “Processos de intervenção na recuperação do património”, Setembro 2003, DGEMN – Lisboa

ANEXO 1 - DOCUMENTOS

1.1 - MANUSCRITOS¹----- CARTA DO VEDOR DA SÉ, 1503:




Carta de Bárbaro Gomes, confirma a presença do “mestre da igreja de sua alteza”, João Gonçalves, que trabalha sob a tutela dos Capitães do Funchal. **DOC 00**

¹ Fotografia gentilmente cedida pelo Professor Doutor Rui Carita.

1.1 - MANUSCRITOS----- AUTO DE VISITAÇÃO, 1860:

Auto da Visitação Pastoral, na Igreja e Convento de Santa Clara desta cidade, em dezembro de 1860.

Amo de Encerramento do N.º Sr. Padre José Christo de mil e setenta e cinco dias de sua dezes e seis do d.º anno, na Igreja do Convento das Religiosas de Santa Clara da cidade de desorchal, tendo procedido a necessaria participacao, e publicacao a Pd.º Abade e Off.º a V.º Sr. Dom Patricio Xavier de Moura por Merced de Deus e da Santa S.º Apostolica Bispo desta Diocese com assistencia da Pd.º Abade e Madre e Comunidade Religiosa no Coro do Convento, e de memoria concursa de fora na Igreja, fez a Visitação Pastoral desta praticando todas as formalidades do estito, e marcadas no Pontifical Romano, fez a recommendação dos frades procurionalmente pelo Templo, fez a visita do sacranio e celtaras, commungatorio e grande do Coro para a Igreja, e marcou um sequida o dia em que teria lugar a assignicaõ das Religiosas, e visita do Convento e suas officinas. De que seu o Arcebispo Jose Joaquim de Sa decretou da visita laorei este auto que sua S.º e para al signon.



On
coi
dei
San
Shu
in
of
ing
je

Ar
tan
de
ar
do
cu
coi
re
ge
na
e a
foi

B

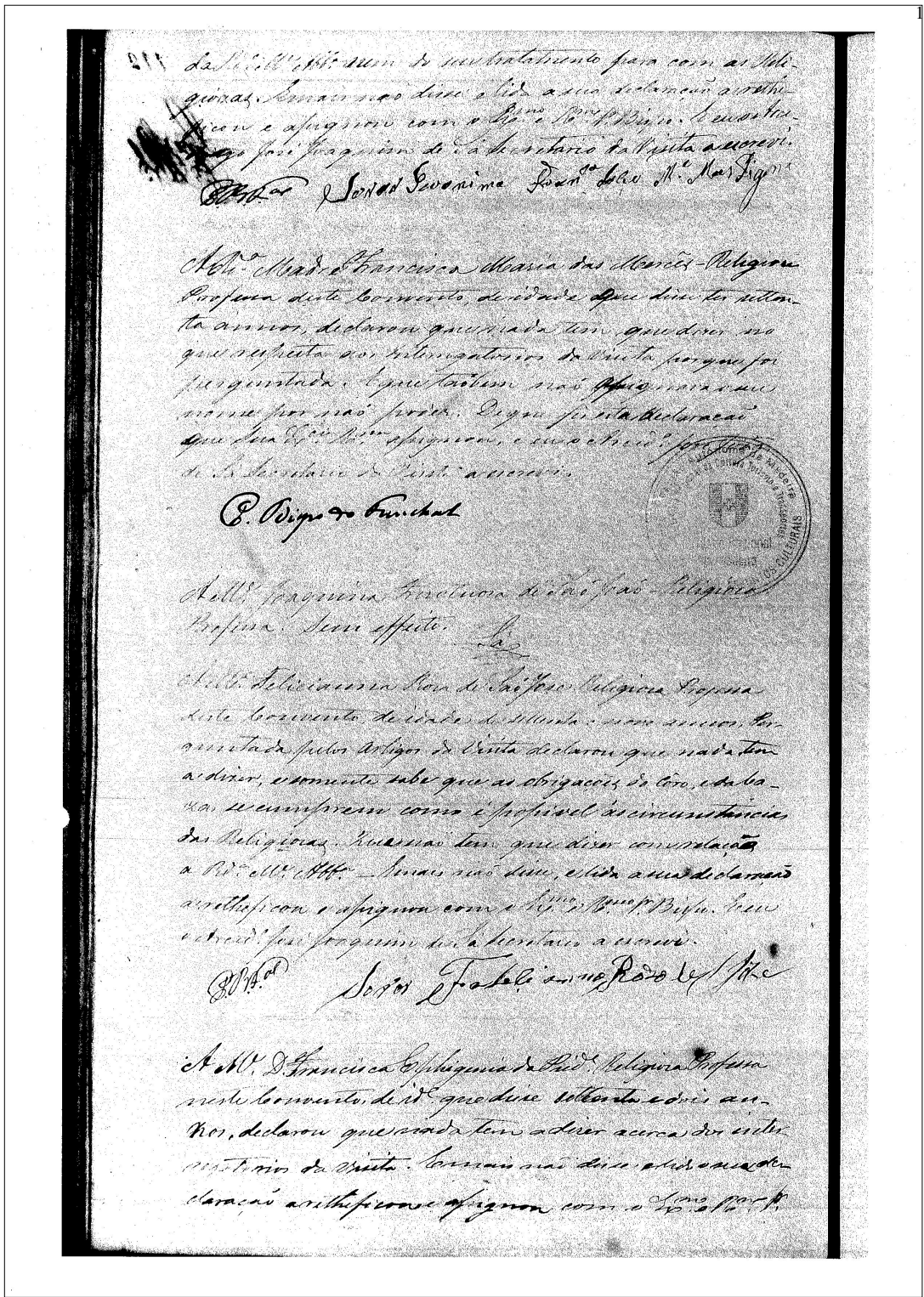
C
e
de
ge
Ch
ta
e
je
a.
B

Registo de 20 devassas, aquando da visita pastoral ao convento de S. Clara, p.112a
DOC 01

¹ Arquivo Histórico da Madeira – Arquivo Paço Episcopal Vol. XXII – Microfilme, cota 668, p. 111 a 115

ANEXO 1 - DOCUMENTOS

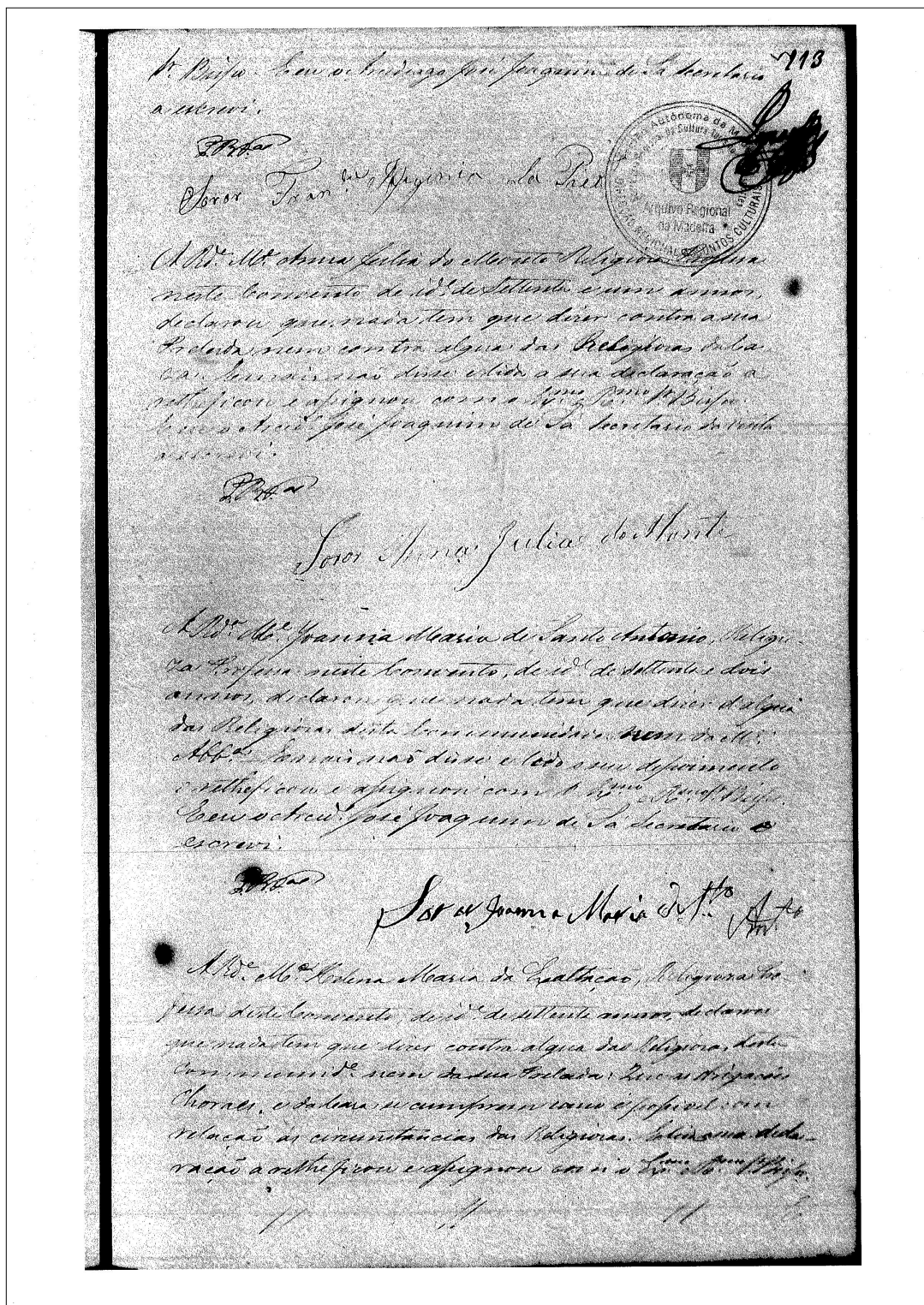
1.1 - MANUSCRITOS----- VISITAÇÃO PASTORAL, 1860:



Registo de 20 devassas, aquando da visita pastoral ao convento de S. Clara, p.113a
DOC 03

¹ Arquivo Histórico da Madeira – Arquivo Paço Episcopal Vol. XXII – Microfilme, cota 668, p. 111 a 115

1.1 - MANUSCRITOS----- VISITAÇÃO PASTORAL, 1860:



Registo de 20 devassas, aquando da visita pastoral ao convento de S. Clara, p.113b
DOC 04

¹ Arquivo Histórico da Madeira – Arquivo Paço Episcopal Vol. XXII – Microfilme, cota 668, p. 111 a 115

1.2 - IMPRENSA ESCRITA----- RECUPERAÇÃO:

A classificação

Foram então criadas três designações destinadas a enquadrar o património em causa: **Monumento Nacional**, quando o edifício, conjunto ou mesmo objecto, era considerado de interesse nacional absoluto; **monumento de valor concelhio**, ou **valor cultural regional**, quando o seu valor era mais regional; e de **valor cultural local** ou de **interesse público**, quando o seu interesse era mais pontual.

Estas últimas classificações foram sempre um pouco discutíveis, pois sendo indisputável o valor patrimonial dos monumentos em causa, não sempre era fácil a medição do seu interesse.

O primeiro edifício a receber a classificação mais alta na Madeira foi a **Sé do Funchal**, mesmo antes da determinação das classificações supra citadas, em 1910, seguindo-se também os Paços do Concelho de Santa Cruz, em 1936; o Palácio-fortaleza de São Lourenço, o convento de Santa Clara e a antiga Alameda, em 1943; a Igreja do Colégio, em 1948; e o Pórtico Episcopal, hoje Museu Diocesano de Arte Sacra, em 1953.

Com a homologação do Estatuto Autonomico, os chamados *Monumentos Nacionais*, passaram para o controlo da Região, dependendo para parecer técnico, da Secretaria Regional de Turismo e Cultura, e no entanto e dada a sua classificação *nacional*, tem sido mantido um contínuo diálogo entre as instâncias regionais e nacionais, principalmente no que tem dito respeito à sua salvaguarda, manutenção e conservação.

Sé Catedral do Funchal

A Sé do Funchal, quer pelo conjunto geral que chegou até nós, quer pelos seus pormenores interiores, é, em princípio, o mais importante monumento da Região.

Destaca-se, principalmente, pelos seus tetos e porta principal mudéjar, o conjunto mais notável e monumental do espaço português, assim como pelo conjunto monástico da capela-mor, constituindo pelo políptico do altar-mor, com excepcional talha e pintura, assim como o catedral também da mesma época.

A construção do então *Igreja*

Nova foi determinada por D. Manuel, alcaide duque de Beja, em 1485, conjuntamente com os já desaparecidos Paços do Concelho do Funchal. A construção deve ter-se iniciado depois de construídos aqueles, em 1493, tendo o rei enviado uma planta/projeção, em estilo mendicante simples, depois executada com os muros e materiais locais e, pontualmente, elementos decorativos das oficinas reais. O projeto de pedra foi leve e a direção do mestre pedreiro Pero Enes e a carpintaria e cobertura, da equipa do mestre Pero Annes.

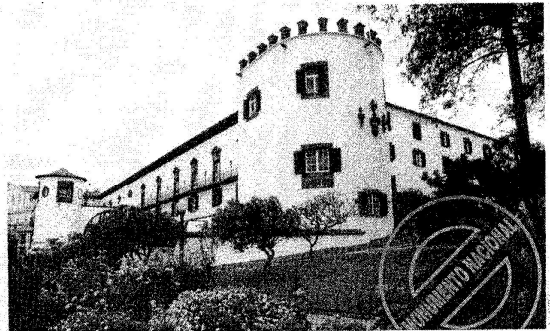
Para esta monumental Igreja, que D. Manuel mandou acultivar para Sé Catedral, o rei enviou ainda o conjunto de elementos de calcário-brecia da Arrábida: altar, púlpito; pia baptismal e boca de peço (única desaparecida), assim como o magnífico políptico, pintado nas oficinas reais de Évora, emoldurado por talha e ainda entalhadores para construírem o catedral. Uma parte das peças teriam vindo do continente, mas, os pormenores e trabalho de montagem tiveram de ser executado *in loco*, pelo que veio concretiza uma equipa real para a montagem.

A Igreja estaria quase concluída em 1508, quando foi sagrada por D. João Lobo, bispo de Tânger. Foi elevada depois à dignidade de Sé catedral, em 1514, por bula do papa Leão X, de 12 de Junho desse ano e, finalmente sagrada no dia 18 de Outubro de 1516, pelo bispo de Dama, D. Duarte, enviado à Madeira por D. Diogo Pinheiro, primeiro bispo do Funchal e geral da Ordem de Cristo.

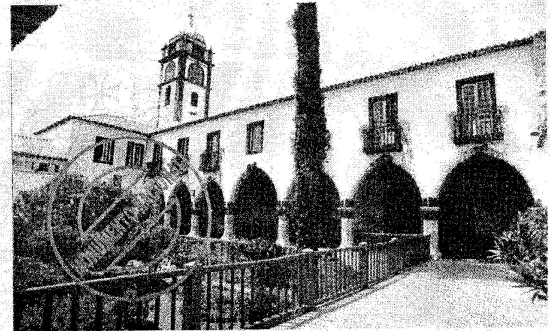
Paços do Concelho de Santa Cruz

O concelho de Santa Cruz foi criado em 1516 por D. Manuel e a construção do edifício dos Paços do Concelho, deve datar de muito pouco depois. A câmara municipal de Santa Cruz nasceu de uma necessidade de afirmação em relação a Machico e até ao Funchal, tendo por detrás, a importante família dos Freitas. Tal como a construção da enorme igreja, *"pórtico"* um pouco a Sé do Funchal, também os primitivos Paços do Concelho, devem ter seguido a mesma linha.

É possível, assim, que o risco e execução se deva ao mestre pedreiro Fernão Mouscuro e ao ajudante de pedreiro Godinho, que em



FORTALEZA-PALÁCIO DE SÃO LOURENÇO, UMA JÓIA CULTURAL DA REGIÃO.



CONVENTO DE SANTA CLARA. CRIADO HÁ QUASE 500 ANOS, AINDA SE MANTÉM COMO INSTITUIÇÃO CONVENTUAL.

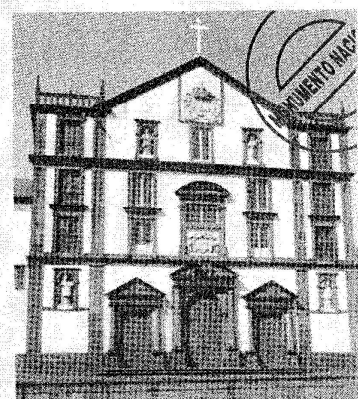
1508, foram pagos por terem terminado a capela-mor da matriz.

O primitivo edifício dos Paços do Concelho só resta a bonita pequena porta de entrada, encimada pelas armas reais de D. Manuel e duas amplas janelas geminadas no piso superior. Um tecto mudéjar (?) dos séculos XVI ou XVII, foi desmontado há alguns anos, aguardando reabilitação adequada e sempre actualizada. O conjunto foi há 20 anos acrescentado com um edifício moderno anexo, de certa qualidade, mas de arquitectura sempre discutível, dada a classificação de Monumento Nacional da parte mais antiga.

As novas obras anárquicas efectuadas nos últimos dias no lado do conjunto, assim como outras, por actos e na continuidade da parte classificada, vão levantar, por certo, larga polémica, podendo levar à desclassificação dos Paços do Concelho, pois alteraram todo o seu enquadramento.

A fortaleza-palácio de São Lourenço

O conjunto militar dos séculos XVI e XVII, levantando, inte-



IGREJA DO COLÉGIO. TODO O CONJUNTO TEM SIDO OBJECTO DE UM PROFUNDO TRABALHO DE RESTAUR.

¹ Arquivo Regional da Madeira – Serviço de Leitura e Certidões, cota 3901, p. 10 a 12

1.2 - IMPRENSA ESCRITA-----RECUPERAÇÃO:



Edificado nos finais do século XV, o Convento de Santa Clara, classificado como monumento nacional desde 1943, está a ser alvo de restauro. Consolidadas as estruturas, os trabalhos prosseguem pelo rico património móvel. E se as intervenções são já variadas, muito há ainda por fazer.

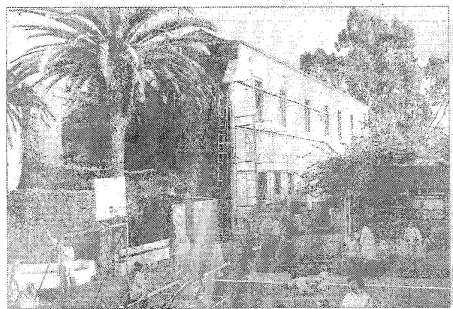
Restauração em Santa Clara

O Convento de Santa Clara constitui um dos mais significativos monumentos existentes na Região Autónoma da Madeira entre os que estão classificados. A sua importância confere-lhe o estatuto de "monumento nacional" desde 1943. Alvo de recuperação, os trabalhos estão a decorrer passo a passo, orientados por uma equipa constituída por técnicos da Direcção Regional dos Assuntos Culturais, com apoio da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, ao abrigo de um protocolo assinado entre a Secretaria Regional do Turismo/DRAC, e a referida direcção geral. Na perspectiva de Sáiz Travença, director de serviços do Património e Actividades Culturais, tem sido uma colaboração extremamente profícua, devido à maior experiência que os técnicos dos Monumentos Nacionais têm na recuperação de edifícios deste tipo. Têm nos dado ajuda e orientações preciosas. A grande preocupação ao iniciar os trabalhos – conforme explicou – foi a consolidação de todas as estruturas do monumento. Com esse objectivo foi efectuada a revisão dos telhados, das calceiras e das janelas, porque nada há de mais grave para um edifício, que possua inúmeras telas e talha dourada, do que as infiltrações nos períodos de chuva. Actualmente, só uma das partes do edifício é habitada, a outra é potencialmente aberta para visitas. Sáiz Travença salienta que a situação exige uma atenção redobrada, na medida em que «um

Diário de Notícias, suplemento Revista, 27 de fev. a 4 de mar. de 2000, p.19
DOC 10

¹ Arquivo Regional da Madeira - Serviço de Leitura e Certidões, cota 3488, p. 19 a 23

1.2 - IMPRENSA ESCRITA-----RECUPERAÇÃO:



■ O trabalho de recuperação do Convento de Santa Clara vai ser minucioso e vai conhecer diversas fases

Equipa do continente vem elaborar Carta de Risco

Convento de Santa Clara em processo de restauro

A exemplo do processo desenhado no restauro da Sé do Funchal, vai ser elaborada a Carta de Risco do Convento de Santa Clara. Esta radiografia ao edifício permite depois actuar com mais celeridade e com mais cuidado nas obras de recuperação.

Para tal, e na próxima segunda-feira desloca-se à Região uma equipa de arquitectos e engenheiros da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais que, durante uma semana, "vão passar a pente fino o Convento", disse João Henrique Silva ao jornal da Madeira.

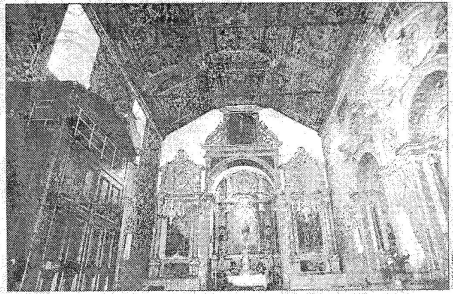
Segundo o director regional dos Assuntos Culturais, a elaboração da Carta de Risco insere-se num processo desenhado pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, uma espécie de diagnóstico da situação do imóvel relativamente à sua conservação e às obras necessárias.

Há três anos a esta parte que esta Direcção estabeleceu um protocolo de cooperação técnica com a Direcção Regional de Assuntos Culturais (DRAC), no sentido de se proceder à recuperação e restauração de

Na próxima segunda-feira desloca-se à Região uma equipa de arquitectos e engenheiros da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais que, durante uma semana, "vão passar a pente fino o Convento", um "indicador preciso para se iniciarem as obras", disse o director regional.

monumentos e edifícios classificados na Madeira. Nesse âmbito, têm sido feitos estudos e anteprojectos para a recuperação dos grandes edifícios classificados do Funchal, considerados património cultural como a Igreja do Colégio e a Sé Catedral.

Este ano, e a exemplo do processo desenhado no restauro da Sé do Funchal, vai ser também elaborada a Carta de Risco do Convento de Santa Clara. "Um indicador preciso para se começarem as obras de restauro porque vai indicar onde é necessário actuar com mais celeridade e com mais cuidado e qual o tipo



■ Apesar de "bastante antigo", o edifício "não está em perigo de vida"

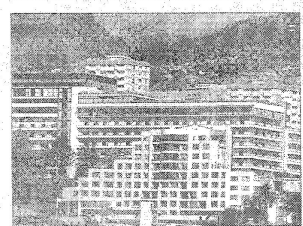
de trabalho que tem de ser feito", explicou o director regional do IM.

O trabalho vai ser minucioso e vai conhecer diversas fases num imóvel que apesar de "bastante antigo e importante (...) não está em perigo de vida", assegurou João Henrique Silva.

A DRAC conta estender estas obras de recuperação a outros edifícios nomeadamente as igrejas da Região. A Igreja de Câmara de Lobos é uma das candidatas porque, segundo o director regional, "precisa de uma intervenção ao nível do telhado e dos tetos".

No próximo dia 20 no Funchal

Doenças gastrointestinais em debate



■ Problemas gastrointestinais em debate no Hotel Savoy

As patologias do aparelho digestivo constituem um problema grave de saúde. Estas doenças têm alta morbilidade e, consequentemente, importante repercussão económica devido a hospitalizações frequentes, incapacidade para o trabalho e necessidade de cuidados de saúde continuados. É para discutir estas e outras questões

que têmem no Funchal, dia 20 de Janeiro, entre as 10 e as 14 horas, no Hotel Savoy, diversos médicos e cientistas nacionais e estrangeiros, que debaterão a nova geração de terapias para os problemas gastrointestinais.

Os sintomas de que são muito comuns a população com queixas mais frequentes estão relacionadas com a parte alta do aparelho digestivo e dizem respeito à chamada Doença do Refluxo Gastro-Esofágico (azia amarga de boca, ardor e Dispepsia Funcional (distúrbio difícil).

A maioria dos doentes recorre, numa primeira fase, a medicamentos de venda livre ao balcão da farmácia. Cerca de 40 por cento dos doentes consultam o seu médico de família sobre os seus sintomas gastrointestinais. A observação deste tipo de queixas constituem cerca de 5 por cento do total de consultas dos médicos de família, sendo cerca de 75 por cento destes doentes sujeitos a investigação.

¹ Arquivo Regional da Madeira – Serviço de Leitura e Certidões, cota 3884, p.6

1.2 - IMPRENSA ESCRITA----- RECUPERAÇÃO:



Convento de St.^a Clara será recuperado

O incentivo que será atribuído através do PIT resulta de todo um processo de candidatura que foi apresentado há cerca de um ano pela DRAC com o projecto de recuperação do Convento de Santa Clara.



O Convento de Santa Clara, no Funchal, será alvo de obras de recuperação e valorização no âmbito do Programa de Intervenção do Turismo (PIT). A candidatura a este programa foi apresentada o ano passado pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais, tendo sido aprovada esta semana pelo secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, que homologou a atribuição de um incentivo cujo valor ainda não foi anunciado.

Texto: Lúcia M. Silva • Fotos: J.M.

Classificado como Monumento Nacional, o Convento de Santa Clara, no Funchal, vai ganhar uma nova imagem. Resultante de uma candidatura apresentada em 2008

pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC), o projecto de recuperação e valorização daquele imóvel foi aprovado e será agora concretizado através de um incentivo homologado esta semana pelo secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, ao abrigo do Programa de Intervenção do Turismo (PIT). De acordo com João Henrique Silva, o projecto global apresentado pela DRAC está criado em dois milhões de euros, sendo que ainda é do seu conhecimento o valor específico do incentivo do PIT. Pela sua importância histórica e por estar classificado como Monumento Nacional, o director regional entende que o Convento de Santa Clara encaixava-se

perfeitamente neste programa de intervenção. Para tal, explica, foi elaborado um projecto integrado de recuperação, beneficiação e valorização que corrobora as vertentes da recuperação física do imóvel - constituído pela pintura, talha e escultura que estão dentro do convento da igreja - e ainda a divulgação desse mesmo património, designadamente estruturas em suporte de papel e digital. Embora o imóvel não esteja em mau estado porque todos os anos sofre pequenas obras de recuperação, João Henrique Silva garante que esta beneficiação é importante porque será um projecto de recuperação integrado, onde estão

O Convento de Santa Clara foi construído nos finais do século XV para albergar a ordem dos conventuais. Antecipou de um século a data de origem das igrejas. Foi fundado por João de Deus, o Convento de Santa Clara (junto de São João de Deus) e o Convento de São João de Deus (junto de São João de Deus). A recuperação do Convento de Santa Clara visa torná-lo mais atractivo para os turistas que visitam o Arquipélago da Madeira a marca o início de uma nova estratégia de reabilitação e promoção do património monumental local, de forma a potenciar o "touring" cultural e paisagístico.



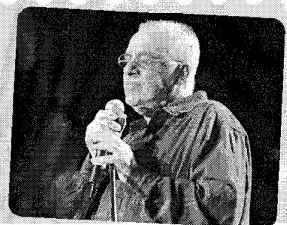
contempladas todas as vertentes. No seu entender, esta será, aliás, o momento certo para este projecto avançar, embora não tenhamos ainda muitas informações concretas da parte do Ministério. Segundo o comunicado enviado pelo Gabinete do Secretário de Estado do Turismo, o projecto de recuperação do Convento de Santa Clara visa torná-lo mais atractivo para os turistas que visitam o Arquipélago da Madeira a marca o início de uma nova estratégia de reabilitação e promoção do património monumental local, de forma a potenciar o "touring" cultural e paisagístico.

luciasilva@jornaldamadeira.pt

Paulo de Carvalho em Machico

O auditório do Fórum Machico acolhe amanhã, às 21h30, o primeiro dos três concertos que o cantor Paulo de Carvalho dará na Madeira. Os bilhetes para este espectáculo encontram-se à venda na secretaria da Câmara Municipal de Machico. Depois desta cidade, o autor de "E Depois do Adeus" actuará na Casa das Mudas da Calheta nos dias 28 de Fevereiro (sábado) e 1 de Março. Nos espectáculos dos dias 27 e 28, o cantor vai actuar com o pianista cubano Vítor Zamora e a 1 de Março, com a Orquestra de Bandolins da Madeira, dirigida por Eurico Martins.

De salientar que estes espectáculos integram-se na digressão nacional de apresentação do seu mais recente álbum, "Do Amor", editado em Maio de 2008, sendo no entanto revisitados nestes concertos os grandes éxitos da sua carreira: Autor de temas como "Mãe Preta", "Nini dos meus 16 anos", "Lisboa Menina e Moça" ou "Os Pulos", Paulo de Carvalho já escreveu mais de 300 títulos, muitos deles para vários artistas nacionais: nomeadamente Mariza, Sara Teófilo e Dulce Pontes.



¹ Arquivo Regional da Madeira – Serviço de Leitura e Certidões, cota 14068, p.35

Originalmente representava a Imaculada Conceição. O seu estado de conservação, porém, não deixava ver e contemplar as suas características singulares que mãos femininas lhe imprimiram desde a sua criação, dando-lhe uma particularidade única e fora de série das pinturas da época seiscentista.

Texto: Manuel Gama
 Foto: Atelier ISOPO

Voltou ao seu lugar. É uma pintura a óleo sobre tela, que representa a Imaculada Conceição. Tem forma quadrangular, de cerca de metro e meio de lado. Terá sido pintada para ser colocada naquela parede da Capela da Ressurreição do Convento de Santa Clara, aquando da sua construção, pois a essa conclusão induzem dois factos curiosos: por detrás do quadro não existem azulejos, e estes formam um arco, uma moldura em seu redor. Será portanto dos finais do século XVI e princípios do século XVII, de quando as famílias nobres iam as suas capelas.

Outra característica singular, é o facto de revelar ser produto de mãos femininas, pois tem mãos pérolas, mais reatas, pormenores muito femininos.

É extremamente estilizada. Saliu ainda Marília Carvalheira e Maria José Guedes, que poderá ter sido pintada por uma religiosa, até porque há uma outra pintura no convento, no coro de baixo, que tem traços idênticos, que parecem pintadas pela mesma pessoa.

A tez morena da Virgem e do Menino é outra particularidade que a coloca fora do comum.

Ao contrário das telas da época, esta em extremamente fina. «Pensa-



Imaculada Conceição que faz parte do espaldar da Capela da Ressurreição do Convento de Santa Clara, peça que virá das origens da mesma Capela, pois encontra-se enquadada num arco de azulejos também originais, dos finais do século XVI ou princípios do século XVII, da autoria dum artista religioso que também terá versado outro tema.

Após intervenção de restauro no Atelier Isopo Imaculada revive

mas que produziu uma boa encomenda», acrescentam as referidas técnicas. Tem uma trama muito fina do vulgar, trabalhada, em forma de espiga. «Jamais encontrei outra igual, na minha vida de restauradores», salienta Marília Carvalheira. A tela teria vindo de

fora, pois é muito superior àquilo que aqui se fazia normalmente.

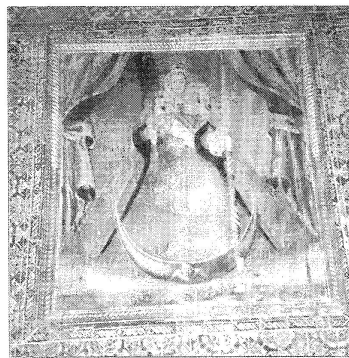
Intervenção de restauro

A pintura estava muito degradada, apresentando muitos problemas

originados pela humidade; o suporte de tela estava muito danificado. A tela estava encostada a uma parede totalmente apodrecida pela humidade e cheia de xilófagos, que a haviam perfurado igualmente com buracos muito minúsculos, por onde os bichos entravam e saíam, e

mas se notava esse esbranquiçado total que a cobria e não dava para ver a pintura.

Foi ao Atelier para ser restaurado. Foi entretido, levou uma tela nova, foi feito um retoque, tentando dar de novo a leitura original que ela teria. ■



Faz parte do conjunto idealizado pelo pintor Restaurar também a moldura

Também se conservou a moldura original. Era de talha dourada, folheada a ouro fino.

Recuperaram-se as partes de madeira com problemas de alteração e colocou-se outro fino sobre as que estavam ruins. Conseguiu-se o equilíbrio e manteve-se o conjunto com o mais aproximado do original, sem alterar.

Advertem as técnicas de Isopo que todas as molduras também devem ser restauradas, pois se a leitura integral dum pintura que tem uma moldura, funciona no seu conjunto. Cada quadro tem a sua própria moldura. A pintura e a moldura constituem uma unidade. A

moldura era feita em razão da pintura e para dar-lhe a sua leitura, própria, adequada.

Por isso mesmo, a pintura nunca deve desligar-se da sua moldura original. Se isso acontecer, passará, forçosamente, a ter outra leitura. A moldura como que enclausura a pintura e se não for muito bem integrada pode ser um elemento que aprisiona e limita o que está representado no interior.

Trabalho de filigrana

A moldura é tão importante como a pintura. É ao restaurar uma pintura

ra, aconselham as técnicas referidas, que também devem ser restauradas, tanto quanto possível, as molduras originais, aquelas que foram ali concebidas pelo pintor.

A propensão refere-se ao trabalho de restauro da moldura é também um trabalho de arte e por vezes mais difícil de realizar do que o restauro da própria pintura. Há molduras que só por si têm mais valor e valorizam uma pintura de fraca qualidade. É um trabalho de conservação, de filigrana, minucioso, é todo um jogo de meças pesantíssimas. Por isso restaurar uma moldura é um verdadeiro trabalho de filigrana. ■

¹ Arquivo Regional da Madeira – Serviço de Leitura e Certidões, cota 7582, p.7

jm pedras vivas
 Domingo 5 de Dezembro 2004 7



Do espólio de Santa Clara Restaurada Árvore de Jessé

É constituída por três peças: duas telas de 47x63,5 cm, representando os Reis de Judá, seis em cada uma delas, e um pequeno estrado de madeira, cuja face anterior, trabalhada em talha, mede 80x22 cm com a figura de Jessé. Foram restauradas no Atelier Isope, e encontram-se expostas no percurso turístico do Museu de Santa Clara, no Coro Alto, onde também estão reunidas peças móveis, esculturas e pinturas, umas restauradas e outras por restaurar.

Texto: Manuel Gama • Fotos: Atelier ISOPE

As telas restauradas estiveram colocadas na Capela da Ressurreição, do claustro superior do Convento. Segundo Maria José Guedes, técnica de restauro, as telas estariam muito ressequidas, cheias de ferrugem branca, num estado que nem permitia uma leitura do tema.

Faziam parte do grande espólio artístico do Convento que recebia ofertas religiosas provenientes da classe nobre, com certos privilégios, entre os quais a sua Capela ornada com objectos artísticos e dourados, embora vindos ao culto. Desfeitas as capelas para dar lugar a obras estruturais no Convento, por parte dos Monumentos Nacionais, nos anos 50, explica a referida técnica que «ninguém se preocupou em conservar minuciosamente as peças com coerência». Entre a muita talha dourada que ainda lá se encontra, «muito difícil de restaurar e de reconstituir em ambiente», estava também esta Árvore de Jessé.

Achou-se por bem recuperar as fibras da Árvore de Jessé, uma vez que o Convento de Santa Clara, tem por objectivo um dia constituir o seu museu, com o seu próprio património. Para o efeito, está em processo de restauro um altar de Santo António que regressará ao Convento assim como outras peças estão a ser restauradas com uma certa coerência e um objectivo concreto.

Intervenção de restauro

As telas foram removidas e reenteladas, limpou-se a polimerina, depois preencheram-se as lacunas que existiam, aplicou-se uma camada protectora, deu-se o retoque final, e conseguiu-se preservar a que existia dessa pintura sobre um tema muito importante, não só na história da Igreja como também na história da Madeira, que regista ainda mais dois exemplares: um no Coração e Jesus e outro na Matriz de Machico. ■

Os primeiros exemplares da Árvore de Jessé vêm do século XI, tendo-se fixado no século XII nos vitrais de Saint-Denis. Divulgaram-se a partir do século seguinte em iluminuras, vitrais e baixos-relevos.

Sentido litúrgico e catequético

Árvore de Jessé é hino à Imaculada

Isaias e Mateus estão na origem da «Árvore de Jessé».

Do tronco, Jessé, pai do Rei David, haveria de nascer o Messias, segundo o profeta Isaias, corroborado por Mateus e Lucas que, fazem a ligação histórica das origens.

«Brotará um rebento do tronco de Jessé, e um renovo brotará das suas raízes».

Jessé foi o pai do rei David, e é portanto, a cabeça, o tronco da dinastia que inicia

David. Dele, qual tronco de árvore abatida, é que brotará um novo rebento.

Mateus, no prelo do seu evangelho apresenta a genealogia, a árvore genealógica de «Jesus Cristo, filho de David, filho de Abraão». Depois de ter apresentado a sucessão respectiva, conclui: «Jacob gerou José, esposo de Maria, da qual nasceu Jesus, que se chama Cristo». Maria entra desta forma na árvore genealógica de Cristo.

É esta genealogia de Cris-

to, filho da Virgem Maria, que os artistas plasmarão na tela chamada a Árvore de Jessé. Do tronco de Jessé, sabe essa árvore formada pelos reis de Judá que, a começar por David, termina nesse novo rebento, Jesus Cristo, gerado e dado à luz pela Virgem Maria, a Imaculada Conceição.

Por isso mesmo ela aparece na tela, como a figura cimeira, sustentando Jesus nos seus braços. ■

manuelgama@jornaldomadeira.

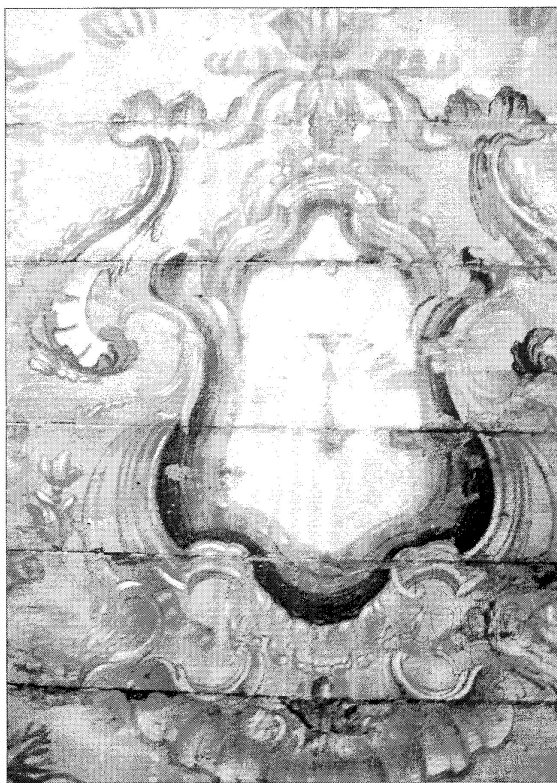


¹ Arquivo Regional da Madeira – Serviço de Leitura e Certidões, cota 7593, p.7

6

jm. pedras vivas

Domingo, 20 Fevereiro 2005



No centro de cada «caixotão» do tecto, há uma temática, possivelmente relacionada com o Calvário. Um tem um cálice, outro tem um martelo, outro a pomba da paz, e o quarto já não tem nada.

No Convento de Santa Clara Tecto do Coro voltou a brilhar

Trata-se do Tecto do Coro baixo do Convento. Foi sujeito a uma intervenção de restauro, através dum concurso público promovido pela DRAC e ganho por «Isopo» empresa de restauro e conservação de obras de arte. A operação que pode chamar com maior rigor de «conservação» do que «restauro», é-nos explicada pela técnica da referida empresa, Marília Carvalheira. Embora de alto quilate e muito antigo, não é já certamente o tecto original.

Texto: Manuel Gama • Foto: Atelier ISOPO

Foi restaurado há cerca de um ano. Trata-se duma pintura sobre madeira no tecto baixo do Convento de Santa Clara. Não se trata duma pintura a óleo, mas sim duma espécie de tempera, uma tinta extremamente sensível, que estando sujeita a muitas infiltrações, muita humidade através da madeira, ficou numa espécie de poeira que dificultou imenso a fixação desta camada pictórica.

Segundo a técnica de restauro, Marília Carvalheira, que interveio no processo, a pintura encontrada já não correspondia ao original, pois houve anteriormente algumas intervenções, a última das quais possivelmente no século XIX, época de outros critérios e outras tecnologias.

Uma vez que já nessa altura não se fez reconstrução de desenho algum, e foi refeito em madeira um dos caixotões em que se divide o tecto, não se torna possível saber se já nessa época o original seria ou não recuperável.

Para avaliar se este processo foi bem feito ou não, explica a técnica de Isopo, que é necessário saber-se se o que restava era recuperável e não houve o cuidado de o recuperar, ou se já não era recuperável, e nesse caso, foi feita então foi uma boa intervenção. Mas nada existe em concreto, que possa indizar num ou nouro sentido. O que se sabe, é que definitivamente, a pintura existente não se corresponde com o original e lhe é muito posterior.

A intervenção de restauro consistiu inicialmente na fixação da camada pictórica feita lado a lado com a consolidação das próprias tábuas, porque muitas das tábuas encontravam-se num estado bastante degradado, devido às humidades e ao apodrecimento das vigas que as sustentam. ■

Intervenção de tipo museológica

Conservação das madeiras e da camada pictórica

No caso do Tecto do Coro Baixo do Convento de Santa Clara, salienta Marília Carvalheira que «foi feita a desinfestação, depois uma consolidação da madeira, e uma fixação. Um trabalho feito em simultâneo. Muito delicado para um tecto, porque além de ter zonas de destacamento bastante acentuado, também apresentava muitas manchas de humidade.»

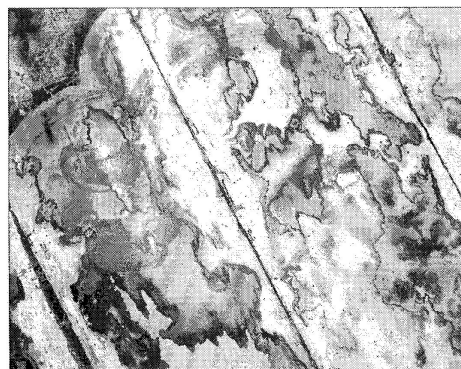
Continua a explicar que «o tipo de restauro que se fez aqui, tem poderemos

chamar rigorosamente «restaurar», «Conservação» talvez seja o termo mais adequado para classificar esta intervenção. Conservação do suporte das madeiras e da capa pictórica. Porque não fizemos reconstrução alguma do desenho. Fixámos, limpámos e deixámos, nas partes de lacunas, a madeira à vista. Não houve aplicação de massas, nem houve reintegração. Houve algum retoque muito pontual, para esconder algum desenho de

mancha que poderia sobressair ao próprio desenho. Mas foi mesmo muito pontual. Não se justificava estar a fazer uma reconstrução, porque o Convento de Santa Clara, neste momento, é mais um espaço museológico do que um espaço de culto, nem para as próprias religiosas.»

E a joia de conclusão afirma: «O coro é da origem da construção da igreja, mas o tecto não é original». ■

manuelgama@jornaldamadeira.pt



¹ Arquivo Regional da Madeira – Serviço de Leitura e Certidões, cota 7682, p.6

jm. pedras vivas
Domingo, 27 Fevereiro 2005

7



No Convento de Santa Clara Capela de São Gonçalo de Amarante

O Atelier «Isopo» procedeu à sua restauração em 1998, pois nessa altura o estado de conservação do conjunto retabular - talha dourada emoldurando duas pinturas a óleo sobre tela, - «era francamente mau. Todas as estruturas de madeira apresentavam sinais de actividade generalizada de xilófagos, da espécie de *Lyctus* (caruncho pequeno), sendo evidentes, em observação directa, os orifícios resultantes das perfurações de saída dos mesmos, provocando perda pontual da rigidez das fibras celulósicas».

Texto: Manuel Gama • Foto: Atelier «Isopo»

A sua construção remonta ao ano 1650. A sua decoração artística é atribuída ao mestre cantanhote Manuel Pereira e ao pintor, Marinho Correia.

Actualmente, constitui apenas um espaço integrado no circuito visitável. Nos anos cinquenta funcionou como escola de enfermagem e, em 1990, foram efectuadas obras de restauro apenas ao nível da cobertura do tecto, com a substituição quase total das madeiras que deveriam estar em péssimo estado, tendo havido o cuidado de deixar alguns dos elementos decorativos entalhados originais como testemunho.

A intervenção de restauro feita pelas técnicas de «Isopo» teve o patrocínio da DRAC, na consequente sensibilização pela conservação do espólio artístico da nossa Região.

Segundo o seu infante publicado na revista «Monumentos» de Setembro de 2003, «todo o retábulo se apresentava empoeirado devido a sujidades e poeiras sedimentadas. A pintura central, de forma quadrangular, com a representação de São Gonçalo de Amarante perante a visão de Nossa Senhora com o Menino, e a pintura do frontão, exibindo uma Ascensão de Cristo ao céu, de forma oval, apresentavam-se em consonância com o mau estado geral do retábulo, sendo facilmente visível a desidratação das telas de suporte e da capa pictórica, através da sensação de destaque iminente devido a muitas craqueluras e lacunas de diversa dimensão.

Um tom fortemente amarelado e escurecido devido a oxidação da camada protectora (verniz) dificultava uma leitura real dos temas apresentados.

A própria tela dos suportes estava fragilizada e com deficiente fixação aos bastidores de sustentação, apresentando arruamentos ondulatorios e múltiplas fissuras e rasgões».

Formenor do retábulo da Capela de São Gonçalo de Amarante, após o restauro. A foto em baixo mostra um formenor do estado de conservação anterior ao processo de intervenção.

Privilegiado o material original existente

Intervenção de restauro seguiu tecnologia moderna

Removeram-se as molduras central e do frontão, para o restauro das respectivas pinturas, procedendo-se a todas as restantes intervenções através da face visível.

Aplicaram-se infiltrações para tratamento antifilófago consolidante. Utilizaram-se adesivos naturais (ceras, resina, cola animal) e sintéticos (PVA metilcelulose) nas fixações.

Procedeu-se à reconstrução pontual de elementos decorativos nos casos em que

existiam os simétricos e se considerou imprescindível para uma correcta leitura estética.

As pinturas foram sujeitas a reentelagem e montadas em novos bastidores de suporte, para seguidamente recuperarem as respectivas molduras, após a limpeza da capa pictórica, o preenchimento de lacunas com massas e a reintegração cromática com aguarelas.

No final foram protegidas com capa de verniz. Procura-

rou-se obter um resultado onde ficasse visível a opção de privilegiar a conservação do material original existente, minimizando a adição de grandes reconstruções, quer estruturais, quer de revestimento (folha de ouro ou pliocromo), para, tenuamente, transmitir às gerações presentes e futuras o que resta ainda da grandiosidade genuína do passado artístico e devocional desta Região. ■

manuelgama@jornaldamadeira.pt



¹ Arquivo Regional da Madeira – Serviço de Leitura e Certidões, cota 7694, p.7



Santa Clara 'de



Uma pintura de 'Santa Clara' foi 'descoberta' na Igreja do Convento de Santa Clara. Encontrava-se por trás de uma pintura de Nicolau Ferreira. Alvo de restauro integra uma exposição que decorre no referido mosteiro e que mostra outras duas telas recuperadas: 'São Bernardo' e 'Santo António'.

Teresa Florença (texto)
Agostinho Spinola de D.P.
(fotografia)

A Igreja do Convento de Santa Clara ficou a ganhar com uma descoberta recente. Trata-se de uma pintura do século XVI, de 'Santa Clara', que se encontrava 'escondida' por trás de uma obra do pintor Nicolau Ferreira.

A tela, assim como outras duas da referida igreja, foi restaurada e integra neste momento uma exposição, que decorrerá até ao dia 13 de Maio, no referido mosteiro.

"Pensamos que 'Santa Clara', 'São Bernardo' e 'Santo António', datam de finais do século XVI. Se alguma das pinturas for mais recente é o 'Santo António', mas nenhuma ultrapassa o princípio do século XVII", adianta Marília Carvalheira do ISOPO, atelier responsável pelo restauro.

São pinturas a óleo sobre tela e a datação provável baseia-se no facto dos materiais utilizados terem características específicas dessa época. "São telas grossas e muito pouco homogêneas. Todas têm uniões, o que significa que não têm tamanho suficiente. A técnica de junção é característica do trabalho efectuado nessa altura."

As três pinturas encontravam-se colocadas no alto da parede de fundo da igreja e acusavam um estado de degradação muito avançado. 'Santa Clara' estava completamente enegrecida. "Provavelmente, como santa de devoção, era mais venerada e tinha mais velas, ficando escurecida por acção da fuligem". Os trabalhos de restauro revelaram uma tela "lindíssima", diz a restauradora.


A nível geral, a intervenção consistiu,

32 REVISTA - de 22 a 28 de Abril de 2007

Diário de Notícias, suplemento Revista, 22 a 28 de abril de 2007, p.32
DOC 17

¹ Arquivo Regional da Madeira – Serviço de Leitura e Certidões, cota 2099, p. 32 e 33

D, 835, E6, C - 56

CELEBRAÇÕES CENTENÁRIAS


TRÍDUO - Dias 27, 28 e 29 de Novembro, na Igreja do Convento de Santa Clara às 19h 30, presidido pelo Rev.do P. Mário Silva, Provincial dos Franciscanos.

SESSÃO - Dia 29 de Novembro às 16 horas, em Santa Clara, com actuação do Coro de Câmara do Funchal, seguida de uma Conferência pela Irmã Otília Maria Fontoura, Clarissa.

SOLENE CELEBRAÇÃO EUCARÍSTICA no Mosteiro de N.ª S.ª da Piedade, Caldeira, Câmara de Lobos, dia 30 de Novembro às 15h 30, presidida pelo Ex.mo Rev.mo Senhor D. Teodoro de Faria, Bispo do Funchal.

EXPOSIÇÃO. No dia 30 às 17h 30, numa sala do Mosteiro de N.ª S.ª da Piedade, Caldeira (Câmara de Lobos), abrirá de uma exposição do espólio artístico do Convento de N.ª S.ª das Mercês. A exposição poderá ser visitada até 18 de Janeiro, todas as Sextas-feiras, Sábados e Domingos, das 15 às 18 horas.

ENCENAÇÃO da vida de Santa Clara de Assis, dia 1 de Dezembro às 20h30 no salão da Igreja Paroquial de N.ª S.ª do Carmo, Câmara de Lobos.

3

HINO DO CENTENÁRIO

Ao Senhor nosso Deus cantemos hinos de altíssimo LOUVOR e GRATIDÃO; cinco séculos de favores divinos presença de VIDA em doação!

"Por mares nunca dantes navegados"
 Portugal avançou cheio de amor.
 Novos jardins de Assis foram plantados!
 Celebram a BONDADE do Senhor.

Nas ilhas do Santíssimo Sacramento
 dia e noite Jesus é adorado!...
 Ressoam belos CANTOS em silêncio
 Aquele imenso "AMOR que não é amado!"

As flores perfumadas: PAZ E BEM!
 Madeira, és beleza e esplendor!
 As Clarissas unem-se à terra-mãe,
 cantando as maravilhas do Senhor.

Francisco e Clara aqui se demoraram
 - Paraíso de tanta formosura! -
 A Boa Nova da Paz proclamaram
 cheios de alegria e de ternura!

Irmã Maria da Cruz, OSC

2

As clarissas na Madeira: 1497-1997, 500 anos de louvor, Funchal, p.2-3
DOC 18

¹ Arquivo Regional da Madeira – Serviço de Leitura e Certidões, cota 1740

VI
DOMINGO, 30 DE NOVEMBRO DE 1997
JM **Vivas**

Clarissas

Cinco Séculos de presença na Madeira

No passado dia 2 de Novembro de 1997, D. Teodoro de Faria publicou uma Nota Pastoral a propósito dos cinco séculos da presença na Madeira da Ordem de Santa Clara, que publicamos na íntegra naquela data. Hoje recordamos alguns pormenores deste importante documento.

1497 — Do Mosteiro da Conceição de Beja chegaram as primeiras cinco clareiras. O Papa Sixto II recebeu o pedido de criação de um Mosteiro de Clarissas na parte mais ocidental do mundo conhecido, numa ilha encontrada no Atlântico, talvez nomeado da antiga Atlântida. João Paulo, papa franciscano, ordenou a criação do Mosteiro (Alfama da Madeira era portuguesa), tema do franciscano António de Lisboa. A Bula tem a data de 1497, as monjas adoptariam a segunda regra de Santa Clara, a mais simples. Podiam ter mais propriedades.

Na origem do palácio deviam estar o rei D. Manuel, duque de Beja, e D. Pirot da Ordem de Cristo e também o filho do descobridor da Madeira, João Gonçalves da Câmara. A Madeira tinha necessidade de um convento para acolher as vocações religiosas que o Espírito de Deus suscitava, sem procurarem de atravessar os mares para os mosteiros do continente português. Assim nasceu o primeiro convento na Madeira, há cinco séculos.

1600 — Em cónego do Funchal, de nome Henrique Caldeira Viveiros, não gostava de Castela nem dos castelhanos. Fez uma singular promessa. Quando Portugal se libertasse do jugo castelhano fundaria um convento, pois o de Santa Clara não era suficiente para as numerosas vocações e, também, para receber orfãos. Agradecimento a Deus e caridade da Igreja levam um cónego português a erguer o Convento de Nossa Senhora da Encarnação, na actual paróquia de Santa Luzia. Ainda se conserva a bonita capela do mosteiro agora espreitada pelo cimento do caserio.

1667 — A Madeira é terra mística e franciscana. Um casal piedoso, Benedito de Andrade e Isabel de França, decidem construir um convento e assumir os encargos. A exigência de perfeição requeria um mosteiro com o genário espírito de Santa Clara, como o da Mãe de Deus em Lisboa, que seguiu ao reformar a Santa Coleta, Comendadora do Espirito Santo. Em 1667, o novo mosteiro intitulado Nossa Senhora das Mercês. As religiosas eram conhecidas por Capuchas, mas por amizade ao povo chamavam-se Capuchinhas. Depois do nome a uma ruína fundal, pois nada mais resta do seu mosteiro.

Nunca faltaram as vocações

D. Teodoro refere depois que a perseguição religiosa de 1803 encerrou mosteiros e conventos nas ilhas. Para as religiosas, a legislação de 1843, para receber novicas e emitir votos. Com esta medida os mosteiros ficaram vazios e o Estado apropriou-se deles e vendeu ou delapidou o patrimônio. Nem os habitaros e conventos destruíram tanto.

O Convento de Santa Clara foi extinto em 1890 com a morte da Madre Maria Aurélio do Patrocinio, a Encarnação ficou na posse do Estado em 1890, com o falecimento da última religiosa, a Madre Virgínia Violante do Céu.

O Convento das Mercês, pobre, humilde e amado pelo povo, conseguiu habitar e santamente superar a tempestade sem generalizar as portas. Só em 1910, com a Beata Mãe Virgínia, foram obrigadas a abandonar o Mosteiro. Sem casa, as clarissas continuaram a reunir-se em pequenos grupos com a Madre Virgínia. Em 1981 o grupo ainda existente recebeu-se no Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade, na Caldeia, em Câmara de Lobos. Por uma protecção especial de Deus, a vida fraterna continuou sem interrupção, mesmo sem cada uma a sua vida comunitária. Felizmente, nunca faltaram algumas vocações: do mosteiro da Caldeia nasceu o Convento de Santo António em 1971 e das Mercês, nos Açores, em 1976, e o de Santa Clara, em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro Brasil, em 1986.

E prosseguindo salienta: Os mosteiros foram e continuam a ser no coração da Igreja e do mundo um sinal eloquente de continuidade, lugar privilegiado para aqueles que buscam Deus e as coisas do Espírito, escolas de fé, verdadeiros centros de estudo, diálogo e cultura para a edificação da vida celestial e também da cidade terrena à espera da celestia (Vida Consagrada n.º 9).

Os três mosteiros de clarissas do Funchal, cada um a seu modo, cumpram esta missão apresentada pelo Papa João Paulo II na Exortação Apostólica Sobre Vida Consagrada (n.º 9).

A Diocese do Funchal rejubilou com esta celebração multigeneracional e agradece a Deus o dom da vocação monástica, concedido a tantas filhas desta terra, com que o honra da Igreja e fonte de graças divinas.

Louvamos e agradecemos a Deus por nunca ter faltado nesta Diocese, nestas do louvar e adoração, testemunhas da cidade futura, exemplos de edificação para o povo de Deus.

Nem todos os cristãos estão preparados para entenderem a vida monástica e a clausura das monjas, nem todos compreendem ainda esta exigência prioritária de estar como santos, de participação no arquipélago de Cristo, através de uma renúncia não só aos bens terrenos mas também ao espaço, aos contactos e bens da criação.

Os conventos de clausura

Naquela Nota Pastoral D. Teodoro de Faria escrevia: «A clausura é um modo de viver a Pascoa de Cristo (V.C. 59) e morte e ressurreição».

Uma diocese necessita de um convento de clausura, de uma luz a brilhar no alto do monte. Na simplicidade, pobreza e adoração, ele indica a Pa-



O Convento de Santa Clara, na cidade do Funchal

ra continuada a imitar a vida de Cristo no seio do monte, que desce para lugares altos a oração e reflexão dos jovens e adultos; pontos de referência para a vida do nosso povo, onde cada um, consoante o seu estado, se encontre com Jesus Cristo, nosso Salvador».

O Prelado funchalense a terminar refere que dentro de uma grande simplicidade, de forma a não ofender o espírito franciscano, as Comemorações deste V Centenário terão lugar no Mosteiro da Caldeia, procedendo depois à abertura de uma Exposição com os objectos provenientes do Convento das Mercês. Os jovens da paróquia do Carmo ensaiaram uma peça teatral sobre Santa Clara que será apresentada aos outros jovens nas paróquias da Diocese.

Com este pequeno programa queremos mostrar que a vida consagrada é um dom a Igreja e que a Diocese do Funchal, desde o seu nascimento, foi criada com este dom.

Jornal da Madeira, suplemento Pedras Vivas, 30 de novembro de 1997, p.6
DOC 19

¹ Arquivo Regional da Madeira – Serviço de Leitura e Certidões



Teve o mundo a seus pés,
rendido à sua beleza. Os
estrangeiros acotovelavam-se,
no claustro do

do
Funchal, a irmã Maria
Clementina de Vasconcelos.

**A bela freira
de Santa Clara**

Texto de Marta Caires
Fotografia de A. Spinola
Ilustração de Paulo Abreu

Vinham atrás do mito. Dos olhos azuis e do cabelo claro e brilhante, da tez rosada e da aura de mistério que envolvia Maria Clementina de Vasconcelos, a mais bela e célebre freira do Convento de Santa Clara. No segundo quartel de 1800, os estrangeiros que chegavam à Madeira queriam, além de apreciar a paisagem e andar de carro de bois, ver, por entre o gradeamento do claustro, a mais bela mulher do Funchal. Depois, quando o tempo começou a fazer estragos, vieram para ver a sombra da freira que acalentou sonhos e inspirou romancistas e poetas. Mas, como ninguém a levou para o Ilhéu, nem a fez embarcar num navio inglês - como pedira Coleridge, o homem que a imortalizou junto dos turistas britânicos - Maria Clementina definhou aos poucos, atrás dos altos muros do mosteiro. A beleza, dom perigosamente efêmero, perdeu-se muito antes da morte por fim a uma vida nem sempre feliz. Os atributos físicos foram motivo de louvor e inveja, mas, nem por isso, soror Maria Clementina teve melhor sorte que as outras mulheres feitas freiras por imposição familiar. Ainda assim, houve um momento, no fulgor da idade, que esteve para casar. Uma miragem, pois o noivo - um oficial português - desapareceu sem a resgatar do convento. Quem era, na verdade, esta religiosa que, durante várias décadas do século XIX, atraíu os estrangeiros para o Convento de Santa Clara e que, por esse mundo fora, ficou conhecida como "the beautiful nun of Madeira"? Como todos os mitos, a verdade mistura-se com a realidade. Um pouco de lenda, um pouco de ficção, um pouco de

verdade. É assim a história de Maria Clementina, a filha mais velha do morgado Pedro de Vasconcelos. A menina que, anos mais tarde haveria de fascinar tantos homens, veio ao mundo em 1803, no Funchal, passados apenas seis meses sobre o casamento de seus pais, Pedro Agostinho de Vasconcelos e Ana Augusta Ornelas. No assento de baptismo, o padre de São Pedro diz que a rapariga correu risco de vida por ter sido prematura. E essa foi a razão invocada para o baptizado só se realizar nove meses após o nascimento. No entanto, é nas circunstâncias do nascimento que se levanta o primeiro mistério sobre Maria Clementina. Embora o registo do seu nascimento a dê como filha legítima do morgado Pedro de Vasconcelos, a bela freira de Santa Clara confessaria, muitos anos mais tarde a uma senhora inglesa, que se fez freira por ser filha bastarda de seu pai. Por detrás da decisão paterna, teria estado a madrastra, ciosa dos interesses das suas filhas, que, ao que parece, seriam muito feias. Verdade ou mentira, o certo é que Maria, de olhos azuis e loura, não tinha qualquer semelhança física com os restantes 13 irmãos e irmãs. Estas, segundo os relatos dos viajantes que conheceram a freira, seriam tão feias que, apesar de mais novas, pareciam mais velhas que Maria Clementina. Seria, então, a bela menina uma espécie de Cinderela do século XIX, com uma madrastra e irmãs feias e clumosas? É provável que, sendo prematura, tivesse dificuldades em sobreviver numa época em que a medicina pouco podia fazer nestes casos. E, só por isso, o seu nascimento é estranho, tal como é

REVISTA11

Diário de Notícias, suplemento Revista, 2 a 8 de fevereiro de 2003, p.11
DOC 20

¹ Arquivo Regional da Madeira – Serviço de Leitura e Certidões, cota 2015, p. 11 a 13

FACTOS

Monumento nacional, o Convento de Santa Clara há muito que deixou de ser o mosteiro das freiras de clausura.

Depois dos piratas e dos republicanos, é a falta de dinheiro que coloca em risco um dos “ex libris” do Funchal.

Memórias do Convento

Texto de Marta Caires
Fotografia de A. Spínola

O sol reflecte no chão de pedra os arcos do claustro no momento em que uma classe do infantário sobe os degraus que ligam ao jardim. Os risos das crianças, no intervalo do recreio, enchem o velho Convento de Santa Clara. Por ali, já não passam freiras de véu negro, conformadas com a clausura imposta pela família. A última clarissa de Santa Clara, Maria Amália do Patrocínio, morreu em 1890 e, desde então, Estado e Igreja dividem responsabilidades sobre o mosteiro, classificado como monumento nacional. Pelo meio, ainda houve alguns desentendimentos por causa dos republicanos e dos bens do Convento vendidos ao desbarato. Mais um pormenor. O edifício sobreviveu ao saque dos piratas e, agora, resiste à falta de dinheiro para obras de restauro.

As Irmãs Franciscanas Missionárias, que ocupam o prédio, desenvolvem, no Convento de Santa Clara, uma obra social. Há ali um infantário e, durante muitos anos, funcionou um lar para raparigas das zonas rurais que vinham estudar para o Funchal. São as religiosas que dão vida ao monumento. Dão-se aulas de catequese e realizam-se retiros espirituais. Uma parte do mosteiro está, pois, adaptada às novas funções. Contudo, em Santa Clara são muitos os recantos e os segredos. Quase todos a precisar de restauro. Na divisão de tarefas, cabe ao Estado (e à Região) conservar o património. O problema são as escassas verbas que chegam “a contá-gotas”. A recuperação faz-se aos poucos.

Primeiro, um oratório; depois uma sala; mais tarde uns quantos quadros e outras tantas imagens. Pelo caminho, a humidade e o passar do tempo consomem um pouco mais da História da Madeira.

Em cada porta que se abre, há quadros no chão. Alguns recuperados, outros à espera. Alguns de pintores sem nome; outros feitos na Flandres, nos tempos da abundância do açúcar. Nos tectos há arte e, no chão, escondidos por madeiras, há azulejos árabes portugueses. Em quartos trancados há muito e cheios de poeira, estão imagens de santos e anjos, pedaços de talha dourada (das antigas capelas privativas das freiras fidalgas) e até a primeira versão dos modernos pianos. Da poeira e da humidade, escapa apenas a igreja, onde são brilhantes e imponentes as pratas dos candelabros e do sacrário. E, ao fundo, junto as paredes onde estão as antigas grades que separavam as freiras do resto da





146REVISTA

Diário de Notícias, suplemento Revista, 2 a 8 de fevereiro de 2003, p.14
DOC 21

¹ Arquivo Regional da Madeira – Serviço de Leitura e Certidões, cota 2015, p. 14 e 15

1.2 - IMPRENSA ESCRITA----- MEMÓRIAS:

4 | **Jornal** | SÍMBOLO | REGIÃO
10 DE ABRIL DE 2004

A cestinha do convento das Mercês tinha um comprimento de 16 centímetros, por 10 de largura e 6 de altura. Era feita em giesta e usada pelas freiras, nomeadamente para enviarem doces para a família.

ANETE MARQUES JOAQUIM
anete@jornalmadeira.com.pt

Alguns restaurantes do Funchal, mais precisamente da freguesia de São Pedro, vão poder apresentar doçaria conventual madeirense em cestinhas do giesta, idênticas às usadas para o mesmo fim no convento das Mercês, no início do século XIX.

A cestinha servirá para destacar a adesão de alguns comerciantes à ideia de fazer renascer a gastronomia do convento de Santa Clara da Madeira.

A informação foi dada ao JORNAL da MADEIRA por João Dionísio, membro da Comissão Memórias Gastronómicas do Convento de Santa Clara da Madeira, a qual, de há dois anos a esta parte, tem vindo a preparar o projecto em reuniões com os comerciantes de São Pedro.

João Dionísio adiantou que as cestas ainda não estão feitas, mas o respectivo esboço será apresentado à discussão e aprovação na Comissão, em reunião marcada para o próximo dia 17.

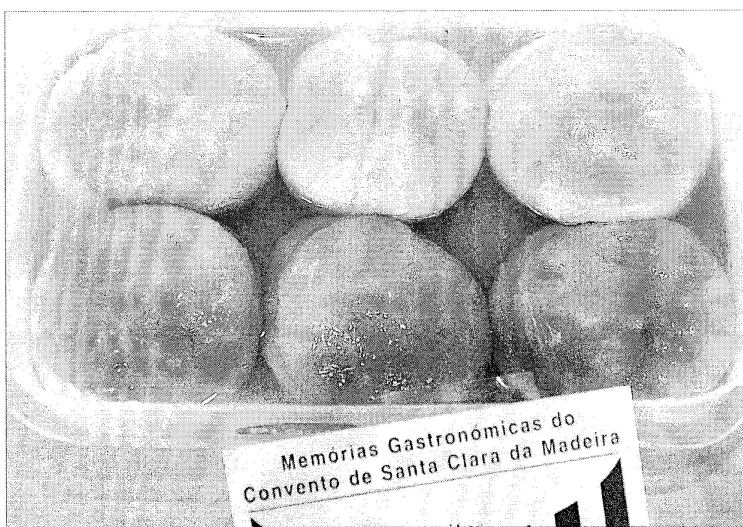
Nos contactos já estabelecidos com os restaurantes, João Dionísio disse ter encontrado manifesto interesse na novidade.

Os restaurantes pertencem ao grupo de empresários que aderiram ao desafio da Comissão de começarem a confeccionar receitas antigas do convento de Santa Clara da Madeira.

Iniciada em finais de Março, a iniciativa de apresentar as receitas antigas das freiras do convento de Santa Clara da Madeira, já confeccionadas, conta com a participação de quase todos os restaurantes da Rua da Carreira, Entram, também, os das ruas das Pretas, da Mouraria, de São Pedro e da Achada.

A título de exemplo de alguns dos pratos desse património regional que os restaurantes funchalenses já apresentam nos seus cardápios, João Dionísio referiu o "Funil", que se vai especializar no "panelão", prato de várias carnes que as freiras do convento de Santa Clara da Madeira confeccionavam.

O "Jardim da Carreira", por seu turno, vai apostar na "moqueca de pargo" e o "Fim de Século", na "moqueca de cherne".



> Os "papas-de-anjo" e outros doces conventuais que estão a ser vendidos agora são de receitas madeirenses do convento

> IDEIA DA COMISSÃO MEMÓRIAS DO CONVENTO DE SANTA CLARA

Cestas do convento nos restaurantes



> O modelo pode vir a ser esta cestinha original do convento, pertencente a Abreu de Sousa

O "My Pizza", um restaurante da Achada, optou pela "moqueca de atum e espada".

O "Paraiso Imperial", por seu turno, vai apresentar aos seus clientes a "galinha de Santa Clara da Madeira", tendo por sobremesa os célebres "papas-de-anjo da Madeira".

Docinhos

As iguarias das freiras madeirenses estão, também, a ser feitas por pastelarias como a "Lua" e a "Convento". Nestes casos, a aposta é na doçaria propriamente dita. "Torções", "encharcadas" e "barrigas-de-freira da Madeira" são alguns

dos doces que podem ser comprados nos locais referidos.

O "Prince Charles", outra pastelaria funchalense, fornece também alguns dos doces feitos antigamente pelas freiras, mas, neste caso, só por encomenda.

A "Mania da Cozinha", por seu

turno, tem como "prato forte" as saladas "barrigas-de-freira da Madeira", apresentadas em taça.

Em Junho, o "Trigo" vai aderir à iniciativa da Comissão.

João Dionísio diz que a ideia da Comissão em trazer a público estas iguarias já esquecidas recebeu boa adesão dos empresários da freguesia de São Pedro. Nela estão envolvidos não só os donos de restaurantes e pastelarias que as confeccionam, como de outros estabelecimentos, nomeadamente, "snack-bars", pequenos restaurantes, antiquários e lojas de pronto-a-vestir. Basta ver o orgulho com que ostentam nas respectivas montras os autocollantes que a Comissão entrega a quem adere ao projecto de fazer renascer parte do nosso património gastronómico.

Refira-se que a Comissão é formada por João Dionísio, João José Abreu de Sousa, Margarida Costa Neves, Susana Mendes, Susana Mendonça e Agostinho Dias.



A iniciativa teve o apoio da Câmara Municipal do Funchal, da Junta de Freguesia de São Pedro e da Associação de Comércio e Serviços do Funchal. A colaboração do próprio convento não pode ser esquecida. ■

Jornal da Madeira, Funchal, 10 de abril de 2004, Jardim, Anete Marques, p.4

DOC 22

ANEXO 1 - DOCUMENTOS

1.3 – FICHA DE AZULEJOS¹----- NAVE DA IGREJA:

<p>Número: P-17-00999</p> <p>Designação Justificação: Marvila - SIMÕES - Az. Séc. XVII, tomo I, 1997 [1971], p. 124</p> <p>Modulo: 12x12</p> <p>Descrição: Padrão policromo, de contorno azul, com elementos de repetição que utiliza dois motivos quadrangulares alternados e vários elementos de ligação, formando faixas diagonais pela disposição a meia esquadria. Um dos motivos principais é constituído por três quadrados concêntricos com os cantos reentrantes de configuração cruciforme, delimitados por moldura amarela de bordos laranja. Cada um dos lados do segundo quadrado apresenta aletas convergentes, de folhagem branca sobre fundo azul, encimadas por elemento vegetalista amarelo. O quadrado central circunscreve florão azul recortado e perfurado (simulando ferronerie), de núcleo floral amarelo e laranja, envolto por outros elementos vegetalistas a amarelo, com núcleo laranja. O outro motivo é formado por quadrado com moldura idêntica ao anterior, circunscrevendo florão azul de quatro lóbulos, em forma de coração, perfurados (simulando ferronerie), que inscrevem, cada um, dois elementos fitomórficos, a amarelo. O centro é formado por outra composição floral recortada amarela, azul e branca, da qual se projecta, até ao limite do quadrado e ocupando o espaço entre os lóbulos, uma sucessão de um elemento vegetalista a azul e dois elementos florais em campânula, a amarelo, unidos por contas laranja e rematados por enrolamentos no mesmo tom. Nos cantos encontram-se elementos vegetalistas a amarelo com folha azul trifoliada. Um dos elementos de ligação, também quadrangular e de moldura idêntica mas de menores dimensões, circunscreve um florão circular azul, de núcleo estrelado branco, laranja e azul sobre fundo amarelo, envolto por elementos vegetalistas recortados, a amarelo e azul. Um dos outros elementos de ligação é constituído por rectângulos brancos, com moldura idêntica às restantes, coincidentes com os lados dos quadrados que constituem os motivos principais. Nas áreas de fundo azul, unindo os lados dos quadrados principais com o rectângulo, dispõem-se cartelas elípticas delimitadas a amarelo, de remates vegetalistas a amarelo, laranja e branco, inscrevendo motivo floral amarelo e hastes azuis. Justapostos aos cantos destes encontram-se quadrados de dimensão reduzida, delimitados a amarelo, inscrevendo motivo estrelado azul sobreposto por quadrado amarelo e branco, com contas nos vértices.</p> <p>Ritmo Visual: Em repetição o padrão permite a observação de ritmos diagonais de forte impacto.</p>	
<p>Número: P-17-00462</p> <p>Modulo: 4x4/4</p> <p>Descrição: Padrão policromo, de contorno azul, com um centro e dois elementos de ligação, unidos, na vertical, na horizontal e a diagonal, por segmentos, criando uma malha branca perfurada, por entre a qual se entrecruzam os diversos motivos decorativos. O centro é constituído por uma moldura circular de rebordo amarelo, que circunscreve um florão de folhas recortadas branco sobre fundo azul, sobreposto por uma cruz azul e motivo estrelado laranja, com núcleo quadrangular amarelo e azul. As molduras circulares estão ligadas entre si na vertical e na horizontal por quatro elos amarelos, com dois lados côncavos perfurados e terminações bifurcadas rematadas por folhas trifoliadas. Um dos elementos de ligação é constituído por duas reservas poligonais dispostas em simetria, decoradas por elementos vegetalistas, em tons de branco com anel laranja, que atravessam os orifícios existentes nos elos, preenchendo toda a reserva. O outro elemento de ligação, circunscrito por uma reserva em quadrado sobre o vértice, é formado por um florão, em tons de azul e amarelo, recortado por pequenas volutas azuis intercaladas por conta laranja. Apresenta núcleo circular amarelo e azul, do qual se projectam folhas trifoliadas amarelas. NOTA: O contraste entre o branco e o azul da malha perfurada sugere um efeito de profundidade.</p> <p>Ritmo Visual: Em repetição o padrão permite a observação de três ritmos: vertical, horizontal e diagonal.</p> <p>Cronologia ↑↓</p>	

Padrão Marvila ao nível superior e Padrão com Centro ao nível inferior

DOC 23

¹ Az - Sistema de referência e indexação de azulejos em www.redeazulejo.fl.ul.pt

ANEXO 2 - FOTOGRAFIAS¹

2.1 - EXTERIORES-----ALÇADOS DO CONJUNTO:



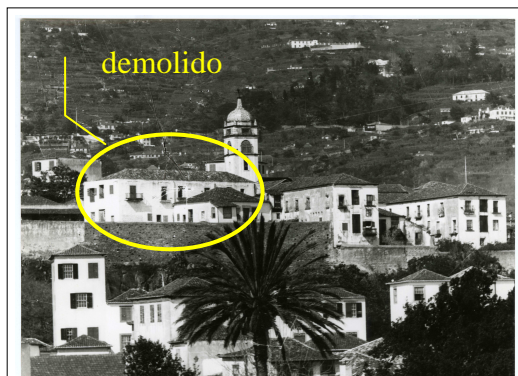
Vista Aérea
Foto 01



Acesso Igreja e Mosteiro
Foto 02



Vista Poente
Foto 03



Vista Sul - < 1920
Foto 04



Vista Norte
Foto 05

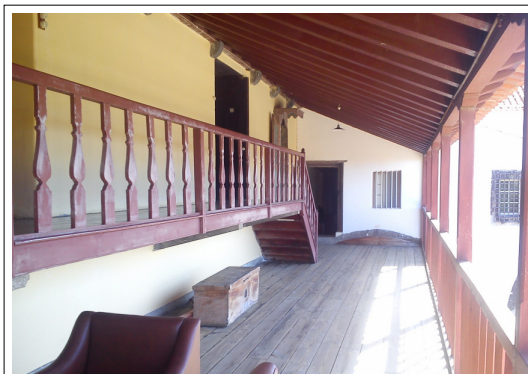


Vista Nascente
Foto 06

¹ DRAC – Direcção de Serviços do Património Cultural

ANEXO 2 - FOTOGRAFIAS

2.1 - EXTERIORES----- GALERIAS E ARCADAS:



Galeria Sul – Coro Alto
Foto 07



Galeria Nascente -Piso Térreo, Claustro
Foto 08



Galeria Poente – Logradouro
Foto 09



Arcada do Piso Térreo - Claustro
Foto 10



Arcaria do Logradouro Poente
Foto 11



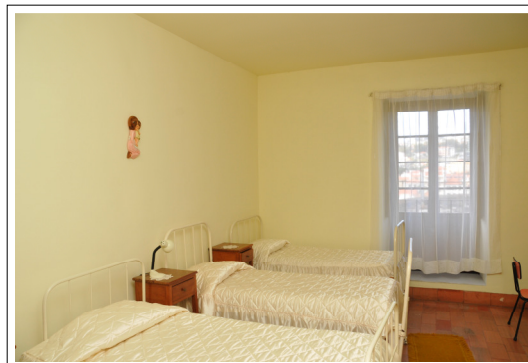
Arcaria Quinhentista - Claustro
Foto 12

ANEXO 2 - FOTOGRAFIAS¹

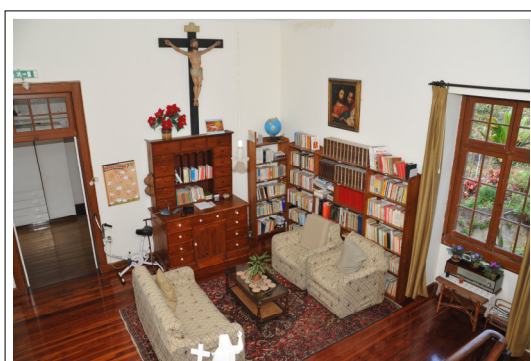
2.2 - INTERIORES-----ESPAÇO PRIVATIVO:



Sala de reuniões – Retiro, Piso 2
Foto 13



Dormitório – Piso 3
Foto 14



Sala de Estar – Enfermaria, Piso 3
Foto 15



Sala de Jantar – Enfermaria, Piso 2
Foto 16



Sala de Culto – Residência, Piso 3
Foto 17

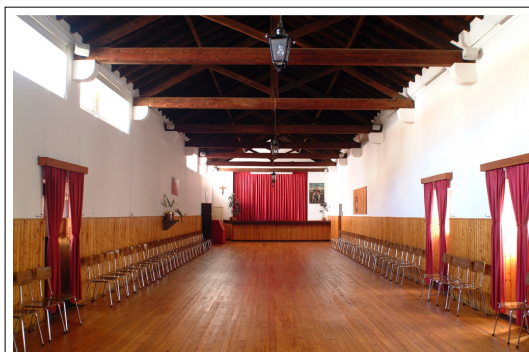


Biblioteca – Residência, Piso 3
Foto 18

¹ DRAC – Direcção de Serviços do Património Cultural

ANEXO 2 - FOTOGRAFIAS¹

2.2 – INTERIORES -----OBRA SOCIAL:



Salão Polivalente / Festas, Piso 2
Foto 19



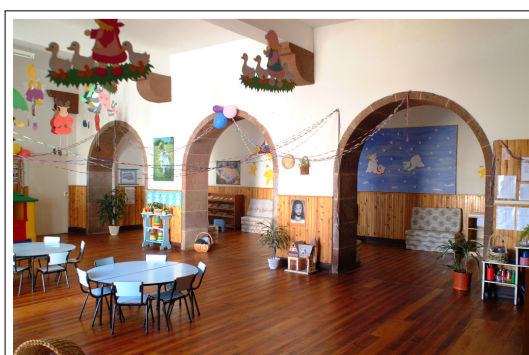
Cozinha – Piso 3
Foto 20



Sala de Atividades A, Piso 3
Foto 21



Sala da Catequese, Piso 2
Foto 22



Sala de Atividades B, Piso 3
Foto 23



Casa das Bonecas, Pátio Oeste
Foto 24

¹ DRAC – Direcção de Serviços do Património Cultural

ANEXO 2 - FOTOGRAFIAS

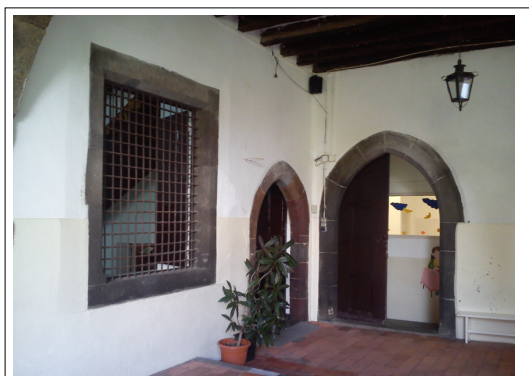
2.3 - PORMENORES-----ARCOS EM OGIVA, SÉC.XV:



Pórtico da Igreja
Foto 25



Pórtico da Sala do Capítulo
Foto 26



Acesso creche - piso térreo, claustro
Foto 27



Acesso ao retiro - piso 1, claustro
Foto 28



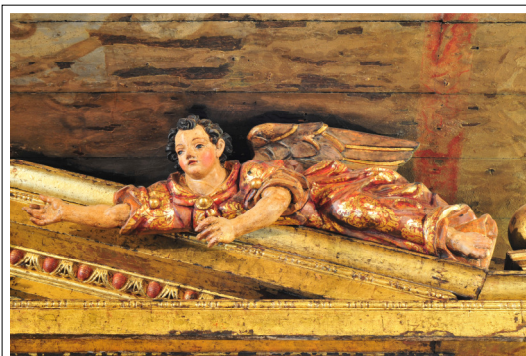
Porta de acesso ao confessionário
Foto 29



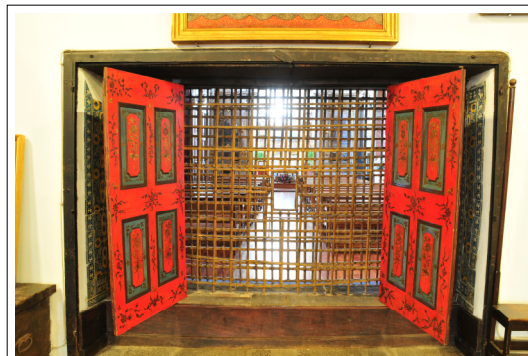
Porta de acesso ao coro baixo
Foto 30

ANEXO 2 - FOTOGRAFIAS¹

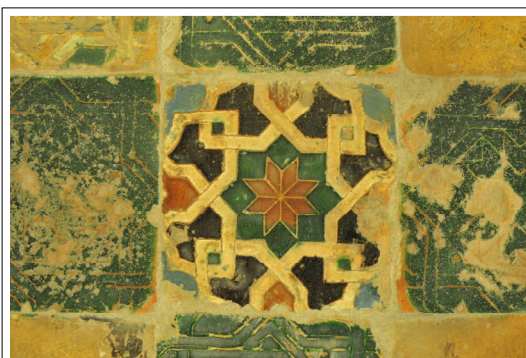
2.3 - PORMENORES-----CORO BAIXO / ALTO:



Anjo – Retábulo Coro Baixo
Foto 31



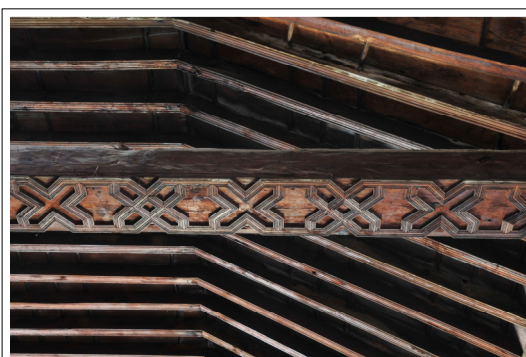
Grade metálica – Coro Baixo
Foto 32



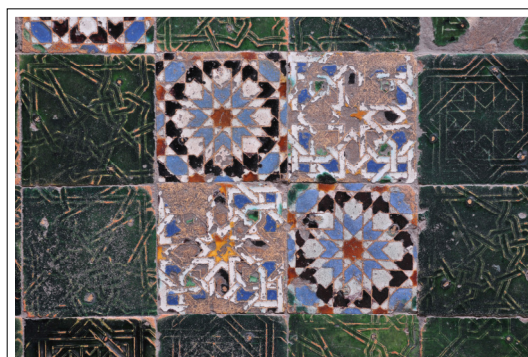
Azulejos Sevilhanos – Coro Baixo
Foto 33



Querubim – Retábulo Coro Alto
Foto 34



Teto Alfarge – Coro Alto
Foto 35



Azulejos Sevilhanos – Coro Alto
Foto 36

¹ DRAC – Direcção de Serviços do Património Cultural

ANEXO 2 - FOTOGRAFIAS¹

2.3 – PORMENORES----- TELAS NO CORO BAIXO (parede norte):



Santíssima Trindade
Foto 37



Santo António
Foto 38



Santa Úrsula
Foto 39



Santa Isabel de Portugal
Foto 40



Coroação da Virgem
Foto 41



N. Sra. do Rosário
Foto 42

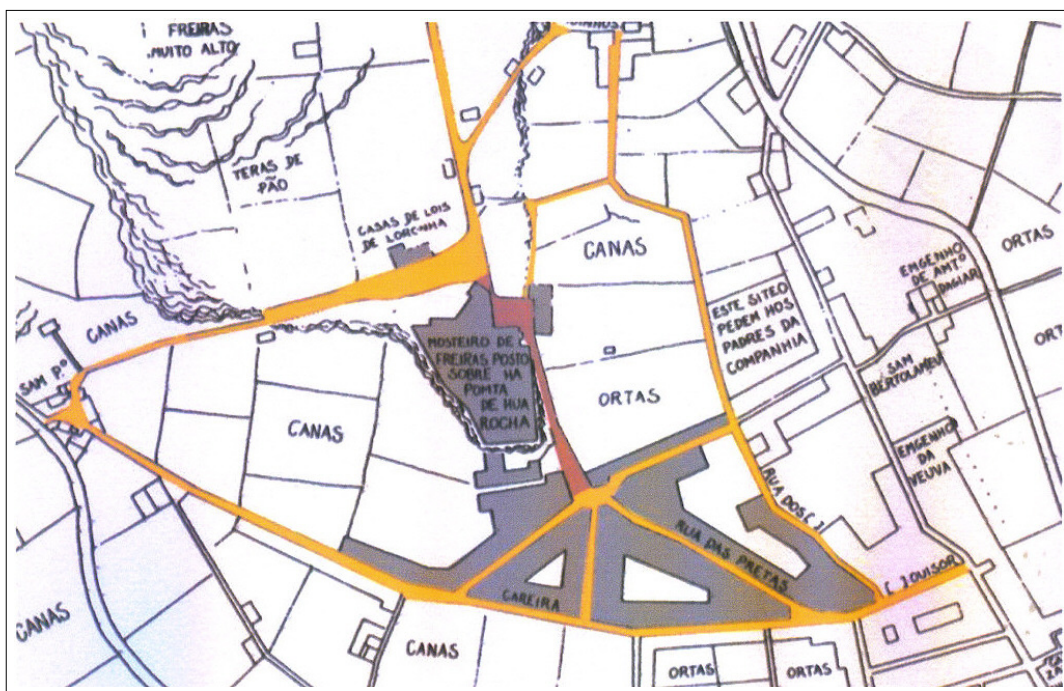
¹ DRAC – Direcção de Serviços do Património Cultural

ANEXO 3 - DESENHOS

3.1 - CARTOGRAFIA----- PLANTAS DA CIDADE DO FUNCHAL¹:



Extrato da planta de Mateus Fernandes, 1570
Carta 1



Extrato da cópia da planta de M. Fernandes, elaborada por Jorge Valdemar Guerra
Carta 2

¹ DRAC – Direcção de Serviços do Património Cultural

ANEXO 3 - DESENHOS

3.1 – CARTOGRAFIA----- PLANTAS DA CIDADE DO FUNCHAL¹:



Extrato da planta “Plan of the Town of Funchal”, Capitão Skinner, 1775
Carta 3

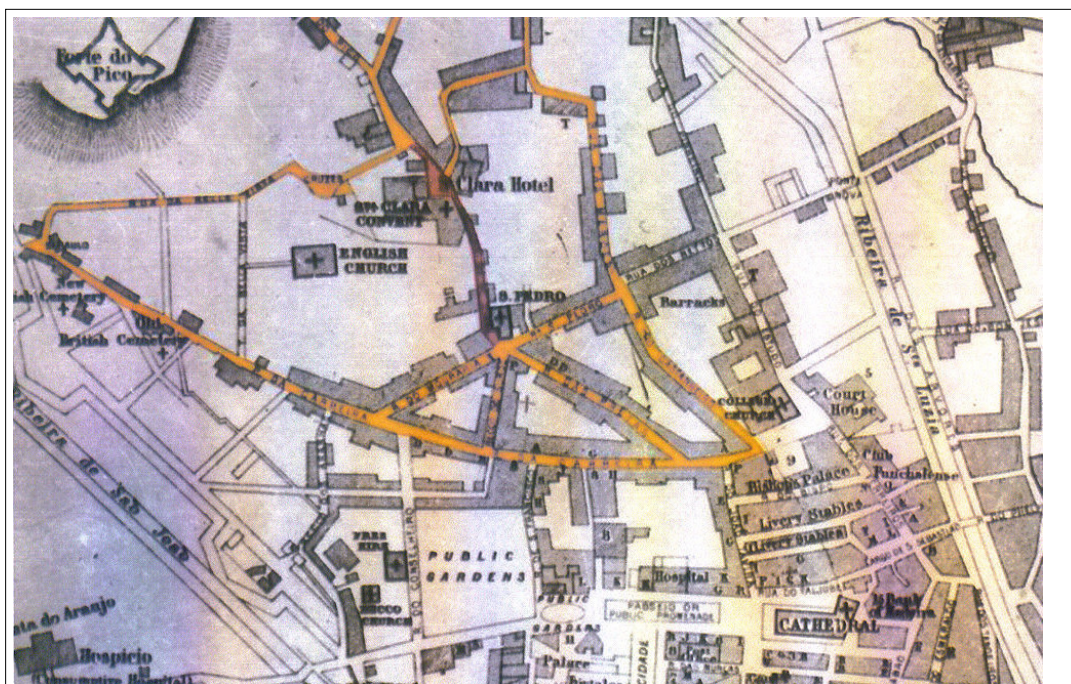


Extrato da planta da cidade, elaborada pelo Brigadeiro Oudinot, 1804
Carta 4

¹ DRAC – Direcção de Serviços do Património Cultural

ANEXO 3 - DESENHOS

3.1 – CARTOGRAFIA----- PLANTAS DA CIDADE DO FUNCHAL¹:



Extrato da planta “ A Plan of the City of Funchal”, Ellen Taylor, 1882
Carta 5

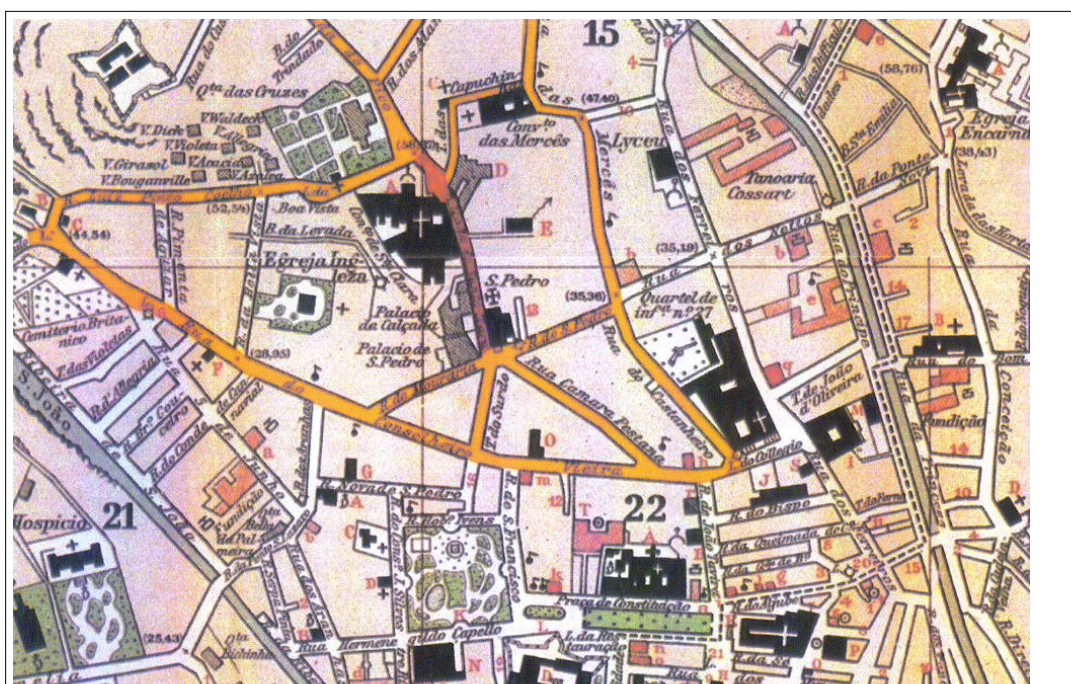


Extrato da planta da cidade, finais do século XIX
Carta 6

¹ DRAC – Direcção de Serviços do Património Cultural

ANEXO 3 - DESENHOS

3.1 - CARTOGRAFIA----- PLANTAS DA CIDADE DO FUNCHAL¹:



Extrato da planta “Planta Roteiro da Cidade do Funchal, Eng. A. A. Trigo, 1910
Carta 7

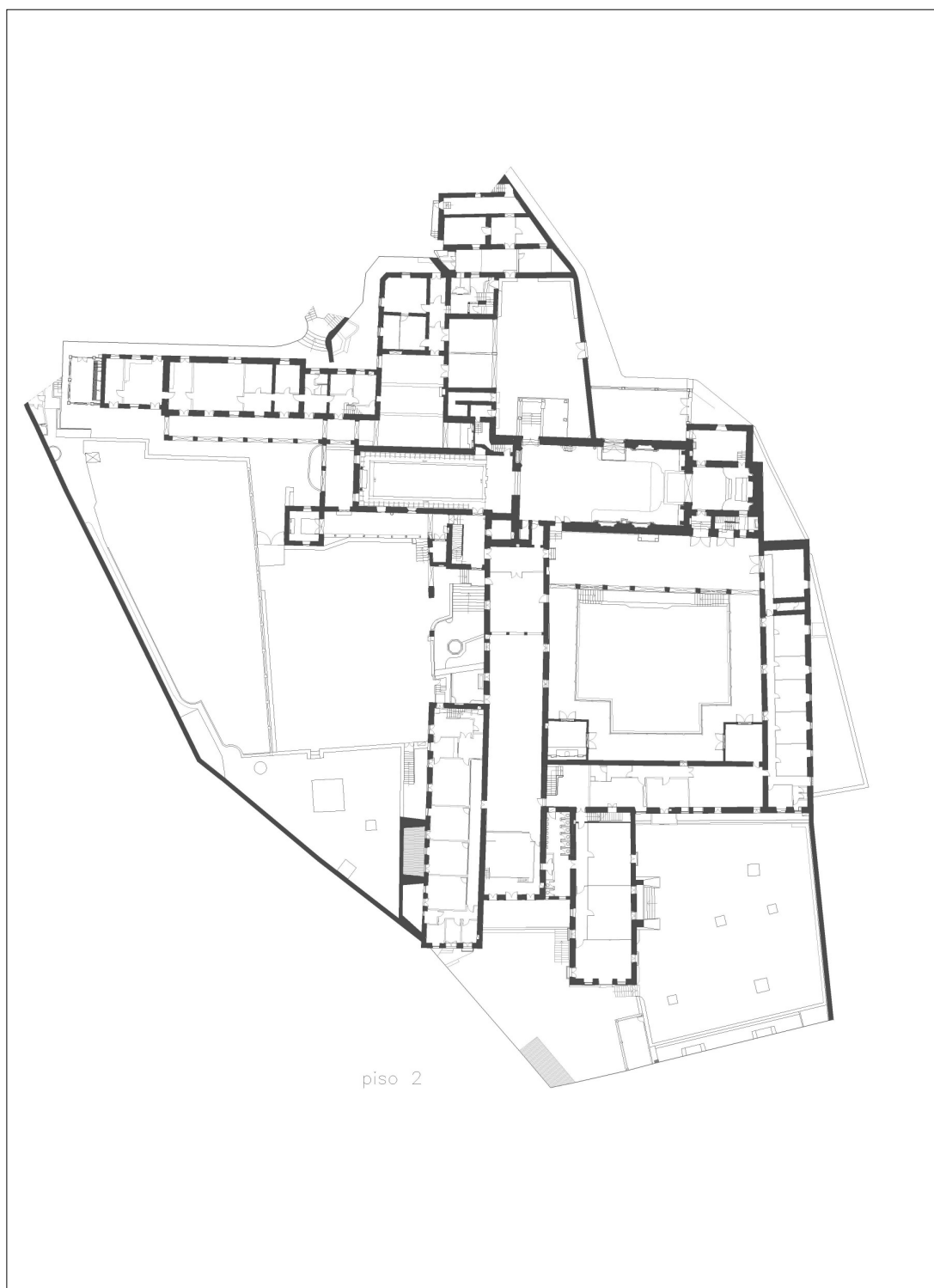


Extrato da planta atual da cidade do Funchal, cedida pela antiga SRES-DRIG
Carta 8

¹ DRAC – Direcção de Serviços do Património Cultural

ANEXO 3 - DESENHOS

3.2 – PLANTAS-----PISO DA IGREJA:



Igreja e Mosteiro de Santa Clara do Funchal – PISO 2 – s/esc.
DES 01

¹ DRAC – Direcção de Serviços do Património Cultural – Plantas dos Pisos 0-1-2-3 e Torre.dwg

ANEXO 3 - DESENHOS

3.2 – PLANTAS----- PISO DO CORO ALTO E RESIDÊNCIA:

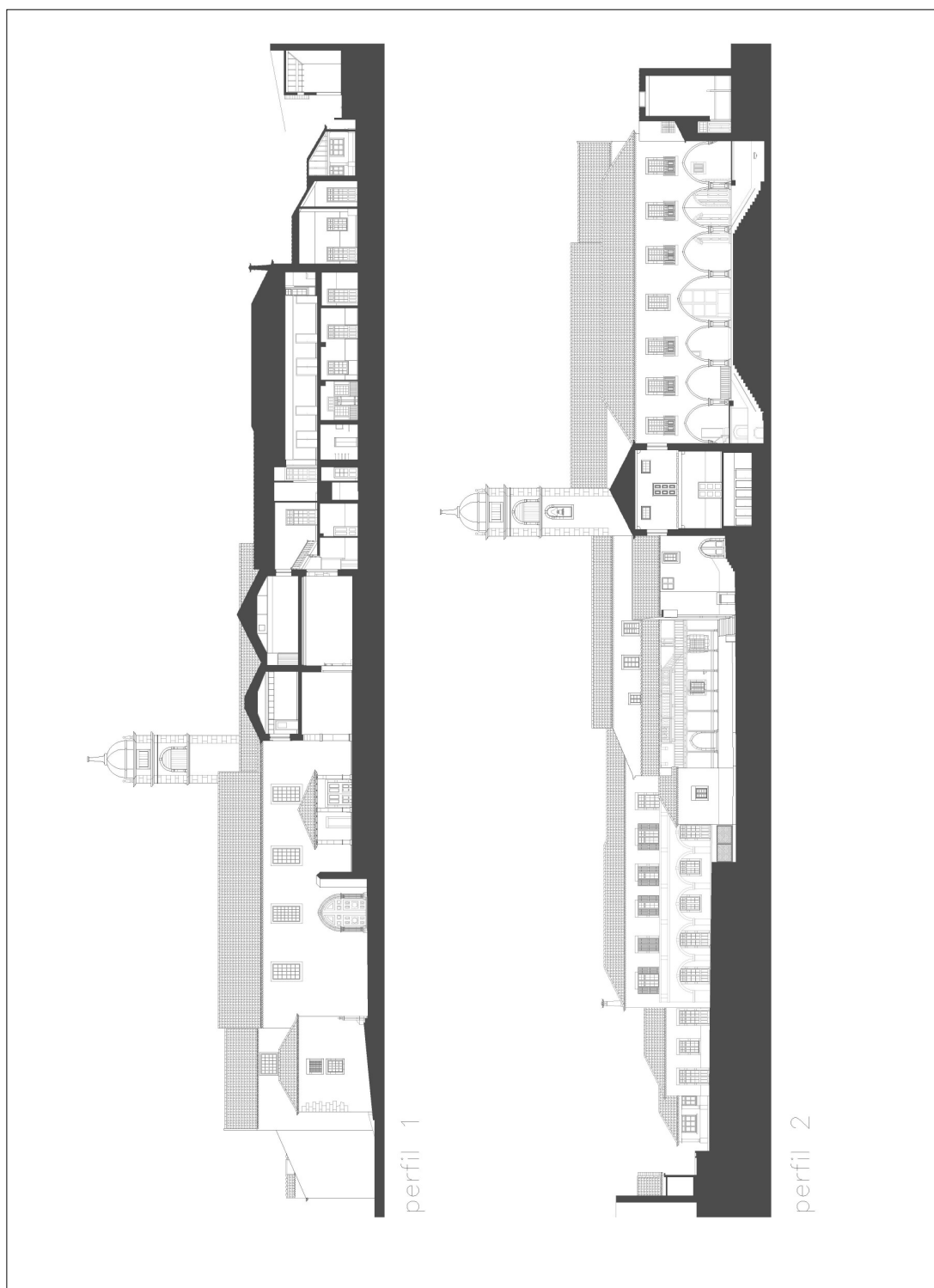


Igreja e Mosteiro de Santa Clara do Funchal – PISO 3 – s/esc.
DES 02

¹ DRAC – Direcção de Serviços do Património Cultural – Plantas dos Pisos 0-1-2-3 e Torre.dwg

ANEXO 3 - DESENHOS

3.3 – CORTES E ALÇADOS----- PERFIL NORTE E SUL:

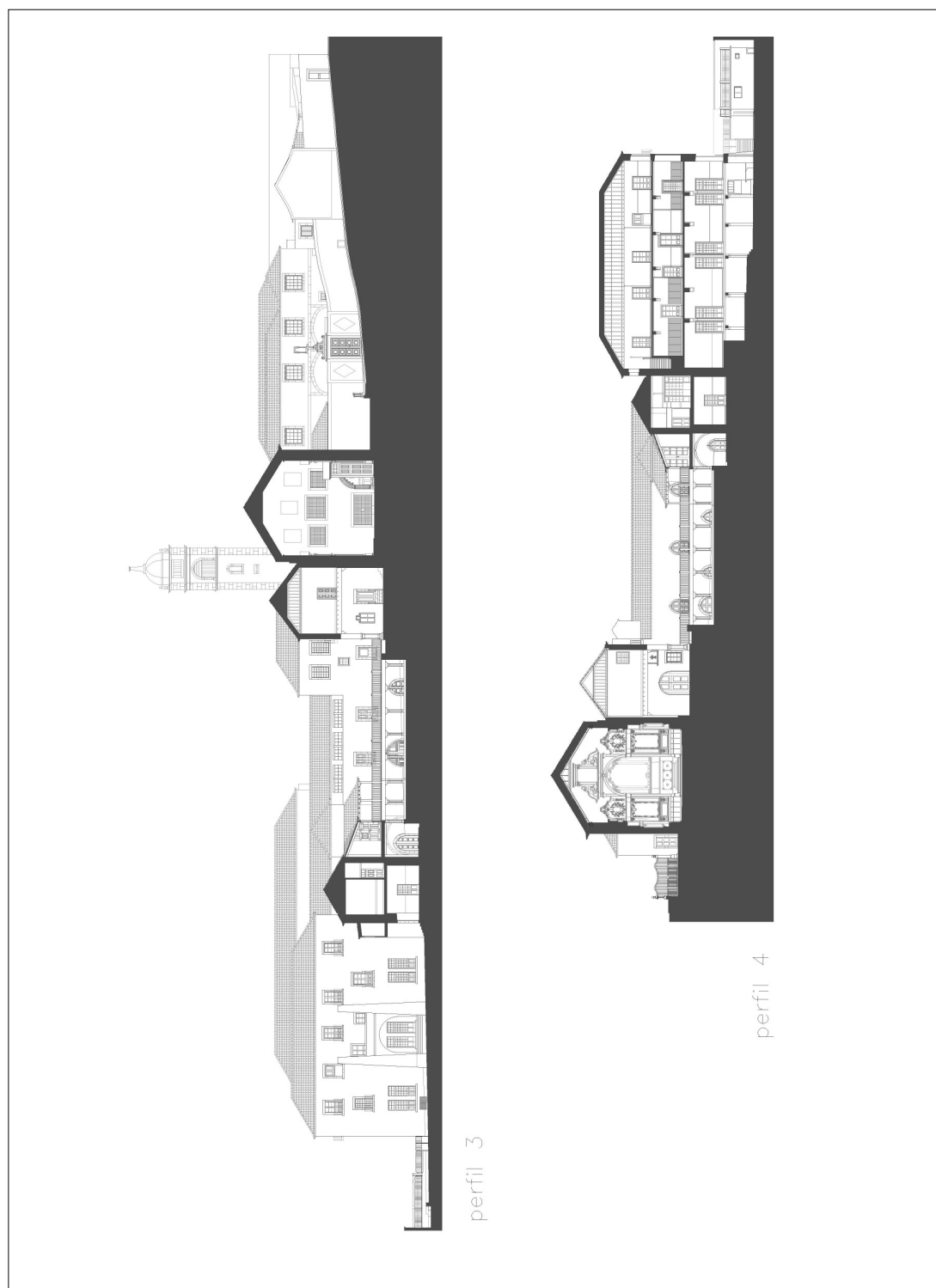


Igreja e Mosteiro de Santa Clara do Funchal, Perfil 1-Norte e Perfil 2-Sul – s/esc.
DES 03

¹ DRAC – Direcção de Serviços do Património Cultural – 2005-02_Alçados-Corte EE´e FF´.dwg

ANEXO 3 - DESENHOS

3.3 – CORTES E ALÇADOS----- PERFIL NASCENTE E POENTE:



Igreja e Mosteiro de Santa Clara do Funchal, Perfil 3-Nascente e 4-Poente – s/esc.
DES 04

¹ DRAC – Direcção de Serviços do Património Cultural – 2005-05_Alçados-Corte CC'e DD'.dwg